Revista do Instituto Histórico e Geográfico

do Rio Grande do Sul

REVISTA

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO R. G. DO SUL

ANO XXII —— III E IV TRIMESTRES DE 1942 —— N.º 87

SUMÁRIO

1 — General João Borges Fortes — Walter Spalding 3

2 — General Dias de Oliveira — João Borges Fortes 11

3 — Compêndio Noticioso — Francisco João Roscio 29

4 — A Formação Territorial do Brasil — Castilhos Goycochêa .. 57

5 — Divisão Eclesiástica — Pe. Luiz Gonzaga Jaeger S. J. 79

6 — Tiradentes — Amyr Borges Fortes 87

7 — Gomes Freire de Andrada — Gal. João Borges Fortes 97

8 — A Identificação, etc. — Pe. Luiz Gonzaga Jaeger S. J. 117

INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO
DO RIO GRANDE DO SUL

DIRETORIA

Presidente — Prof. Otelo Rosa.
Vice-Presidente — Dr. Manoel Duarte.
Secretário perpétuo — Dr. Eduardo Duarte.
2.º Secretário — Dr. Jorge Godofredo Felizardo.
Tesoureiro — Prof. Afonso Guerreiro Lima.
Orador — Dr. Adroaldo Mesquita da Costa.
Bibliotecário — Dr. Olinto Sanmartin.

COMISSÕES

a) *De Fundos e Orçamento*
1 — Dr. Adroaldo Mesquita da Costa
2 — Cel. Gastão Hasslocher Mazeron
3 — Dr. João Maia
4 — Dr. Edgar Luiz Schneider

b) *De Estatutos e Redação da Revista*
1 — Dr. Eduardo Duarte
2 — Dr. Adroaldo Mesquita da Costa
3 — Dr. Jorge Godofredo Felizardo
4 — Dr. Edgar Luiz Schneider

c) *De História*
1 — Dr. Darcí Azambuja
2 — Pad. Luiz Gonzaga Jaeger S. J.
3 — Mansueto Bernardi
4 — Dr. Manoel Duarte

d) *De Geografia*
1 — Prof. Afonso Guerreiro Lima
2 — Prof. J. A. L. Tupi Caldas
3 — Prof. Walter Spalding
4 — Dr. Olinto Sanmartin

e) *De Arqueologia, Etnografia e Paleontologia*
1 — Prof. J. A. L. Tupí Caldas
2 — Prof. Ângelo Guido
3 — Carlos de Paula Couto
4 — Dr. Dante de Laytano

f) *De Folklore e Língua dos Indígenas*
1 — Prof. Ângelo Guido
2 — Cel. Manoel Faria Corrêa
3 — Cel. Luiz Carlos de Morais
4 — Dr. Manoelito de Ornelas

g) *De Admissão de Sócios*
1 — Dr. Eduardo Duarte.
2 — Dr. Adroaldo Mesquita da Costa
3 — Dr. Jorge Godofredo Felizardo
4 — Cel. Luiz Carlos de Morais.

—x—

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO
RIO GRANDE DO SUL

(FUNDADA EM 1920)

—x—

• Registrada de acôrdo com as exigências da lei.

• Publicação trimestral

• Órgão do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

• Reconhecido de utilidade pública por decreto n.º 4373 de 24 de novembro de 1921.

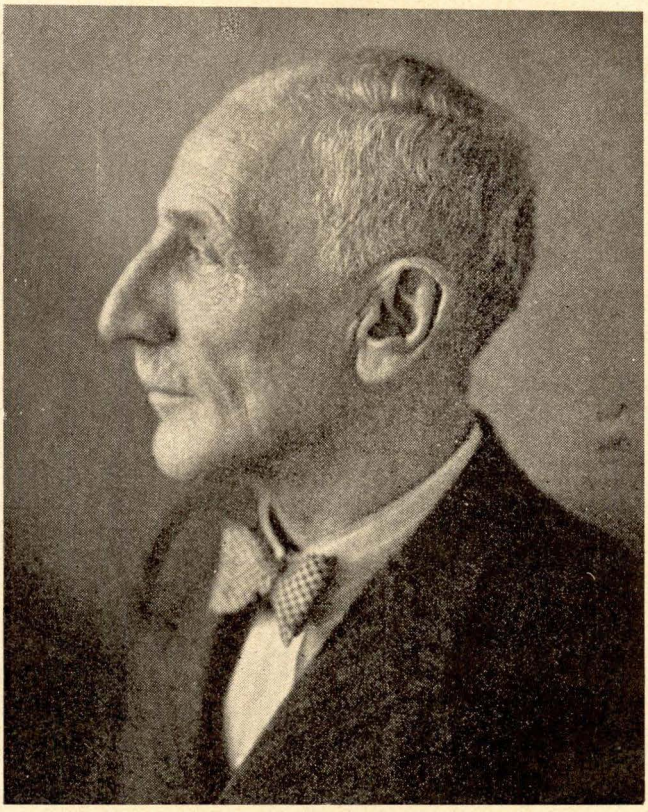
—x—

• Assinatura anual ..... 20$000
Cada número ..... 6$000
Números atrasados: preços especiais.

• A Revista não se responsabiliza pelos conceitos emitidos por seus colaboradores.

• Tôda a correspondência deverá ser remetida para o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul — Porto Alegre — Rio Grande do Sul — Brasil.

• Solicitamos permuta.



General João Borges Fortes

Walter Spalding

O recanto esplêndido do Rio Grande que tantos vultos de relêvo forneceu ao templo de Belona, que tantos astros inscreveu nas constelações gloriosas de nosso exército, da política, das ciências e das letras nacionais — essa São Gabriel de heróicas façanhas desde seu nascimento nos longínquos tempos coloniais, foi, também, o berço dêsse soldado-historiador que glorificou a terra de seu berço, o Rio Grande do Sul e o Brasil inteiro — dêsse vulto eminente que se chamou João Borges Fortes.

Descendente dos "troncos seculares" da família riograndense, de um ramo virente dêsse grupo de lutadores e patriotas que entre 1730 e 1780 aportaram às plagas sulinas de armas na mão em defesa das fronteiras extremas do Brasil meridional, — o general João Borges Fortes não fugiu à tradição da família e se fez soldado, com seus irmãos mais velho e mais moço, para começar a vida.

Nascido em 1872, iniciou seus estudos na vila natal, ingressando, mais tarde, na Escola Militar em Pôrto Alegre. Bacharel em ciências pelo reg. de 1890 seguiu o curso de engenharia, formando-se, em 1899, engenheiro militar.

Ainda aluno da Escola Militar de Pôrto Alegre, em 1893, tem seu batismo de fogo junto com seu irmão Jônatas Borges Fortes (hoje general reformado) em sangrentos recontros, ao lado do govêrno, na inglória campanha que a história denominou "Revolução federalista."

Fez, assim, o jovem tenente de 21 anos tôda a campanha federalista ao lado das tropas legais.

Dois anos mais tarde, feita a paz de Pelotas, volta à faina pacífica do exército onde se manteve até sua reforma, no pôsto de general, em 1942.

Estudioso e inteligente, fiel cumpridor de seus deveres, honrosas missões lhe foram confiadas, entre as quais se des-

taca a da compra de armamentos nos Estados Unidos, em 1918.

Reformado, o general João Borges Fortes não quis entregar-se aos ócios da aposentadoria: bem ao contrário — iniciou com carinho os estudos da história do Rio Grande para os quais, desde moço, sentia especial pendor, colecionando e anotando tudo quanto, sôbre o assunto, lhe caía nas mãos.

Em 1925, depois de examinado quanto possuía, começou a percorrer arquivos e bibliotecas em busca de novidades. E assim escreveu seus magníficos trabalhos que bem merecem uma reedição conjunta e completa.

Historiador e genealogista, a segunda obra que nos deu o general Borges Fortes foi a história de sua família, história que lhe abriu as portas do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e as de várias outras instituições congêneres do país.

Não faremos estudo completo da obra do insigne historiador porque nos sentimos sem fôrça suficiente para trabalho de tal monta.

Entretanto, daremos, a seguir, breve notícia sôbre cada um dos trabalhos publicados pelo benemérito riograndense:

1.º) *O TUPÍ NA COROGRAFIA DO RIO GRANDE DO SUL* — Ensaio calcado sôbre *"O Tupí na Geografia Nacional"*, — Rio, 1930. — Êsse foi o trabalho com que ingressou no mundo das letras o general Dr. João Borges Fortes. Embora não original, traz muitas cousas novas que a Teodoro Sampaio escaparam. Êsse trabalho foi produto de apontamentos à margem de suas pesquisas históricas, e foi, também, publicado na Revista do Inst. Hist. e Geog. do Rio Grande do Sul, em 1930.

2.º) *TRONCOS SECULARES* — O povoamento do Rio Grande do Sul — Rio de Janeiro — 1931. — Nessa sua obra estuda o autor a vida inicial do Rio Grande do Sul, seu povoamento e a origem das primeiras famílias que se arraigaram ao solo gaúcho. Está dividida em 3 partes: A evolução — Os fatos — Os homens e mais um Apêndice que contém a genealogia de Dionísio Rodrigues Mendes, de 1725 a 1930, da qual descendem, por um lado, os Borges Fortes, e a de Francisco Xavier de Azambuja de 1718 a 1920. — Essa obra êle a estava revisando para nova edição completa e mais perfeita o que, parece, não levou a têrmo, pois só escreveu sôbre êsse seu trabalho, e com o mesmo título, uma nota de correção anotando comentários de Aurélio Pôrto, J. E. Fernandes Bastos, João Pinto da Fonseca Guimarães e outros, — na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul — I/932.

3.º) *A ESTÂNCIA* — Discurso ao tomar posse do lugar de sócio correspondente do Inst. Hist. e Geog. do Rio Grande do Sul, em Pôrto Alegre, em 22-10-1931. — Rio de Janeiro, 1931. — Magnífico ensaio sôbre a estância na formação do Rio Grande que mereceu os mais fortes aplausos da crítica sensata.

4.º) *CRISTÓVÃO PEREIRA DE ABREU* — Os "Fortes" — Pôrto Alegre, 1931. — a primeira parte — Cristóvão Pereira de Abreu — foi publicada na Revista do Inst. Hist. e Geog. do Rio Grande do Sul — II/931 e em separata acrescida de um estudo genealógico sôbre os Fortes (Família Fortes). O trabalho sôbre Cristóvão de Abreu é novidade quase absoluta tal a quantidade de documentação nova que obteve sôbre as expedições em que tomou parte, na conquista do Rio Grande, êsse valoroso cabo paulista.

5.º) *CASAIS* — Rio de Janeiro, 1932 — E' a primeira obra que se publicou sôbre os casais açoritas do contrato de Feliciano Velho Oldenberg, que povoaram o Rio Grande do Sul. — E' uma das mais preciosas contribuições para o estudo do povoamento do solo gaúcho.

6.º) *O BRIGADEIRO JOSE' DA SILVA PAIS E A FUNDAÇÃO DO RIO GRANDE* — Pôrto Alegre, 1933. — Separata da Revista do Inst. Hist. e Geog. do Rio Grande do Sul — II/1933. — Também êste trabalho foi dos primeiros e mais notáveis estudos feitos sôbre a fundação do Rio Grande por Silva Pais.

7.º) *O POVOAMENTO INICIAL DO RIO GRANDE* — Pôrto Alegre. — Revista do Inst. Hist. e Geog. do Rio Grande do Sul — I e II/934. (Não sabemos se foi feito separata ou publicação em volume extra). — E' precioso êste estudo para detido exame dos primórdios do Rio Grande do Sul. Rico em informações e documentação — base, aliás, de tudo quanto escrevia o general João Borges Fortes.

8.º) *DE SERTÃO A ESTADO* — Pôrto Alegre — Revista do Inst. Hist. e Geog. do Rio Grande do Sul — I/1936. — (Não sabemos se houve separata). — Estudo sôbre a evolução do Rio Grande do Sul, historiando, sociologicamente, a vida da "terra de ninguém", da "capitania", da "província" e, finalmente, do Estado do Rio Grande do Sul.

9.º) *FUNDAÇÃO DO RIO GRANDE* — Pôrto Alegre, 1937 — Separata dos anais do II Congresso de História e Geografia Sulriograndense — II vol. 1937. — Complemento do referido em 6.º.

10.°) *TROPEIROS* — Pôrto Alegre, 1937 — Separata dos Anais do II Congresso de História e Geografia Sulriograndense — II vol., 1937. — Precioso ensaio-tese sôbre os tropeiros que de S. Paulo e Laguna entravam no Rio Grande até o alvor do Século XIX.

11.°) *FRANCISCO PINTO BANDEIRA* — Pôrto Alegre, 1938 — Separata da Revista do Inst. Hist. e Geog. do Rio Grande do Sul, I/1938. — Estudo biográfico-histórico do insigne campeador, pai do grande fronteiro que foi Rafael Pinto Bandeira.

12.°) *VELHOS CAMINHOS DO RIO GRANDE DO SUL* — Pôrto Alegre, 1938. — Separata do Inst. Hist. e Geog. do Rio Grande do Sul — II/1938. — Estudo sôbre as penetrações bandeirantes e lagunistas no Rio Grande do Sul, no século XVII, desde as incursões missionárias dos jesuítas em 1628.

13.°) *O LEVANTE DOS DRAGÕES DO RIO GRANDE EM 1742.* — Pôrto Alegre — Revista do Inst. Hist. e Geog. do Rio Grande do Sul — I/1939. — Histórico do que foi o famoso levante dos Dragões do Rio Grande, suas causas e consequências.

14.°) *RIO GRANDE DE SÃO PEDRO* — Biblioteca Militar — Vol. XXXVII — Rio de Janeiro, 1940 — E' esta obra o trabalho máximo do eminente historiador general João Borges Fortes. Estuda, o autor, nessa obra a formação do Rio Grande sob todos os aspectos, desde a frota de João de Magalhães à conquista das Missões, passando rapidamente sôbre os acontecimentos do século XIX, especialmente a revolução farroupilha cuja origem vamos encontrar na época colonial. — Infelizmente essa obra traz uma nota "à guisa de prefácio" que lhe põe injustas restrições.

15.°) *O RETOVADO* — Boletim do Centro Riograndense de Estudos Históricos-Riograndenses — Vol. II-1940. — Interessante trabalho histórico em que o autor estuda e determina as razões da denominação de *Retovado* para uma povoação do atual município de São José do Norte.

16.°) *TRATADO DE 1750 — GOMES FREIRE DE ANDRADE, O GENERAL* — Memória apresentada ao Congresso do Mundo Português. Pôrto Alegre. — Revista do Inst. Hist. e Geog. do Rio Grande do Sul — I/1941. — É, possivelmente, resumo de alentado trabalho que estava escrevendo sôbre o general Gomes Freire de Andrade. Infelizmente a morte não permitiu concluísse êle a obra que tanto desejava publicar.

Essa, a obra, além de artigos publicados na imprensa diária, especialmente no Jornal do Comércio, do Rio de Janeiro, que conhe-

cemos do saudoso amigo e mestre que foi o general João Borges Fortes, que a morte levou aos 70 anos de idade, na madrugada de 13 de setembro de 1942, no Rio de Janeiro, onde residia.

*
* *

ÁRVORE GENEALÓGICA DO GENERAL JOÃO BORGES FORTES:

1.º) Wilhem van der Haagen que casou nas ilhas dos Açores com uma portuguesa.

2.º) João Teixeira d'Águeda casado nos Açores, e cujos filhos, João Pereira d'Águeda e Antônio Pereira d'Águeda, passaram a residir no Rio Grande do Sul pelo ano de 1750, começando a assinar-se "Fortes" pelo ano de 1760 (Veja-se Revista Genealógica Brasileira — "De Wilhem van der Haagen a Borges Fortes Spalding" — Ano II — 1941 — pág. 417).

3.º) João Pereira (d'Águeda) Fortes — casou com Eugênia Rosa em 1756, no Rio Pardo.

4.º) Joana Rosa Pereira Fortes nascida no Rio Pardo a 1-4-1758, casou com Antônio Gonçalves Borges, natural de S. Miguel, Açores.

5.º. Emerenciana Antônia Pereira, nascida no Rio Pardo e casada com Manuel José Pereira da Silva.

6.º) João Pereira da Silva Borges Fortes, nascido na Cachoeira, batizado a 20-7-1816. Formado em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro em 1839. Casou com Francisca de Paula Vale.

7.º) João Pereira da Silva Borges Fortes Filho nascido em S. Gabriel. Advogado e magistrado de renome, formado pela Faculdade de Direito de S. Paulo. Casado com Cecília Ofélia Abbott, filha do Dr. Jônatas Abbott, natural da Baía e Zeferina Fernandes Barbosa. Filhos: Jônatas Borges Fortes, *João Borges Fortes,* Francisca, Maria Zeferina, Luiz Gonzaga Borges Fortes e Raul Borges Fortes.

8.º) João Borges Fortes, nascido em S. Gabriel em 2-5-1870, e falecido no Rio a 13-9-1942. Casou com Maria Manuela Ferraz nascida em Pôrto Alegre a 14-6-1876 e falecida no Rio a 19-11-1934. Filhos: Diogo Borges Fortes, casado, com descendência; Ofélia, falecida, mnor; João Ferraz Borges Fortes, falecido solteiro; Maria, falecida menor; Heitor Borges Fortes, casado com descendência; Iolanda, casada, com descendência; Marieta, solteira; Hugo, falecido menor; e Breno, casado, com descendência.

*
* *

Completando esta breve notícia, daremos, a seguir, trechos de algumas das cartas que recebemos do saudoso historiador e grande amigo e parente, pelos quais se verá como se preocupava com as cousas do Rio Grande colonial.

I.ª

Da carta de 7-7-1931:

"Li com o máximo interesse os artigos do Aurélio Porto sobre o meu livro e vou acompanhando a sua publicação tão oportuna e incisiva. Ele mesmo já mos enviou e acompanhou-os de uma carta amistosissima a que vou responder em breve.

Gosto imensamente de despertar com o meu trabalho as atenções dos estudiosos e competentes para os assuntos de que me ocupei porquanto fica por esse modo atingida a finalidade que eu me propusera — esclarecer pela análise detalhada de opiniões e documentos uns tantos aspetos ainda obscuros da história do Rio Grande.

Alem de tua crítica, que estou me preparando para responder, e oportunamente mandarei por teu intermedio o original, que ainda não pude escrever, tenho recebido outras comunicações algumas bem lisongeiras.

Entre estas tive uma carta do dr. Fernando Osório, de Pelotas, muito desvanecedora. Tu, que o conheces, deves saber que foi uma grande distinção."

II.ª

Da carta de 17-1-1932:

"Fico muito satisfeito de que tenhas gostado do Cristovão Pereira um velho nome que espanei do pó da história. Sobre o meu discurso te direi, vaidosamente, tem alcansado um ruidoso acolhimento. As minhas idéias sôbre o pacifismo inicial dos continentistas e o papel sociologico da estância tem despertado grande interesse e o meu folheto tem sido muito solicitado."

III.ª

Da carta de 15-11-1941:

"Leio sempre com particular agrado tudo quanto se publica sobre a genealogia patricia e em especial o de nossa familia. A razão principal para isso está no fato de que foi esse meu fraco trabalho dos Troncos Seculares o promotor de um notavel movimento no estudo das

genealogias gaúchas. E' verdade que o Aurélio tem a palma nesse ramo de estudos porem não quiz ainda colher os frutos do seu notavel esforço reunindo em uma obra única e tão completa quanto possivel, tudo quanto possue sobre a familia riograndense. E' uma consequência do seu gênio desprendido e policromo. Gosta de variar os assuntos de seus estudos...

O último Boletim Municipal está preciosissimo com a publicação dos velhissimos documentos de Viamão. Pode-se reconstituir, de seu exame, o aspeto da vida continentina em seus primeiros tempos, a pobreza e abandono em que vivia aquela gente, os cuidados que tinha a *Republica,* no bem estar de seus concidadãos.

Do nosso Instituto nada sei. A noticia que me das da entrada do Felizardo é auspiciosa. O trabalho que ele, (com o saudoso João Pinto), fez sobre os Fontouras alguma cousa de importante na vida riograndense. O seu mérito ainda ha de realçar quando publicar a genealogia dos Dorneles. isto é a descendência das filhas de Jerônimo Dorneles o que será um volume colossal de esforços.

Os descendentes de Dorneles, de Dionisio e de Fontoura constituem por certo o maior contingente das seculares familias riograndenses.

Meu trabalho, (aliás do Rego Monteiro) sobre o Dionisio abrange um minusculo ramo da frondosa arvore de Dionisio e já enche tantas páginas de livros. O que será quando se tiver obtido a descendencia dos outros filhos: Manuel, Francisco, José, André, Tereza Maria e Maria Tereza.

Da própria familia de Antônio Rodrigues Barbosa falta muita gente nos Troncos Seculares. Ha de aparecer em qualquer tempo quem se entregue a tarefa de completar o que vamos agora esboçando.

Dos Fontouras tenho me encontrado aquí com gente de que o Felizardo não teve noticia. Não é de estranhar. O livro alentadissimo de Silva Leme está recebendo retoques frequentemente.

Toquemos pois para a frente e preparemos o terreno para os homens de boa vontade e dedicação patriotica como tu e Felizardo cujos exemplos animarão novos prosélitos.

Minha saude pouca lisonjeira.

A enchente de Porto Alegre foi cousa inimaginavel. Nunca supuz que as suas proporções fossem as que as fotografias revelam. Que calamidade!"

IV.ª

Da carta de 18-3-1942, última que dele recebemos e, como se vê, cheia ainda de esperanças e idéias de novos trabalhos:

"O último "Boletim da Prefeitura de Porto Alegre" já foi devorado por mim na sofreguidão com que o leio pois me traz as noticias de hoje referentes á vida do Rio Grande e preciosas e notaveis informações do passado remoto.

Alem das atas de vereança o Boletim traz documentos relativos ao periodo da invasão castelhana de 1763. Do ponto de vista português essa invasão foi uma página vergonhosa para a nação. Não surpreende a ninguem pois Portugal foi uma nacionalidade afortunada porem sempre pessimamente governada.

A colônia brasileira só despertava na Corte de Lisboa o instinto da cupidez, — ouro e mais ouro era o que se exigia daquí.

Para os riograndenses a invasão foi um bem: transformou a índole pacata dos habitantes da terra e estimulou-os á luta pela pátria e pelo solo. Daí o espírito militar carateristico de nossa gente: não espirito militarista, impondo pelas armas a sua vontade, porém predisposição inata e empunhar as armas no momento em que a honra o exige.

O Boletim de Estudos Riograndenses da Biblioteca do Rio Grande tambem publicou agora uns documentos de valor relativos aos mesmos acontecimentos.

Leste o livro Rio Grande do Sul do sr. W. Harnisch? Eu o li com ávido interesse. E' uma obra escrita com imensa simpatia por nossa terra. Pena é que lhe houvessem fornecido muito apontamento errado. Sem desmerecer o imenso valor do livro há alí muita cousa que não deveria figurar, maximé no referente à história, pois hoje a verdade está completamente esclarecida em toda a curta existencia do Rio Grande desde os tropeiros até os triunfadores de 1930.

Aguentando-me de pé não sucumbi aos golpes da enfermidade e agora estou outra vez na estacada, pensando, vivendo e trabalhando sempre pelo Rio Grande."

General Dias de Oliveira

Conferência feita no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, pelo GENERAL JOÃO BORGES FORTES, em 24 de Abril.

No coração da terra riograndense, sôbre a lombada de um coxilhão característico do relêvo da região sulina, coxilhão que vai morrer na margem esquerda do rio Vacacaí para ressurgir mais alto e acentuado na margem oposta, assenta a cidade de São Gabriel.

E' o meu berço natal.

Não virei agora evocar as doces e longínquas horas de minha meninice, as saudades que acompanham tôdas as criaturas de sentimento, dessa fase descuidosa da existência de cada um, porém quero evocar, seguramente, a tradição histórica, e militar do meu torrão.

Tenho que falar-vos, componentes que sois do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, sôbre Dias de Oliveira e o seu nome desperta em mim a recordação da terra em que nasci.

E ao homenagear aquele ilustre soldado devo antes avivar em nossas memórias a recordação das raízes profundas que São Gabriel lançou em nossa história militar.

Foi alí, dentro das raias urbanas da atualidade, que se desenrolou, há quase dois séculos, o épico acontecimento da morte do bravo Sepé Tiaray, o chefe índio e missionário que a serviço dos padres castelhanos se opunha à demarcação dos limites entre as soberanias de Portugal e Espanha, nas terras riograndenses, consequência do Tratado de 1750.

E, mais adiante, ainda na mesma sequência de sucessos, foi nos campos de São Gabriel que se travou a memorável batalha que dizimou centenares de indígenas quando tentavam em vão defrontar os soldados portugueses e espanhóis que o grande Gomes Freire de Andrade comandava e guiava.

As páginas mais recentes sôbre êsse período remoto da vida gabrielense foram escritas por Ptolomeu de Assis Brasil, meu conterrâneo, meu colega e meu amigo, em *"Batalha de Cayboaté"*, livro

em que Ptolomeu expôs as facetas brilhantes de sua inteligência, na refletida e profunda análise dos fatos e na segurança e rigorosa sensatez das conclusões.

Guardo de Ptolomeu, reunidos, o carinho pela sua pessoa, o enlêvo pelas qualidades de espírito e de coração, o respeito pelo admirável caráter que lhe era peculiar.

Veio, não muito mais tarde, uma nova série de escaramuças e pelejas. Os castelhanos se fortificam em Santa Tecla; Rafael Pinto Bandeira, o grande e inexcedível fronteiro, espia-lhes os movimentos de São Francisco, a guarda montada na margem do Vacacaí, ao sul do local onde mais tarde se formou a povoação.

Os campos da futura cidade serão testemunhas de recontros e emboscadas, de reconhecimento e entreveros; o cêrro do Batoví, por sua assentuada predominância no relêvo da região que o circunda vai crescendo de importância militar para os contendores.

Sentinelas, guardas, acampamentos, ranchos...

Uma capelinha surge... E' o germe da futura cidade!

A semente não medrou alí. Brotou, e a árvore que hoje frutifica teve de ser transplantada para a margem do Vacacaí e lá vicejou e lá prosseguirá...

Celso Shroeder, elegante, moderno e criterioso estuda pormenorizadamente essa fase da história local na sua interessante monografia sôbre S. Gabriel, já publicada.

Ocorre algum tempo depois da invasão do Rio Grande pelos exércitos uruguaio e argentino, sob o comando de Alvear e por sôbre as ruas da povoação incipiente passam êles e logo em seu encalço os soldados brasileiros de Barbacena, nas marchas apressadas com que ganhavam caminho para a formidável jornada de 20 de Fevereiro de 1827, no Passo do Rosário.

Ressurge na história militar o nome da cidade de São Gabriel no período glorioso da Revolução Farroupilha, já quando no seu início o notável João Antônio da Silveira, varão modelar e chefe republicano, se apodera da praça e afugenta o famoso Coronel Bento Manoel Ribeiro, comandante das fôrças imperiais, já no declínio da campanha, longa, de quase dez anos, quando alí se estabelece o General Luiz Alves de Lima e Silva, fazendo de São Gabriel o centro principal de suas operações.

E, o forte Caxias, revive até hoje nas tradições da cidade, soldando o nome desta ao do extraordinário General, o nobre e magnânimo pacificador do Rio Grande do Sul em 1845.

Ontem... Para que lembrar os sucessos de nossos dias? As revoluções recentes, em que tomamos parte ou testemunhamos, devem ser estudadas mais tarde, quando as paixões e os preconceitos estejam dissipados.

Os capítulos referentes a tal período virão a ser escritos um dia e ainda será lido o nome da terra gabrielense em páginas de bravura e de honra.

Na fé de ofício dos serviços de meu torrão há ainda alguma cousa a ser lembrada neste oportuno momento. E' a permanência por longos anos na modesta povoação de campanha, daquele antigo, tradicional e glorioso regimento que foi o Primeiro de Artilharia a-Cavalo.

A marcha progressiva de nossa organização militar fez desaparecer dos quadros constitutivos do exército o Primeiro Regimento de Artilharia a-Cavalo, que por transformações sucessivas é hoje, pela inspiração patriótica e alevantada de José Fernandes Leite de Castro, o Regimento Mallet.

Foi de São Gabriel que o velho Emílio Luiz Mallet levou para as campanhas do Uruguai e do Paraguai as suas baterias e foi com a gente daquela terra que êle cobriu de glórias o seu Regimento quando a 24 de Maio de 1866 ganhava o melhor quinhão da vitória com o seu *Fogo de Horror* e a metralha varria as hostes inimigas com a sua *Artilharia Revólver.*

*
* *

Foi nesse legendário Regimento que conheci o então primeiro tenente Antônio José Dias de Oliveira.

Estávamos no ano de 1887. Era eu um insignificante aprendiz de tipografia na oficina de um jornal republicano — *"O Zig-Zag."*

Seus principais colaboradores eram oficiais da guarnição, quase todos propagandistas convictos do regime que veio triunfar a 15 de Novembro de 1889.

Dias de Oliveira pertenceu a êsse pugilo de colaboradores e a proclamação da República encontrou-o em São Gabriel. Viera êle do Amazonas onde contraíra o beriberi e fôra obrigado a mudar-se para o benigno clima do Rio Grande do Sul, procurando a cura de sua saúde.

Moço, em plenos vinte e oito anos de existência, inteligente, culto, educado, com dotes físicos perfeitos, com um temperamento muito sereno e afável, o tenente Dias viu-se imediatamente cercado da estima, da simpatia e da consideração de seus companheiros de armas e de tôda a sociedade civil.

Alguns meses mais tarde consorciou-se com uma distinta senhora, D. Hermínia Pacheco, filha de um ilustre e austero varão, o Coronel Graciano da Costa Pacheco, o qual ganhara sua patente nos campos de batalha do Paraguai e representava honrosamente uma antiga e tradicional família gabrielense.

Foi D. Hermínia a dedicada e exemplar companheira, amiga e inspiradora de Dias de Oliveira durante o resto de sua comum exis-

tência, e tão extremosa por êle que sucumbiu pouco tempo após o doloroso dia em que viu fecharem-se para sempre os olhos cariciosos de seu espôso.

*
* *

Nesse ambiente de simpatia conhecí Dias de Oliveira. Passaram-se os meses e em 1888 penetro na Escola Militar de Pôrto Alegre encetando a minha vida militar.

Decorrem 1889 e 1890...

Fizera-se a República e Benjamin Constant, o inolvidável Mestre da Praia Vermelha, o evangelizador republicano do Exército, reforma completamente o ensino militar abrindo para os futuros oficiais um curso profundamente científico e lógico, preparando-os para a missão altamente patriótica e civilizadora de serem os condutores do Brasil nos seus objetivos de país republicano dentro do livre continente da América e ao mesmo tempo aptos para o desempenho de seus deveres na defesa das instituições e da soberania brasileiras.

A tarefa dos professores assumia a máxima importância na reconstituição da mentalidade do Exército. Para os cargos do magistério Benjamin fez uma notável seleção de valores e o Capitão Antônio José Dias de Oliveira foi um dos nomeados para a Escola Militar de Pôrto Alegre.

Êsse instituto recebeu também um considerável impulso. O seu curso passou a abranger, pela reforma de 1890, o aprendizado completo da hierarquia científica desde a matemática até a Sociologia e Moral, seguindo-se-lhe o curso propriamente profissional do serviço das armas combatentes.

Interrompamos por um instante a minha narração...

E' um momento de recordação o que perpassa o meu espírito. Ao falar da Escola de Pôrto Alegre, a saudade, essa inseparável companheira dos velhos, faz desfilarem em minha lembrança as figuras de meus mestres e vejo subjetivamente passarem Celestino de Castro e Cândido Jacques, Vespasiano de Albuquerque e Alberto Carlos, Alcibíades Rangel e os Barreto Viana, Pedro de Araujo e Carlos Nabuco, Henrique Martins e Inácio de Alencastro...

Permití, senhores, que me deixe dominar pelo coração para espargir sôbre essas memórias gratas as flores vivazes de meu reconhecimento...

Prossigamos...

*
* *

Dias de Oliveira ocupou a cadeira de Arte e História Militar no curso das três armas. Professou-a por anos consecutivos até 1898

quando foi criada a Escola Militar do Brasil, e novamente reformado o ensino no Exército.

Por uma circunstância ocasional recebí durante dois anos letivos as suas lições na Escola de Pôrto Alegre. Essa prolongada frequência me fez bem conhecer o professor. Em ambos os anos obtive a mais alta classificação escolar: ganhei mais, — um acentuado pendor para o estudo profissional das armas, a atração para a história militar.

E, sôbre tudo isso, uma imperecível admiração pelo mestre, uma radiosa estima pelo amigo, admiração e estima que se corporificam agora, após seu desaparecimento, pela escolha de seu nome para patrono de minha cadeira neste augusto Instituto.

*
* *

Admirei em Dias de Oliveira as suas virtudes pessoais, a inteligência, a modéstia, a benevolência com que agia e doutrinava, no professor a cultura, a clareza de exposição, a tolerância com a mentalidade e as convicções de seus alunos, o afinco com que estudava, aperfeiçoando sempre as suas lições: no soldado a larga compreensão de disciplina, sua bondade para os subordinados e o respeitoso acatamento para os superiores: no amigo a sinceridade, a firmeza e a invariabilidade com que cultivava as suas afeições.

Não toleraria êle, se vivo fôsse, a presente homenagem que tão cordialmente quero prestar-lhe; iria melindrar a sua modéstia sem par. Infelizmente a Morte já o carregou para o recesso de seus mistérios e o seu obscuro discípulo porém fiel amigo timbra em prestá-la.

Dias de Oliveira merece-a, qualquer que seja a face por que se analisa a sua existência terrena, — soldado, mestre, general, cidadão, amigo, chefe de família exemplar, que em tudo soube ser.

*
* *

Antônio José Dias de Oliveira nasceu na cidade do Rio Grande a 13 de Dezembro de 1859. Assentou praça no 12.º Batalhão de Infantaria em 25 de Janeiro de 1877 e ingressou na Escola Militar de onde saiu em fins de 1885 com o curso completo de engenharia.

Foram seus colegas de formatura oficiais que alcançaram alta reputação em suas carreiras: Severiano Rego, João de Deus Martins, Eugênio Franco, Adalberto Petrazzi, Américo Almada, outros e entre estes as inteligências privilegiadas de Saturnino Cardoso e de José Eulálio da Silva e Oliveira, docente incomparável em qualquer cátedra onde professasse.

Ao completar essa turma de oficiais, o comandante da Escola da Praia Vermelha, prosseguindo uma praxe continuada propôs ao Ministro da Guerra que fôssem os novéis engenheiros distribuídos em comissões onde pudessem adquirir a prática de sua recente investidura.

Oliveira Junqueira denegou-lhe a concessão e expediu a propósito um Aviso em que se encontram as seguintes interessantes considerações:

"Havendo êles (refere-se aos oficiais indicados) frequentado aquela Escola, da qual saíram tão dignamente, tendo concluído o curso militar, é óbvio que a melhor prática consistirá em ir para o seu batalhão, ou regimento prestar os serviços que o Exército e o país estão esperando. Consequentemente nas fronteiras e outros lugares e no campo em que se acham alguns dêsses corpos, terão os novos laureados ocasiões frequentes de se amestrarem nas práticas da arte militar. Quando houver entre êsses oficiais que finalizaram os estudos algum ou alguns com decidida propensão para o estudo de especialidades como a alta astronomia ou outra desta ordem, o govêrno, sob proposta do digno comandante da Escola Militar, enviará para os estabelecimentos próprios êsses oficiais para cultivarem tais ciências, deixando que o maior, o grande número dos que assentaram praça para defender o país e prestar bons serviços, se dedique ao exercício das armas, ao conhecimento das evoluções e da vida militar e se prepare para cumprir os seus deveres."

Tínhamos um Imperador que conservava o Brasil mergulhado no analfabetismo e manchado com a nódoa repugnante da escravatura, muito mais preocupado sempre com o seu amor pela contemplação do movimento dos astros nas noites estreladas que com o bem-estar de seus governados e a prosperidade da nação.

A Astronomia era, talvez por isso, olhada pelo Ministro como o pináculo da atividade intelectual: a alta astronomia, dizia o Aviso. Haverá acaso baixa astronomia? Restavam dois únicos caminhos: para os seletos, o céu na contemplação do rolar dos planetas, seus satélites e estrêlas: para todos e logo, a tarimba.

Desconhecia o titular da guerra que entre os dois extremos havia uma longa série de departamentos onde oficiais aprendem, trabalham, cumprem deveres e preparam o futuro de sua classe e de sua Pátria?

Não lembrar-se-ia da importância que tem para essas instituições o sistema de nossas vias de comunicação, a organização das fortalezas e das casernas e sua distribuição pelo território e pelo litoral, o levantamento das cartas geográficas e topográficas, o estudo dos campos prováveis de guerra e os projetos de operações, o reconhecimento minucioso das possibilidades do país em recursos industriais e econômicos...

Para a tarimba, mandou imperativamente. O que era a vida de quartel naquele tempo? Muitos de nós a conhecemos.

Era o soldado profissional trazido pela violência do recrutamento forçado para dentro do quartel...

Era a disciplina aviltante da vara de marmelo.

Tínhamos o cadete de brilhantes estrêlas nos braços, calças a balão, salto alto, desordeiro, alcoolatra, presumido nos seus privilégios de ombrear com os oficiais e poder sentar-se à mesa de Sua Majestade o Imperador...

Os oficiais lutavam como heróis para sustentarem as famílias e educar os filhos, remunerados miseravelmente como eram.

Remanescentes da velha e colonial avareza os quartéis eram sórdidos, seria em vão procurar em seu interior o que se chama o bem-estar.

Só uma situação era pior do que a do soldado de tropa, era a do escravo.

A instrução da tarimba cingia-se às guardas, às fachinas, às patrulhas e aos raros exercícios de manejo das armas e evoluções geométricas nos logradouros públicos para exibição do "garbo irrepreensível com que a tropa se apresentava", exercícios que davam pretêsto para encher a fôlha de assentamentos dos oficiais de elogios inócuos e por vezes ridículos.

*
* *

Conformando-se com a estreita visão do Ministro Junqueira, o Tenente Dias de Oliveira ao deixar os bancos de estudante de engenharia militar partiu para o Amazonas indo arregimentar-se no terceiro batalhão de artilharia de posição com quartel em Manaus.

Adoecendo de beriberi, como já referí, foi depois transferido para o Regimento de São Gabriel e alí recebeu em 7 de Janeiro de 1890 os galões de Capitão.

Nomeado professor removeu-se para Pôrto Alegre, sede da Escola Militar, onde passou a exercer o magistério.

*
* *

As paixões partidárias são muito vivas e obliteram os espíritos, maximé nos meios provincianos. A politicagem de campanário não é frase vã e convencional, é uma realidade palpável.

No Rio Grande a política de campanário tinha raízes profundas: viera e retrógrados e constitucionalistas com o Reinado e o primeiro Império: republicanos e legalistas, farrapos e caramurús na Regência e Maioridade: liberais e conservadores no segundo Império.

Com o advento republicano não se transformaria subitamente a mentalidade do povo riograndense. As lutas partidárias se agravaram; eram de um lado os velhos elementos monárquicos preponderantes na política da província, apeados de golpe da situação; de outro estavam os republicanos ensaiando os primeiros passos na organização do regime e administração pública.

À frente dos fundadores da instituição republicana no Rio Grande do Sul estava a figura imortal, extraordinária e inconfundível de Júlio de Castilhos. Êste chefe inspirava-se em sua ação social nas doutrinas da Política Positiva cuja aplicação adaptava inteligentemente ao meio e à época. Individualidade excepcional por sua energia, intransigência de princípios e a inatacável integridade moral, Júlio de Castilhos teve de arrostar, por isso mesmo, com uma reação formidável.

Não foram somente os naturais inimigos os que teve de enfrentar. Foram-se-lhes ajuntando também muitos dos antigos companheiros de propaganda, amigos de ontem... Nuns, interêsses feridos pela envergadura moral de Castilhos; noutros, divergências doutrinárias; em alguns, motivos personalíssimos.

Dias de Oliveira, que tendia preferentemente para as doutrinas filosóficas de Herbert Spencer, o apóstolo da Teoria da Evolução, alistou-se entre os adversários da política seguida por Júlio de Castilhos, sem deixar-se porém dominar pelos ímpetos de sentimentos amargos.

Lentamente foi-se formando a tempestade na atmosfera de ódios, paixões e violências em que o Rio Grande se viu envolvido. E um dia explodiu a Revolução.

Os campos e as cidades, as coxilhas e as canhadas de minha terra mancharam-se, aquí, e alí, do sangue generoso de seus filhos, batendo-se por ideais, desgraçadamente, numa luta bárbara, quase selvagem. O passado retrógrado de um lado, em frente os preparadores do futuro do Rio Grande e do Brasil: de permeio a instituição republicana, a causa da Pátria, ideal superior ao eco dos nomes, às vontades de homens.

Floriano Peixoto foi o mais firme, o mais sereno, o mais bravo defensor da República e do Brasil: sua atitude despertava o entusiasmo dos velhos legionários que se tinham esforçado por fundá-la. Chegou o momento em que se teria de estar com a República ou contra ela: não havia lugar para espectadores.

Dias de Oliveira, afastado de Castilhos por motivos honrosos e doutrinários, poderia ficar no seu pôsto de testemunha passiva dos acontecimentos. O seu temperamento de soldado e de republicano, o seu espírito de riograndense e de patriota, a sua honra varonil não lhe permitiam, tal atitude: tinha de colaborar de armas na mão na defesa da República.

E partiu a tomar posição nas fileiras da coluna do intrépido General Antônio Adolfo da Fontoura Mena Barreto, operando na região do planalto serrano. Acompanharam-no dois colegas. Erico de Oliveira, diamantino caráter e austero soldado; outro foi Joaquim Marques da Cunha, o professor insigne, talento e cultura admiráveis que transpôs há pouco tempo os umbrais da morte, deixando entre os que tiveram a felicidade de o conhecer uma lembrança inapagável.

*
* *

Raiando a paz de 23 de Agôsto de 1893 Dias de Oliveira voltou à sua cátedra e com a mesma solicitude, a invariável dedicação prosseguiu na distribuição das luzes de seu saber aos jovens companheiros que cursavam a Escola Militar.

Cada turma que deixava os bancos escolares era um novo grupo de admiradores e amigos que Dias de Oliveira conquistara tão insinuante era a sua personalidade de mestre e de soldado.

Reformado o ensino militar em 1898 Dias de Oliveira veio para o Rio de Janeiro fazer parte do corpo docente da Escola Militar do Brasil, permanecendo como lente da cadeira que com tanto realce prelecionara-a de Arte Militar.

Deixou êsse exercício em 1901 quando arregimentou-se no Primeiro Batalhão de Engenharia: promovido a Major regressou ao magistério em 1904.

Em 1909 teve o gôzo de dois anos de licença para aperfeiçoar conhecimentos na Europa e de lá voltou em 1911 reocupando o seu pôsto de catedrádico.

O ilustre General Antônio Geraldo de Souza Aguiar quando assumiu em 1914 o alto pôsto de Chefe do Estado Maior do Exército levou para a direção de seu gabinete o Coronel Dias de Oliveira e aí começa uma nova fase da atividade brilhante dêste oficial.

E' quando assume um lugar bem de acôrdo com o seu feitio intelectual, o de Diretor do Boletim Mensal do Estado Maior, publicação preciosa refletindo as melhores mentalidades da cultura militar.

Atravessa o mundo uma crise culminante. E' o período da Grande Guerra.

Chocam-se as maiores potências da Europa numa luta de gigantes e estão em jôgo os princípios imutáveis da estratégia, os processos variáveis da tática, balaceiam-se doutrinas, analisam-se chefes, comparam-se os materiais. O Boletim acompanha *pari-passu* o desdobrar dos fatos e aponta aos estudiosos as suas consequências e lições.

Dias de Oliveira inspira a difusão dêsses ensinamentos: permanece daí por diante no serviço da instituição primordial do Exército, o Estado Maior.

Quando termina a Grande Guerra cria-se também para o nosso Exército uma transformação profunda. Refiro-me à vinda para o Brasil da Missão Militar Francesa que operou nos métodos de aprendizagem das armas em nosso país uma modificação radical.

O objetivo que ditou a decisão de chamar os mestres, foi o de colocar rapidamente as nossas fôrças armadas de terra ao corrente dos processos e doutrinas que tinham levado à vitória os exércitos aliados, aos quais o Brasil se vira na contingência de acompanhar e oferecer cooperação.

A Missão Francesa trouxe como chefe êsse ilustre General Maurice Gamelin, encarnação legítima do gênio francês, impressionante e dominador nas revelações de sua inteligência, caráter admirável de soldado, de diplomata e de patriota.

Se a carreira de Gamelin sofre um eclipse em nossos dias com o desastre que presenciamos ontem não se pode atribuir ao digno General a responsabilidade do descalabro. As circunstâncias são mais fortes do que as possibilidades dos homens. Gamelin será de-certo a vítima de erros alheios.

A sua reputação terá de rebrilhar. O imperioso processo de reparação de sua justa nomeada já começou nesse impressionante livro Tragédia em França, que André Maurois espalhou recentemente.

A França gloriosa e rediviva reerguer-se-á dos escombros da derrota para continuar a iluminar o mundo com as cintilações de seu gênio incomparável e o nome de Maurice Gamelin receberá a consagração que lhe cabe. Êle teve a visão nítida do insucesso que se armava, apontou o verdadeiro caminho a seguir... Foi destituído. Esbarrandou-se o bravo exército de França!

*
* *

No período de transição entre os velhos e abandonados processos de educação militar e os que nos veio trazer a Missão Gamelin, Dias de Oliveira auxiliou dedicadamente a transformação da mentalidade do Exército.

Colaborou de coração e inteligentemente, constrangendo talvez os seus arraigados sentimentos nativistas, para o completo êxito da adaptação que se empreendia.

Recalcou convicções e preconceitos para dar exemplo de subordinação à lei e para bem servir ao Brasil: em boa hora porque os novos métodos trouxeram como fruto o esplêndido Exército que agora possuímos.

Dias de Oliveira era subchefe do Estado Maior e portanto desempenhava função onde a sua cooperação era preciosa. Nesse pôsto recebeu os bordados de General de Brigada a 13 de Junho de 1919.

Bem os merecia pelos serviços prestados em sua longa carreira, pelos predicados que ostentara sempre, pela certeza de que seria um chefe capaz para o Exército.

Não foi um favor ou um prêmio dependente da boa vontade governamental porém a consagração de um mérito real.

*
* *

Quem levou ao Palácio do Catete o decreto da promoção de Dias de Oliveira ao generalato, foi o Ministro Alberto Cardoso de Aguiar, aquela grande figura do Exército, notável pela sua inteligência e profunda competência, admirável pelas suas qualidades de caráter e de coração.

Neste instante de sentidas evocações é com a mais alta veneração e saudade que relembro o nome de Alberto de Aguiar, general da mais ampla envergadura que ainda não teve substituto no Exército.

Foi como General de Brigada que Dias de Oliveira encerrou a sua carreira militar, colhido pela reforma compulsória.

Tasso Fragoso, o nosso acatado consócio, seu chefe, exprime eloquentemente o pensamento da classe ao apresentar as despedidas do Estado Maior quando dêle se afasta o dedicado colaborador. Eis os termos do Boletim alusivo à reforma de Dias de Oliveira:

"Lamento profundamente que uma disposição inflexível da lei afaste do nosso convívio o General Antônio José Dias de Oliveira. A sua elevada cultura, o seu conhecimento dos assuntos profissionais que versava de longa data como professor de uma de nossas escolas superiores, o seu entranhado amor ao País e a retidão de seu caráter, eram seguros penhores de que a continuação de seu esfôrço no Estado Maior do Exército seria de grande proveito para o desempenho da grande tarefa que nos está confiada. Tenho porém certeza de que o Exército terá sempre nele um amigo indefectível para quem o país nunca apelará em vão no momento oportuno."

Sua saúde era precária. Embora a idade não lhe fôsse pesada sua compleição estava seriamente abalada. E um dia, após rápida enfermidade sucumbiu, sumindo-se na voragem da morte. Foi a 14 de Julho de 1925.

Meu prezado amigo e nosso ilustre confrade General Alípio Di Prímio teve a bondade de ministrar-me detalhes sôbre as últimas horas da preciosa vida de Dias de Oliveira.

Inaugurava-se o Pritaneu Militar da Fundação Osório e Dias foi o orador da solenidade. Terminou o seu discurso envolto no fumo do magnésio que os fotógrafos faziam explodir para colhêr os flagrantes do acontecimento.

O General não se alterara nem demonstrara o mal que de súbito o surpreendeu. Assentando-se ao lado de D. Manoela Osório Mascarenhas ouvia as primeiras palavras do orador que o sucedeu na tribuna quando bruscamente cai assaltado por um edema agudo do pulmão. Socorrido, abre os olhos e reconhece a seu lado o velho amigo Alípio Di Primio...

E' levado ao lar e horas depois Dias de Oliveira exala o último suspiro.

Morrera quase que em um pôsto de honra, numa apoteose ao imortal Osório, por quem tinha êle imensa admiração e num altruístico esfôrço pelas filhas órfãs de seus camaradas.

*
* *

Meus senhores: — Até aquí temos acompanhado a vida de Dias de Oliveira em sua carreira militar, tendo eu procurado evidenciar os eficientes serviços que prestou a sua classe durante sua atividade profissional.

Devo agora apreciar um outro aspecto de sua personalidade: quero referir-me ao intelectual que êle foi, indo buscar em seus escritos a feição particular de seu espírito.

Antes, porém cabe-me apresentar-vos a opinião que da competência do professor formou um de seus vários comandantes: referindo-se nominalmente a Dias de Oliveira declarou em ordem escolar:

"ser-lhe grato, obedecendo aos ditames da mais rigorosa justiça dirigir-lhe os mais encomiásticos louvores e sinceros cumprimentos pela dedicação e esfôrço com que se entrega nos árduos labores de sua nobre e honrosa tarefa transmitindo aos seus discípulos com a autoridade da palavra de mestre proficiente e zeloso os ensinamentos necessários à preparação de sua intelectualidade, de seu ser moral para as lutas do porvir e para o tirocínio de sua carreira no desempenho de comissões e serviços de diversas ordens ligados à profissão das armas, ainda mais se fazendo recomendado e digno de todo acatamento pela solidariedade com que mantém o prestígio da ilustre corporação de que faz parte concorrendo para elevar ao nivel em que deve pairar o ensino superior como elemento de progresso e adiantamento de nossa nacionalidade."

Colaborando na Revista Militar publicou Dias de Oliveira em 1901 um longo e minucioso estudo sôbre o Exército Alemão. Dalí extraímos as seguintes considerações que nos mostram em plena luz o conceito de seu autor em matéria de organização da defesa armada de uma nação.

"Modêlo de organização militar moderna, símbolo vivaz da tradicional disciplina prussiana, sentinela sempre vigilante e zelosa da

honra e integridade da pátria, o Exército Alemão atual sintetiza por assim dizer a nacionalidade germânica, politicamente integrada, forte, temida e respeitada em todo o continente europeu.

.....

"Sabido é que as instituições militares são a obra do tempo, não se improvisam e sua evolução acompanha a marcha do progresso humano; assemelham-se a uma espécie de espêlho onde se vem refletir a origem dos povos, os seus usos e costumes, as suas tradições e tendências étnicas.

Fatos há peculiares a cada cenário particular: existe uma justa adaptação do meio que não é lícito desvirtuar."

Mais adiante, depois de mencionar a tendência à reorganização dos exércitos do Chile, Argentina, México e Brasil, diz êle:

"Neste particular bom é, portanto, que se vá procurar no estrangeiro o que lá houver de bom e adaptável entre nós, mas que absolutamente se exclua tudo o que não se coaduna inteiramente com as exigências do nosso meio militar.

"Até aí vai o nosso irredutível nativismo em matéria de organização."

Recordo-me bem de ouvir repetidamente em suas lições didáticas o princípio apregoado nas linhas acima de que cada nação tem que dar a sua organização militar uma feição própria, não se podendo aceitar um figurino como modêlo universal.

Essa verdade também ocorre na aplicação da tática, modificável com a variedade dos armamentos e materiais porém subordinando-se fatalmente às tradições, hábitos e espírito de cada povo e consequentemente de cada região onde se desenrolam as operações.

Despertava no espírito de seus alunos a faculdade de comparação dos preceitos e métodos de guerra e consequentemente a adoção, em cada caso, de uma solução para os problemas profissionais que tivessem de enfrentar.

Não os prendia a uma rígida subordinação cega e inconciente à letra escrita dos livros ou dos regulamentos porém procurava incutir-lhes a flexibilidade de julgamento, o equilíbrio da análise, a decisão positiva e segura quando amadurecida.

*
* *

Era em Dias de Oliveira uma preocupação invariável criar, acima de tudo, uma mentalidade própria para os oficiais que se iam formando em suas aulas.

A concepção que o professor tinha do papel que compete aos oficiais não se limitava na aprendizagem da arte militar. Em notá-

vel conferência produzida no Clube Militar em 1913 sôbre "A Guerra e seu aprendizado" Dias de Oliveira mostra a seu auditório um aspecto interessantíssimo da missão dos oficiais, — a de formadores do caráter de seus soldados.

Eis as suas palavras lapidares: e não posso perder êste momento sem recordar que Dias de Oliveira era em suas preleções um verdadeiro estilista, falando ou escrevendo sempre no mais rigoroso vernáculo que conhecia integralmente.

"Como educador porém, a missão do oficial é muito mais delicada. Criar, desenvolver e conservar a fôrça moral do soldado, incutir-lhe no espírito e no coração a idéia e o dever militar, o culto da bandeira e da pátria, o hábito da disciplina, o respeito e obediência aos chefes e o espírito de boa camaradagem militar, não é tarefa fácil e para realizá-la torna-se mister que o oficial educador represente o protótipo dessas elevadas virtudes, o exemplo vivo e o guia seguro do soldado em todos os atos da vida militar.

Mas para aferir a fôrça moral que anima uma tropa é preciso contemplá-la nas fases críticas do combate, nesses "dias de pólvora que são dias de verdade", como diz um provérbio árabe.

Aí, dadas as condições da luta, ante os horríveis estragos produzidos pelos meios de destruição atuais e seus efeitos desmoralizadores, aí sim, é que é preciso desenvolver uma energia sobrehumana para atravessar sem vacilações as zonas da morte.

Nestes supremos momentos é que se poderá avaliar o alcance enorme da coragem vinculada ao caráter, união indispensável cujos resultados sagram os verdadeiros heróis; dessa coragem que no dizer de Alberto Sorel conduz ao assalto e faz cravar a bandeira sôbre o baluarte conquistado, fazendo exclamar ao soldado: "Aquí estou!" dêsse caráter que o mantém firme no terreno ocupado e possa dizer com segurança — "Aquí fico!"

Somente a fôrça moral baseada na confiança recíproca conseguirá alcançar a vitória. Oh! também da vitória compartilharia o obscuro educador militar, provido semeador que durante a paz pode preparar a colheita de tão almejado fruto!"

Formosa visão do sagrado papel de oficial, educador de seus homens, construtor paciente da vitória!

*
* *

Com uma intuição tão elevada da missão de instruir soldados, poderemos compreender, da meditação dessa bela página literária de Dias de Oliveira, a psicologia, do homem que a traçou, do carinho e

devotamento com que se empenharia na sua missão de formar a mentalidade, o caráter e os sentimentos dos futuros oficiais, êle que era o educador dos educadores!

As suas lições não destoavam, refletiam nitidamente a fisionomia moral e mental do Mestre, elevadas, convincentes, luminosas...

*
* *

No Primeiro Congresso de História do Brasil, realizado em 1914, a parte correspondente à Guerra do Paraguai foi distribuída entre três notáveis e competentes escritores: Marechal Bernardino Borman, General Liberato Bittencourt e Dias de Oliveira.

Escreveu êle brilhantemente a tese que lhe competia. — A Campanha das Cordilheiras — detalhando a fase final da guerra.

Examina antes de entrar no assunto principal, com agudeza de vistas e segurança de observação, os antecedentes da época, a formação da nacionalidade paraguaia, as causas da guerra com o Brasil, o desenvolvimento das operações da campanha, o comando brilhante de Caxias e entra por fim, proficientemente, no estudo dos movimentos, marchas, combates, encontros que tiveram por epílogo definitivo a morte de Solano Lopez, a 1.º de Março de 1870 nas margens do Aquidaban.

O professor se expande na plenitude de sua inteligência e competência, historiando e analisando a ação das tropas e o valor dos chefes para encerrar a tese, generosamente para com os vencidos e cheio de entusiasmo para com os heróicos vencedores.

*
* *

A Revista do Estado Maior inclue em seu texto muitos trabalhos da lavra de Dias de Oliveira, contando-se aí algumas traduções interessantes sob o ponto de vista profissional e um meticuloso estudo sôbre as fortificações do Mato Grosso e os Acontecimentos nessa remota região nos anos de 1801 e 1802.

Elaborou, ainda quando não o possuíamos, um projeto minucioso de Regulamento de Campanha.

Meus senhores.

Esta casa, que apenas ensaia seus primeiros passos na marcha para o futuro, é desde o seu início e pelo seu alto objetivo, um admirável monumento erguido em honra daqueles que, pertencendo ao nosso passado glorioso, são agora os nossos guias espirituais.

Cada uma das cadeiras que ora ocupam os componentes do Instituto transforma-se no pedestal de um símbolo: há no alto de seus espaldares um nome!

Recordam êsses nomes servidores do Brasil nos domínios das letras militares, paradigmas de predicados morais e intelectuais, exemplos que nos obrigamos de conciência a seguir, imitar e culturar.

O mais humilde dos sócios do Instituto Militar de História e Geografia deve a Dias de Oliveira a alegria de se ver honrado em ocupar a vossa atenção nesta hora e de assentar-se em uma cadeira na vossa ilustre convivência.

Já vos disse, senhores, que foi ouvindo as lições que me senti melhor inclinado para o desempenho de minha profissão de soldado, encontrando no estudo das doutrinas que a orientam o verdadeiro fio condutor de minha carreira, votando-me a ela com amor e entusiasmo.

E mais do que isso, não só a certeza da trilha que percorria, sinto que contribuiu e muito para o relativo êxito que alcancei no tirocínio das armas, como mais tarde na minha apagada atividade intelectual, a liberdade que Dias de Oliveira me concedia, quando seu discípulo, para pensar e para dizer consoante o meu próprio feitio, com a intuição que ia adquirindo pelo estudo, pela meditação, pela experiência.

Isso se traduz pela integral emancipação do pensamento, sem afêrro ao que estivesse escrito ou que representasse conceitos não partilhados pela minha mente.

Por êsse modo brota em meu espírito a conciência do valor da personalidade, virtude que se deixa facilmente obliterar nos imperativos da disciplina militar.

Feito o meu curso estritamente científico, subordinado rigorosamente ao conhecimento das leis que regem os fenômenos da natureza e humanos, entramos em seguida no domínio da aplicação dos processos da ciência à atividade prática, no mais variável, mais acidentado, mais violento e complexo dos fenômenos humanos, a guerra.

Se nesta, os elementos tropa, material, terreno, tempo são fundamentais, há um elemento ainda a considerar, o chefe, cuja influência é decisiva na obtenção do êxito.

O general, o chefe, terá de possuir um conjunto de qualidades exepcionais, peculiares e exercitá-las com o cunho da própria personalidade, calcando as suas decisões sôbre o estudo e a meditação que quando iluminadas pelo gênio produzem os Césares, os Napoleões e os Caxias.

Tive de pensar sempre na guerra, o mais árduo e transcendente problema que o homem tem de resolver porque envolve a vida das criaturas humanas, as criações de progresso e o destino das nações.

Procurei ser fiel ao meu dever preparando-me invariavelmente para o desempenho de meu papel na carreira militar.

As nações não alcançam a vitória das armas com a improvisação: ganham-na com o preparo lento e continuado, com a previsão e perseverança.

Os chefes preparam-na com uma dedicação obstinada na articulação de todos os meios e elementos postos sob o seu domínio para aquele supremo desígnio.

E' o rolar de uma pedra de Sisifo, para o alto da montanha, sem deixá-la escorregar.

*
* *

Circunstâncias que não importa neste momento ventilar, vedaram-me o campo dessa honrosa atividade.

A inteligência declina, o corpo quebranta-se ao pêso dos anos, os desgostos e desilusões se sucedem...

Abrem-se porém, ante mim, as portas amplas do aprendizado da história.

Dias de Oliveira forjara a chave com que pude penetrar no templo sagrado dêste Instituto, onde todos comungamos na mesma mesa de estudo e de devotamento patriótico.

O descambar de minha vida afigura-se para mim, de então por diante, verdadeiramente afortunado de vez que vim conviver convosco, prezados confrades, e posso continuar a servir ao nosso Brasil, num esfôrço mínimo porém, sincero.

*
* *

A cadeira que procurarei honrar ao vosso lado tem por patrono o General Antônio José Dias de Oliveira. E' a prossecução de seu influxo na dedicação à Pátria.

Não é somente a homenagem do discípulo e do amigo. E' o preito que êle merece como soldado e como educador, como cidadão e como brasileiro!

Paz às suas cinzas!

Honra à sua memória!

Rio, 1941."

Compêndio Noticioso

Do Continente do Rio Grande de São Pedro até o Distrito do governo de Santa Catarina, extraído dos meus diários, observações e noticias, que alcancei nas jornadas que fiz ao dito continente nos anos de 1774 e 1775. (Por Francisco João Roscio). (Copiado ao manuscrito pelo General Borges Fortes).

He o continente do R. G. de S. P. um paiz agradavel, sadio, fertil e temperado por sua situação entre 28 e 32 gr. de Lat. Meridional. Divide-se este continente em tres partes de terreno todos diferentes em sua qualidade e situação. A primeira he uma lingua de terra baixa e igual que segue a figura esférica do globo sem alteração ou irregularidade de montanha; bordada por uma parte com a costa do mar e pela outra com a Lagôa dos Patos. A sua extenção he de mais de 60 leguas; mas a sua largura não he grande. Em umas partes tem 2 leguas em outras, cinco, e assim mais ou menos se alarga e diminue conforme as sinuosidades de que he cercada. Esta lingua de terra he formada com hum insensivel albardão ou altura pelo meio de toda a sua extenção. Para a parte do Mar se esgota em varias lagoas communicadas em partes umas com as outras e outras não tem comunicação. Algumas tem uns sangradouros ou Barras para o Mar, que se abrem no tempo das cheias com o peso das aguas e quando estas diminuem os tápa e cerra o Mar com suas areias. Pela parte da Lagoa dos Patos tambem tem algumas outras lagoas, mas o mais natural esgoto he por alguns arroios e Riachos que desembocam em dita Lagôa dos Patos.

A barra do R. G. de S. P. onde termina este terreno não he barra certa e fixa; mas tem seu movimento com a correnteza de aguas e ventos que a alteram no decurso do tempo. Os ventos mais certos que costumam soprar nesta parte da terra são o NO. na maior parte do ano e o S. e SO. nas conjunções e movimentos da Lua. Tambem nas passagens que faz o vento, algumas veses se demora 24 ou 48

horas ao Léste que é o vento mais furioso, frio e desabrido, que castiga estas terras. No tempo do inverno algumas vêses chega a demorar-se 6 e 8 dias e são aqui os maiores tormentos. Os ventos S. e SO. tambem he mais certo e demorado no tempo do inverno, em que as aguas correm ao Norte e como estes ventos são fortes e as aguas mais impetuósas, tem mostrado a experiencia que a Barra se encaminha mais para o Sul com o movimento das areias que correm para a parte do Norte ou dos dominios portugueses. Tudo se vê na planta junta da dita barra e seus arredores em que a lingueta de areia que cobre o lagamar he formada ha muito poucos annos e ha bastantes Praticos que navegam a barra quando era onde agora se abre a dita lingua de terra e o Lágamar. A Lagoa que está no pontal da Barra tambem foi barra ha 30 annos passados, como nos informaram os antigos moradores e querem alguns que saco ou Riacho de traz ao forte de S. Jorge tambem fosse Barra em outro tempo e ha tais que por conjeturas adiantam até o saco da Gamboa e ainda mais.

O fluxo e refluxo das marés he aqui poco conhecido com regularidade e suposto que tem seu movimento na forma ordinaria não he comtudo de grande consequencia e alteração: o que faz as maiores cheias são os ventos do Sul e Oeste com que se entumecem e alteram as aguas contra a corrente oposta, que he grande e forte: e com o Nordeste são as aguas baixas e socegadas.

Quanto a forma e esgoto do terreno se vê do mesmo Plano que em todo este rabo de terra que borda a Barra do R. G. se esgota para a mesma embocadura ou para o Rio Grande por ser mais levantado o terreno nas bordaduras do Mar com altos combros de areya e até huma Lagoa de sua extensão he franca a passagem por toda a parte, excepto em alguns lugares baixos e alagadiços e algumas Lagoinhas que vão marcadas. Desta distancia por diante he sempre franca a passagem para a Costa do Mar sendo embaraçada já com Lagoas, já com um terreno baixo, alagadiço e pantanoso por detraz dos combros de areia que bordam a costa. Estes combros com suas vargens ocupam em partes um quarto de legua em partes meia legua a largura mais ou menos por todo o comprimento.

Principiando da *guarda de João da Cunha* e *forte do Patrão Mor* afastado da Povoação de *S. José do Norte,* de Rio Grande para a parte da Barra meia legua, onde se acha o ultimo esgoto para a bocadura do Rio por hum Riacho que será o *Juncal* e pantanos da parte do Mar; daqui por diante principia o albardão no meio do terreno, esgotando-se por uma e outra parte. Continua este juncal e pantanos da parte do Mar até a *Lagoa do Estreito* que dista da Povoação 6 legnas. Esta Lagoa do Estreito he hum pantano e Riacho grande formado de varias Lagoas comunicadas que ajunta as aguas de huma e outra parte e lhe dá saida por um sangradouro ou Barra

defronte do Estreito. Esta Barra se conserva seca em tempo seco e aberto no tempo das aguas. Algumas vezes são estas tão copiosas que parece entradas ou Barra franca como se deixa conhecer pelo engano de hum Navio Espanhol que passando ali mandou a lancha a terra a qual entrou a dita Barra mas não poude ou receou sahir pelo perigo que conheceram. Até este lugar ha quatro passagens para a Costa do Mar por entre os juncos e pantanos que tem praticado os gados e os pastores afim de servirem daqueles postos.

Da parte do Rio Grande e Lagoa dos Patos se acha o primeiro Arroyo chamado *Canastreiro* junto á Povoação do Norte e depois uma porta chamada do *Mendanha* que he um terreno um pouco mais alto e seco, bordado na sua praia com um mato ou arvoredo. Na sua extremidade se acham vestigios de um cemiterio, isto é, varios ossos e caveiras e alguns cacos de louça de barro ordinario e mal trabalhado que dão noticia de que ali habitaram os antigos Indios ou Barbaros. Neste ponto ha de largura do terreno até o Mar quasi legua e meia. He uma fazenda ou posto para os cavalos da Tropa deste Continente.

Deste ponto até o outro chamado *Ponte Raza* se forma uma enseada em que se esgotam quatro arroios. O primeiro tem seu nascimento em uma lagoa chamada do *Potreiro do Barbosa,* o segundo em um pantano que cerca o mesmo potreiro e o terceiro em uma Lagoa chamada das *Capivaras.* Nesta lagoa se esgota outro arroio que tem seu nascimento em uma Fonte ou Manancial que rebenta da terra para cima com uma grande força: he agua pura e limpa com abundancia.

O 4.º e ultimo Riacho ou arroio é um esgoto do campo e corre a uma praia seca e limpa. Neste lugar profundam mais as aguas da Lagoa, ou do Rio Grande, o que faz muito bom Porto para as pequenas embarcações.

Do *Estreito* ao *Bojurú* onde he outro ponto contam seis leguas. Pela parte do Mar a Lagoa e juncal do Estreito esgota todo o terreno até perto ao Bojurú. Toda esta costa detraz dos combros he pantanosa e com suas Lagoinhas de pouca consequencia: mas em distancia de meia legua antes do Bojurú ha uma passagem seca e franca para a praia do Mar em terreno de areia limpa: depois segue-se defronte do Bojurú uma Lagoa que terá meia legua de comprido.

Da parte do Rincão do Estreito pela parte da Lagoa segue-se uma costa que continua até a ponta do Bojurú e forma uma quasi enseada. He em partes seca e em partes tem seus pantanos. O que tem de mais notavel é uma Lagoa que distará do Bojurú uma legua e da praia do Mar outra legua cuja Lagoa esgota o terreno dos seus arredores e se sangra por um Riacho que desemboca na mencionada Enseada e na sua boca tem uma ilhota que forma neste Riacho de-

sembocaduras. Aquí neste lugar poderá haver de largura 3 leguas e no ponto do Bojurú 4 leguas. Este Riacho não dá passagem por serem suas margens pantanosas e sua embocadura funda mas pode-se dar entrada a pequenas lanchas. Neste lugar só ha a passagem do Albardão que se encosta mais á parte do Mar, e a passagem das praias da mesma costa. Esta ponta do Bojurú e seus arredores hé uma fazenda de crias de cavallos para a Tropa.

Do Bojurú ao *Capão Comprido* são cinco leguas. Hé outra fazenda de crias de vacas e alguns cavalos para o serviço e para ração da Tropa. Da parte do Mar ha um juncal pantanoso que borda a Lagoa do Bojurú e continua até outra Lagoa Grande que principia antes do Capão Comprido duas leguas e se chama *Lagoa dos Patos* ou *Lagoa do Peixe de Campo Bom.* Adquire este nome de um campo ou vargem que ha entre esta Lagoa e a praia do Mar que terá meia legua de Largo em partes mais e em partes menos e se chama Campo Bom. Esta Lagoa terá de comprido 9 leguas ou mais e acaba pouco mais de meya legua atraz da Freguezia de S. Luiz de Mostardas. Tem seu sangradouro ou Barra adiante do seu principio 6 leguas: também está aberto em tempo de aguas e o resto fechado de areias.

Do *Capão Comprido* a *Pedro Lopes* contam 6 leguas. Neste lugar ha outra ponta para a Lagoa e se chama a ponta de Cristovão Pereira. Entre esta ponta e o Mar haverão 5 leguas. Desta ponta á Bojurú só ha uma enseada que na sua maior curvatura poderá ter de largura o terreno duas leguas. Em toda esta enseada não ha cousa notavel mais que uns samaquis ou grandes montes de cascas de mariscos que dão noticia de algumas povoações dos antigos habitadores que se mantinham daquelle alimento. Esgota-se o terreno por alguns arroios de pouca consequencia. Esta ponta de Chist. Per.ª até o alto do terreno ou albardão tem 3 lagoas seguidas, uma junta á ponta, outra no meio do rincão e outra atraz da casa do Pedro Lopes.

De *Pedro Lopes* á Freguezia de S. Luiz de Mostardas contam duas leguas e meia. Nesta Freguezia ha pela parte da Lagoa tres outras lagoas comunicadas, uma adiante de Pedro Lopes que terá meia legua: Esta desangra em outra maior *chamada dos Gamos* defronte de Mostardas que terá uma legua: tem sua barra ou sangradouro para a Lagoa Grande, se conserva sempre franco e aberto mas não he fundo. Dá passagem nas margens ou praia da Lagoa dos Patos.

Nesta *Lagoa dos Gamos* desagua outra da outra parte que tem meia legua e esta recebe agua de um Riacho que passa junto á Freguezia de Mostardas que corre e tem seu nascimento meia legua a parte do Mar da dita Freguezia em um mato ou capão pantanoso. Este Riacho tem suas margens pantanosas mas em pouca extensão da largura, tem duas passagens francas que he a de Mostardas e

outra mais ao Mar chamada da *Guarda Velha* e se podem praticar outros com pouco trabalho. De seu nascimento até a lagoa do Peixe de Campo Bom ha uma passagem limpa e seca e he o albardão do terreno, que aqui se encosta mais aos combros do Mar. Terá de largura mais de ¼ de legua, de que se segue, que neste passo de Mostardas ha cinco passagens francas que são os dous trilhos do Arroyo, o Albardão, a praia do Mar e a praia da Lagoa.

De *Mostardas a S. Simão* contam 5 leguas. Pela costa do Mar ha um juncal e pantano que se esgota na mencionada Lagoa do Peixe de Campo Bom e continua até *S. Simão Velho* que fica atraz de *S. Simão* legua e meia em cujo lugar ha encostado aos combros uma lagoa comprida: dispois outra pequena, e outra maior defronte S. Simão chamada da *Caeyra*. Detraz de S. Simão ha uma lagoa que terá tres quartos de legua não ha outra cousa notavel n'este terreno de Mostardas e S. Simão em que ha varios moradores, que fazem a freguesia de Mostarda. Esgota-se este terreno para a parte da Lagoa por pequenos arroios. De S. Simão ao *posto Velho* ha legua e meia. Neste lugar está principiada novamente uma Aldeia de Indios mas ainda não tem cousa digna de mencionar-se. Pela costa do Mar entre São Simão e a dita Aldeia ha um campo ou passagem seca para a praya, e pela parte da Lagoa não ha cousa notavel, he parte de uma Enseada de que se tratará.

Deste *Posto Velho* ou nova Aldeia a *Barros Vermelhos* contam 4 ½ leguas. Pela parte do Mar atraz desta Aldeia ha uma lagoa pequena: esta se comunica com outra maior que acaba adiante de S. Simão 3 leguas. Esta Lagoa terá tres quartos de legua: está entalada entre campos secos que dão passagem por uma e outra parte para a praia; não tem esgoto ou sangradouro. Segue-se uma pequena lagoa com seu sangradouro em outra maior que acaba junto a Barros Vermelhos e tem seu sangradouro para o Mar perto de uma legua atraz de Barros Vermelhos. Pela parte da Costa da Lagoa adiante da Aldeia nova distancia de uma legua ha hum Riacho chamado do *Capão da Canoa:* e deste a distancia de cinco leguas ha outro chamado do *Ranchinho:* mais adiante ha outro a distancia de 1 legua chamado do *posto do Barbosa* que divide o rincão da cria: depois a distancia de outra legua ha outro maior que divide o mesmo Rincão pelo outro lado: daqui a distancia de um quarto de legua ha outro riacho grande e caudaloso. Entre a embocadura do Riacho do *Ranchinho* e a do *Rincão da Cria* ha uma ponta que forma a Enseada para a parte de São Simão, ou com a ponta da Caeyra e para o outro lado se forma um saco que fecha a Lagoa dos Patos na garganta e ponta de *Itapuan.*

De *Barros Vermelhos* a *Charqueada* contam 3 leguas. Pela costa do Mar ha junto a Barros Vermelhos uma lagoa pequena que tem um sangradouro em outra maior que acaba nos capões do *Retovado*

a distancia de uma legua: esta tem seu sangradouro em outra que acaba mais adiante legua e meia. Segue-se uma passagem seca para a praia: e logo duas lagoas emparelhadas e bordadas de campos secos que dão passagem para a praia pelos seus lados. Adiante fica outra lagoa pequena junto ao Capão do Ignacio Xavier a distancia de 2 ½ leguas: Esta tem seu sangradouro em outra maior chamada da Charqueada que acaba na Charqueada.

Da *Charqueada do Quintão* contam 3 leguas. A *Lagoa da Charqueada* tem seu sangradouro em outra pequena. Esta em outra tambem pequena: e esta tem seu sangradouro em outra maior que acaba no *Capão das Taquaras* distante da Charqueada 1 ½ leguas. Esta tem seu sangradouro em uma grande chamada do Quintão. Esta se sangra em outra chamada da *Cidreira* que é dividida em 3 sacos ou 3 legoas comunicadas por gargantas ou sangradouros grandes: todos terão de comprido 4 leguas e meia.

Do *Quintão* a *Cidreira* contam 4 ½ leguas, da Cidreira ao *Arroio* 4 leguas e dahi ao rio Tramandy uma legua. A lagoa da Cidreira tem um sangradouro ou canal de meia legua de comprido para outra *Lagoa dos Campos de Francisco Ribeiro,* que acaba junto ao passo do Arroio, e esta se sangra pelo mesmo arroio no Rio Tramandy. Este Rio Tramandy é um sangradouro de Lagoas que secam os campos da parte Sul, tanto das referidas Lagoas que desaguam no Arroio como por uma outra forqueta que forma mais centros e entrada a parte de terra dos mencionados até a distancia pouco mais de 3 leguas. Para a parte do Norte tambem forma outra forqueta e Riachão Grande de lagoas comunicadas com a Lagoa Grande de Mel. Bento da Rocha que acaba junto as Torres: e esgota as aguas da parte da Serra e cordilheira geral que borda esta costa do dito Mel. Bento por diante.

Do *Rio Tramandy* a *Mel. B. da Rocha* contam 5 leguas: de M. Bento á saida das praias uma legua: daqui á Guarda de *Itapeba* e *Torres* oito leguas. Nesta praia se esgotam e desembocam 14 arroios pequenos mas todos de agua pura e cristalina. De Torres ao Rio Mampituba ha uma legua. Este sitio de Torres e Itapeba é um rabo ou forqueta de montanha com sua vargem ou baixada no meio que se aparta da Cordilheira geral e toca o Mar. Na baixada ou vargem tambem desaguam 2 arroios pequenos de muito boa agua. As pontas de penhascos a borda da praia em forma de torres é que dão este nome ao dito lugar. O Rio *Mampituba* é outro esgoto das serras geraes por uma forqueta, riachão ou lagoas que forma para uma e outra parte de sua bocadura. De Mampituba ao rio *Araranguá* contam 12 leguas. Nestas a distancia de 4 leguas estão Lagoinhas. Lagoinhas são 4 arroios pequenos que ocupam o intervalo de uma legua e desaguam na praia onde formam nas suas bocaduras um genero de lagoinhas pequenas. Daqui a distancia de 3 leguas está *Conventos*

que é um serro de pedra levantado junto á praia de uma moderada altura com sua baixada ou plano em cima, visto de certa distancia dá algumas aparencias de um edificio despresado. De Conventos ao Rio Araranguá contam 2 leguas e n'este rio Araranguá acaba o distrito do governo do R. Grande abaixo da Serra e principia o da Ilha de S. Catarina. Este rio tambem é outro esgoto semelhante aos dous antecedentes das aguas da mesma cordilheira como tambem outro Rio que está adiante deste tres leguas chamado *Urussanga* mas este não forma forqueta, só tem um riachão em volta com uma profunda lagoa na que se tem visto peixes monstruosos semelhantes a Baleyas.

O resto deste terreno baixo e igual pela parte do seco que fecha a *Lagoa dos Patos* na boca do *Itapuan* é um terreno igual e alagadiço com as chuvas em muitas partes pela abundancia de aguas que recebe e as que lhe correm da Cordilheira pela sua visinhança e não ter franca sahida para a Lagoa dos Patos, que se altera e levanta muito mais de ordinario como adiante se dirá. Esgota-se este terreno por 3 rios ou grandes arroios navegaveis em canoas e pequenas embarcações. O primeiro é o *Arroio de Palmares* que dista do *Charqueada* 6 leguas e tem seu nascimento nos campos junto ao rio Tramandy e se comunica com as suas lagoas. O segundo é o rio *Capivary* assim chamado pelo imenso numero de capivaras que n'ele se criou: tem seu nascimento em uma lagoa junto á Cordilheira ou serra geral, chamada a *Lagoa do Barros*. Dista de Palmares 3 leguas. O terceiro é o arroio da *Boa Vista* que corre junto aos campos dobrados ou alturas que formam a segunda parte de terreno deste Continente e dista de Capivary 3 leguas. Estas 3 leguas de terra é uma grande vargem geralmente mais alagada em tempo de cheias que chega a inundar-se quasi toda. E' passagem e estrada geral trabalhosa de passar de inverno por causa da mesma inundação, chegam os Bois e cavalos a cansar-se e afligir-se tanto algumas vezes no meio deste campo que é bastantemente penoso podel-os obrigar a continuar ou retroceder.

Todo este terreno de que tenho tratado é todo ou pela maior parte de areia muito fina, e movel mas é produtivo coberto de ervas, e algum mato e as suas lagoas todas abundantes de peixe, aves marinhas e proprias das aguas e pantanos como tambem de animais amfibios como capivaras, lontras, jacaré, etc. Os matos chamados capões o mais comum é serem de naturesa para se refugiar dos fortes e castigadores ventos. Estes matos tem madeiras de muito boa qualidade para qualquer fabrica ou emprego. Não são de grande comprimento, as maiores raras vezes passam de 30 palmos. As hervas e culturas crescem com abundancia mas sendo este terreno pisado por bestas e gado com muita frequencia em algum lugar logo se descobrem as areias e lavados pela chuva do que tem de terra fica uma areia solta e movel com qualquer vento porem logo os gados

perseguidos das mesmas areias deixam o lugar as mesmas chuvas continuam a seu tempo os tornam a incorporar: crescem hervas que corrompendo-se com o tempo tornam a fazer uma mistura que compõe excelente terreno para o cultivo, de si estendendo terreno em algum lugar, em poucos anos se reduz a um terreno muito bom e produtivo.

Isto dá motivo a alguns conhecedores daquele paiz entenderem ou pretenderem que ele fosse formado das sobras e areias do mar. Eu não entro nestas averiguações phisicas; o certo é que ele é antiguissimo pelo que dão a conhecer os vestigios das povoações dos Indios; os matos velhos que não podiam crescer sem decurso de seculos e tambem a isso contradiz algumas barreiras ou terreno de puro barro por baixo das areias em alguns lugares. Querem tambem os conhecedores que a grande Lagoa dos Patos com a prodigiosa quantidade de rios e aguas que ela recebe destes vastos terrenos, sendo tão grande e dilatada que os navegantes no meio de sua largura não avistam terra, não possa ter bastante esgoto pela barra do Rio Grande muito angusta, incapaz de dar saida a tantas aguas. Julgam haver canaes ocultos por onde parte destas aguas tem sua saida. E' tambem filosofia a que eu pouco me inclino. Não ha duvida que em todas as praias do mar se encontram em varias partes sorvedouros, principalmente nas vasantes em que se empantanam os pois e cavalos e é preciso fugir-lhes com pressa e cuidado, sendo as areias igualmente limpas o que dá noticia de passagem oculta de aguas que as abrandam e enfraquecem; mas a isto podem muito bem concorrer as pequenas lagoas detraz dos comoros e as aguas que recebe o terreno.

A Lagoa dos Patos em tempo de aguas cresce e se aumenta muito mais do ordinario em volume e altura de agua pelo embaraço da saida que lhe faz esta alteração. As aguas no dito tempo são doces em toda ou quasi toda a lagoa. Alem disto toda a costa do mar é um baixio espraiado e vasto de tal sorte que nas maiores bonanças e mares socegadas se encapelam e quebram naquelas praias muitas ondas umas atraz das outras por causa deste banco que borda toda a costa trazendo sua origem do grande parcel do Rio da Prata o que defende a chegada de embarcações de qualquer qualidade a estas praias. Com todas estas circunstancias as aguas da barra do Rio Grande são tão fortes que cortam este banco; nem consta em tempo algum que esta barra deixe de estar franca e aberta, o que não poderia suceder sem aquele volume imenso de aguas que para ela se encaminham. A barra pequena ou barra do sul que tambem vai marcada na carta, suposto estar sempre aberta é um canalete pequeno estreito. Não costumam por ele entrar embarcações que tem bastante perigo. O canal ou barra grande costuma ter de ordinario 14 até 16 palmos de altura de agua. No tempo de cheias é mais fundo e costumam ter 18 palmos de altura. Algumas vezes se lhe tem acha-

do 20 e 24. Tudo dá a conhecer que estas aguas não costumam ter outra saida mais que esta barra. A navegação alta e trafico deste rio ve-se das circunstancias, que só se pode fazer em pequenas embarcações. Estas não sofrem as grandes tormentas que naqueles mares costumam suceder de inverno, nem aquela costa oferece boa hospedagem, por isso só se costuma navegar de verão com o tempo nordeste que então é mais constante.

Chegam á barra e ali esperam ancoradas em lugar proprio até que haja algum movimento de ventos do Sul com que possam entrar. O rio navega-se com pratico por causa desse canal em voltas de cobra e o mesmo sucede á Lagoa dos Patos. Esta e tambem o rio são faltos de portos ou desembarques francos porque tem muitos pantanos e as suas praias são baixas e espraiadas em grande distancia. Os ventos são fortes e furiosos e ha pouco agazalho por falta de alturas nos seus arredores. As correntes do rio são muito fortes e obrigam á cautela na navegação.

A segunda parte do terreno deste Continente he um paiz montuoso ou campos dobrados de moderados montes e alturas e alguns pedaços de montanhas com suas vargens, colinas e baixadas, todo praticavel sem grande fadiga, cortado e banhado com muitos rios e regatos. Entre estes o mais famoso é o Guahyba que corre, aparta e serve de divisão aos campos dos Tapes. Traz seu nascimento em grande distancia de Cima da Serra e cordilheira geral como se irá explicando. Esta parte do terreno ou campos dobrados principia no Arroio da Boa Vista de cujo lugar a distancia de 3 leguas ha uma pequena povoação principiada de alguns moradores que fazem a freguezia de Sant'Anna. Desta a distancia de outras 3 leguas está a povoação ou capela de Viamão principiada em 1763 com assistencia e residencia do Governador com que se aumentou e é uma maior povoação. Os terrenos destas povoações principalmente o Viamão são altos e agradaveis mas faltos de agoa em tempos secos, em que faltam as fontes e são obrigados os moradores a condusil-a mais longe dos vallos e regatos baixos.

Do *Viamão* a *Porto Alegre* contam 4 leguas. Esta distancia é de mais aspera passagem por serem os montes um pouco mais elevados e cortados de Riachos principalmente o arroio de *Itapuan* com seus braços. E' uma povoação principiada novamente pelo Governador J. Mar. de Figdo. e tem se aumentado muito a proporção do tempo. A sua situação é um rabo ou ponta de terra montuosa que termina em um saco ou largo onde desembocam 4 grandes rios que são o Gravatahy, o Rio dos Sinos, o Rio Cahy e o Rio Guahyba.

O rio Gravatahy tem seu nascimento das faldas da Serra Geral longe de sua bocadura mais de 16 leguas. Seca e esgota os terrenos á roda de Viamão. Corre do Oriente para o Occidente.

Nas margens e visinhanças deste Rio está situada da parte do Norte uma Aldeia Grande povoada com aqueles indios que se tem retirado das Sete Missões ou Aldeias do Uruguay. E' um sitio agradavel em uma grande colina distante das margens do Rio um quarto de legoa. Este Rio lhe dá porto e navegação e dele se sobe por uma rampa doce da mesma colina. Tem francas e boas sahidas para toda a parte. Os seus arredores são de bom terreno e oferecem facilidade ás manufaturas que tem bons pedreiros e barreiros para olarias e lhe não faltam madeiras de boa qualidade. O tronco do Rio até PAlegre é formado de muitas voltas umas inteiramente opostas ás outras e por isso dobra a navegação a sua verdadeira distancia e a extensão que serão 4 leguas.

Este povo é bastantemente bisonho e falto de industria e capricho. São fortes e sofredores de trabalho com bastante aptidão e habilidade. Servem de grande socorro a este Continente em todos os trabalhos grosseiros e fortes: mas são inconstantes e costumados a fugir tanto homens como mulheres; nem se afligem de viver quasi nús e entre o mato como bixos. Os estimulos de honra e da modestia não lhe fazem a maior impressão, nem para isso se encaminham as suas idéias.

O Rio dos Sinos traz seu nascimento de entre as mesmas serras geraes em mais distancia: e corre mais do Nordeste. O Rio Cahy tira suas vertentes da mesma cordilheira na volta que faz quando deixa as vizinhanças das praias: corre algum espaço dos campos de cima da Serra, atravessa a mesma cordilheira e vem desembocar no lugar declarado, corre mais do Nordeste. O rio Guahyba tira suas vertentes de grandes distancias e abraça diferentes terrenos como se irá declarando. Todos estes 4 rios desembocam defronte de P Alegre com suas margens frondosas e cheias de mato, comunicados uns com outros com ilhas e furados, ou canaes de comunicação e varias Ilhotas que tudo concorre a dar a este lugar a mais agradavel vista. E' este lugar falto de fontes que abundem, servem-se em comum da agua do Rio. Este saco ou largo tem sua garganta mais abaixo onde chamam *Pedras Brancas* e depois segue-se outro saco ou largo de Itapuan que acaba em outra garganta no Estreito de Itapuan que é formado de um rabo de terra ou montanha da parte do Viamão onde ha uma Bateria novamente construida de terra em que se acha uma guarda de tres soldados e de outra ponta em que ha outro monte da parte dos Tapes.

Esta garganta é a que forma a barra deste Rio na Lagoa dos Patos. Estes dous sacos ou a sua extensão até PAlegre é de 9 leguas e se chama Rio Itapuan.

O Rio Guahyba que desemboca neste Largo de PAlegre para onde corre da parte do Ocidente e é o mais famoso em que podem navegar embarcações de coberta até uma certa distancia que se ex-

pressará, separa o terreno chamado dos Tapes que são todos os campos das suas margens meridionaes. Nome que ficou daquela Nação que os ocupou em outro tempo. Navegando aguas acima deste Rio a distancia de uma legua a parte do Sul ha um canal navegavel mas em pouca distancia e da parte de Norte ha dous outros canaes ou furados que se comunicam e formam ilhas com os já mencionados rios. Daqui a distancia de legua e meia ha uma grande largura a que chamam *Largo dos Corazes*. Da parte dos Tapes são margens secas e abundantes de arvoredo: e da parte do Norte tem outros dous canaes tambem de comunicação com os tres mencionados rios. Daqui a distancia de meia legua ha o ultimo furado ou canal de comunicação com os ditos Rios. Deste a distancia de duas leguas ha outra largura grande que chamam LARGO DAS CAPOEIRAS. Da parte dos Tapes não ha cousa mais notavel e da parte do Norte é acompanhado de 4 ilhotas. Daqui a distancia de uma legua é o Rio bordado de Ilhotas por uma e outra parte: e segue-se outra grande largura com bastante comprimento a que chamam *Largo dos Patos*. Daqui a distancia de duas leguas ha outro largo chamado de *Santa Cruz*. Estes dous ultimos largos são separados um do outro por tres ilhotas compridas e emparelhadas que formam 4 bocas ou canaes para um e outro largo. Nas cabeceiras destas ilhas se costumam passar gados e se chama o *passo de Santa Cruz*. Daqui a distancia de 4 leguas está a Freguesia Nova do Senhor Jesus do Triunfo na margem septentrional. Desta parte é o rio acompanhado de duas grandes e compridas Ilhotas. A primeira se chama dos *Marinheiros* e a segunda da *Paciencia*. Da parte dos Tapes a distancia de uma legua está o passo do Custodio. Pouco mais acima está a Barra dos Ratos que tira suas vertentes da serra do Erval, distante desta bocadura 16 leguas.

A Serra do Erval é um bocado de Montanha a maior e mais avultada que se acha nos Campos dos Tapes ou meridionaes do Rio Grande. Principia afastada das margens da Lagoa dos Patos 3 leguas pouco mais ou menos e duas leguas das margens septentrionaes do rio Camaquan: acompanha em igual distancia o mesmo rio até que termina depois de ter ocupado de extensão 12 leguas.

Na Freguezia Nova ha outro passo chamado da Freguezia Nova que é bastantemente frequentado. Esta Freguezia está situada junto ao Rio em uma margem seca e alta de bom terreno com boas serventias e bom Porto onde vivem alguns moradores que formam esta Freguezia. Neste mesmo lugar que contam 12 leguas distante de PAlegre, desemboca da parte septentrional o rio *Taquary* que tem seu nascimento nos campos da *Vacaria* ou de *Cima da Serra*, entesta com as vertentes do lado meridional do Rio Uruguay; atravessa os campos e cordilheira geral e termina junto a esta Freguesia da parte ocidental. Este Rio é grande e navegavel até uma certa altura desconhecida. Distante de sua bocadura 5 leguas está outra freguesia

chamada do Taquary onde tambem vivem alguns povoadores. Está situada no lado oriental do Rio, longe das suas margens mais de um quarto de legua em uma altura agradavel, de bom terreno e com boas serventias. Entre esta Freguesia e o dito Rio corre um Riacho que faz barra no mesmo rio um pouco mais abaixo. No terreno entalado com o Rio e este Riacho se acham vestigios de um reduto a modo de Estrela chamado o forte de Taquary ou por abuso do Tibiquary. Nas margens do Riacho a parte do Norte ou da Freguesia estão dous ranchos ou palhoças um que serve de quartel a 5 soldados que ali estão a titulo daquele Forte e de guardar a polvora e munições que estão no outro rancho.

Na Freguesia Nova tambem costumam estar tres ou cinco soldados a titulo de averiguar as passagens e contrabandos n'aquele passo.

Da Freguesia do Taquary para diante tem a Politica dos Governadores embaraçado averiguação, frequencia e navegação daquele Rio porque dizem tem ouro e pedras preciosas. Eu o que achei nas suas margens foram muitos calháus que as aguas conduzem de diferentes côres. Pedras muito duras como pederneiras, algum tanto transparentes e em algumas seus pedaços de cristal pegados. Este passo do Taquary, a cujo titulo se fez aquele Forte, alem da passagem do Rio não ser boa, tem da parte do Rio Pardo ou do Ocidente, um mato de mais de 3/4 de legua sempre humido e funebre e o caminho se conserva sempre com muitas excavações pantanosas. Se por algum tempo se deixar a frequencia daquela passagem julgo se fará impraticavel, crearão muitas arvores; e não faltam perto lugares mais proprios para passar sendo necessario.

Eu cuido e se me representa que seria conveniente explorar todo este rio ainda apesar de alguma despeza a ver se nas visinhanças de suas margens, na passagem da cordilheira se poderia encontrar algum favoravel transito por onde os povos da Vacaria poderem mais comodamente comunicar-se e mutuamente socorrer-se com este Continente e poder extrair os seus generos.

Da Freguesia Nova continuando aguas acima pelo Guahyba a distancia de 3 leguas está da parte do Norte a freguesia de *Santo Amaro* que consta de muito poucos moradores. Tem o Rio até este lugar suas Ilhotas tanto a direita como a esquerda e dous sacos um da direita e outro da esquerda. Da parte dos Tapes a distancia de uma legua desagua um arroio chamado do DUARTE e presentemente do COMANDANTE que tira suas vertentes de 5 leguas de distancia. Acima deste 2 ½ leguas desagua outro chamado o arroio do *Conde* que tira suas vertentes em distancia de 8 leguas. Deste a distancia de mais uma legua está a praia da Ancora, onde principia uma ilha a parte do Norte do Rio que tem mais de 1 ½ legua de comprido. Navega-se o Rio por uma e outra parte mas o canal prin-

cipal é o do Sul. Da praia de Ancora a pouca distancia desagua um arroio e a distancia de legua e meia está o *Porto do Cabeça,* e um Riacho pouco mais acima. Daqui a distancia de 3 leguas está o passo dos *Dous Irmãos* e pouco antes o *Rio do Francisquinho* que tira vertentes de distancia de 10 leguas. Daqui a distancia de 2 leguas desagua o Arroio *João Rodrigues* que corre da parte do Norte. Deste a distancia de 1 legua está a Ilha da Goyaba e antes pela dela outras Ilhotas. Daqui a distancia de 1 legua está o *Riacho do Cosmo* que corre da parte do Norte. Antes dele ha outro da parte do Sul e uma cachoeira chamada das *Pedras* que é um fundo de rocha no Rio, em que tocam as embarcações e correm as aguas rapidamente e por isso daqui para cima não passam embarcações de coberto se não é em tempos de cheias.

Do Riacho do Cosmo a distancia de uma legua está o porto e passo de *Pinto Bandeira* e a Ilha dos Pombos defronte da qual desagua o *Rio Capivary* que tem seu nascimento no serro da Encruzilhada distante desta bocadura 14 leguas.

A Serra do Erval de que já se tratou depois de deixar um portal ou baixada de dez leguas de comprido da parte do ocidente torna a levantar uma montanha que terá de extensão 3 leguas. E' postada em uma forma de convexidade para a parte do Norte com uma baixada ou garganta no meio em forma de cella que lhe dá o nome de *serro Cellado* ou *serro Partido.* Dele nascem varios rios que se irão declarando. No meio da extensão entre estes dous serros ou montanhas do Erval e Cellado e mais avançado para o Norte fica um serro de pedra alto e escabroso que é chamado da *Encruzilhada.* Alcança este nome das diferentes passagens que ali se crusam e atravessam de todos estes campos circumvisinhos e embaraçados ou com rios, ou com as mencionadas montanhas que obrigam a ir demandar a situação deste serro de crusamento de vertentes e alturas. O passo do Pinto Bandeira se chama tambem passo da Ilha dos Pombos. Dele a distancia de legua e meia está o passo de S. Miguel e antes dele o Arroio do Couto que corre da parte do Norte.

Daqui a distancia de meia legua está outro passo chamado do *João Gonçalves:* e mais adiante uma legua está o passo da Povoação do *Rio Pardo.* No meio da distancia desta legua estão 4 ilhotas chamadas *Ilhotas do Biscouto.*

A povoação de Rio Pardo está espalhada a margem do rio Guahyba. Ocupa 4 cabeços ou pequenos montes unidos e chegados um ao outro. No que mais se aproxima ao Rio está um Reduto arruinado e que chamam a Fortaleza do Rio Pardo. A sua construção é de terra em baixo Profil e parapeitos e barbetes. O Armazem é pequeno e pouco e mal fornecido; a sua artilheria consiste em 8 pequenas peças; duas de ferro desmontadas e incapazes, um pequeno obus ou

pedreiro e o resto a maior é de calibre de 3 libras. São proprios de campanha e não de bateria.

Esta povoação do Rio Pardo é bem situada e bem assistida por terra e pelo Rio; fica em um lugar central desta Provincia com vantagens de terreno ou da Natureza e é o lugar mais proximo deste Rio e suas vantagens ao posto de Santa Tecla. Creio que esta situação merece mais atenção e um bom deposito na fortificação central; o que até o presente se não tem cuidado.

O Rio Pardo desemboca junto a esta povoação da parte septentrional do Guahyba e ocidental da Povoação. E' um Riachão Grande que tem seu nascimento em cima das serras ou Cordilheira Geral. E' bordado de bastante mato por todo o seu comprimento. Corre em um leito desigual e escabroso de pedra que dá muito má passagem em seus passos. Estes até o presente são só dous, o da povoação e outro chegado a Cordilheira. A forqueta ou a lomba de terra que acompanha este rio é uma fazenda de Pastos para as carretas do Regimento de Dragões que aqui costuma ter o seu mais activo Quartel. Da parte do Norte desta povoação distancia de uma legua ha uma pequena Aldeia de Indios. São do mesmo carater dos já mencionados na Aldeia do Gravatahy. De Porto Alegre ao R. Pardo contam 30 leguas de distancia.

Deste mesmo Rio Pardo seguindo aguas acima do Guahyba a distancia de 3 leguas desagua o Rio Tubatingay no lado meridional; tem seu nascimento em a distancia de 6 leguas. Deste a distancia de uma grande legua ou legua e meia está o rio de *D. Marcos* que tem seu nascimento em distancia de 8 leguas; deste a distancia de meia legua está o passo das *Pederneiras;* e mais acima 2 leguas está o passo do Fachinal. Mais acima legua e meia está o Barro do Rio Pequiry no qual desagua o rio Oruy, acima de sua bocadura meia legua. Ambos tiram vertentes do serro Sellado em distancia de 12 leguas; mas o Piquiry avança mais adiante tres leguas ao ocidente do Serro e emtesta com vertentes do Camaquan: e o Oruy tambem avança para o oriente até o serro da Encruzilhada de que tira vertentes.

Neste rio Piquiry ou no seu passo junto ao serro sellado estava uma guarda de Dragões que foi atacada pelo Gal. Vertiz; retirou-se e eu a achei postada no Oruy junto ao mesmo serro. Este Piquiry é o que presentemente serve de Raya aos terrenos ocupados pelos portugueses da parte dos Tapes de que se tratara, o resto se chamam campos neutros.

Na barra do rio Piquiry perde o rio o nome de Guahyba e daqui para cima se chama o Jacuhy. Desta Barra a muito pouca distancia está o passo do Guarda-Mór; e deste a distancia de legua e meia está o passo do Romão. Acima deste passo pouca distancia está a barra do Rio Botucarahy que corre e desagua da parte septentrional e traz

seu nascimento das serras geraes. Este rio tem uma guarda postada junto a sua embocadura: é de 3 soldados. Mais acima legua e meia está a Barra do Rio Coponé que corre da parte meridional e tira vertentes em distancia de 10 leguas. Tambem entestam com vertentes do Camaquan. Junto desta Barra está o passo do Fandango; e mais acima legua e meia o passo da Viuva e pouco mais acima a Barra do Rio *Irapuá* que tira vertentes das *Pedras Grandes* distantes 15 leguas. Tambem entestam com as do Camaquan. *Pedras Grandes* são umas cinco pedras muito volumosas que estão postadas em cima de uma lomba de boa terra, destacadas e soltas. A distancia deste sitio a Sta. Tecla serão 22 leguas pouco mais ou menos. Do Irapuá para cima meia legua está o passo de S. Lourença; mais acima duas e meia leguas está a barra do rio Vacacahy que é o maior desta parte meridional. Tira vertentes de mais de 40 leguas as quaes avançam adiante das do Camaquan e tem sua origem em um morro solto e destacado chamado Batovy que dista de Sta. Tecla 15 leguas. Seguindo aguas acima deste Rio Vacacahy a 2 leguas de sua bocadura está o rio de *Santa Barbara* da parte meridional que tira vertentes do morro de Irapuá em distancia de 12 leguas. O morro de Irapuá é outro pedaço de serro ou montanha destacado entre Pedras Grandes e o Serro do Batovy. Todos estes serros ou pedaços de montanhas de que se tem tratado acompanham as vertentes do lado septentrional do rio Camaquan ou Vacacuan e seguem sua direção para Monte Grande que parecem serem braço desta ponta de Cordilheira dobrado de forma, que deixa portaes ou grandes passagens entre uns e outros.

Acima da Barra do Rio de S. Barbara desagua o rio S. Sepé a distancia de legua e meia. Tem seu nascimento no lado ocidental do mesmo morro de Irapuá em distancia de 12 leguas. Este rio Vacacahy tem outros braços ou rios da parte meridional, a que se não tem dado nome e de que não fiz mais rigorosas averiguações n'aquele tempo tão critico e perigoso. Da parte septentrional tambem tem alguns arroios e distante da sua bocadura 15 leguas o rio Vacacahy-mirim, que tira vertentes a direita do portal ou estrada de Monte Grande e outros dos campos abaixo da serra distantes dos primeiras oito leguas.

Tornando a seguir aguas acima do rio Jacuhy, distancia de meia legua ou mais está o passo e guarda do Jacuhy. Neste lugar faz o rio uma grande volta para a parte septentrional e vai demandar a Cordilheira Geral que atravessa. Esta guarda do Jacuhy está postada a margem e passagem do Rio em um lugar baixo e emboscado; costuma para ali destacar um oficial subalterno. O lugar é de má escolha que está comandado do outro lado por um serrito chamado o *Serro da Vigia* onde houve uma sentinela no tempo do Ilmo. Conde de Bobadela. Este lugar da Guarda se inunda em tempo de aguas e são obri-

gados a abandonal-o e retirar-se mais de meia legua para as lombas e serros do terreno.

Do Rio Pardo a esta Guarda contam 16 leguas. Desta a parte septentrional do lado da Cordilheira serve de Raya presentemente o rio Jacuhy do Piquiry para cima até sua entrada na Cordilheira. Desta guarda a pouca distancia desagua no Jacuhy, da parte meridional o rio Araricó (conhecido seguindo o costume dos Indios por Vacacahy-mirim) a distancia das suas vertentes é desconhecida entre bosques impenetraveis na Cordilheira. O Jacuhy do Araricó para cima distancia de uma legua entra na Serra e Cordilheira Geral a qual atravessa e na qual forma uma forqueta ou deixa um braço da ponta oriental que tambem se chama Jacuhy; mas o seu principal tronco corre no albardão e campos entre a Vacaria de que se tratará e as Missões Espanholas até encontrar as vertentes do lado meridional do Uruguay de onde o dito Jacuhy tira as suas vertentes deixando alguns braços e forquetas por um e outro lado do campo que atravessa.

Deste lugar em que o Jacuhy atravessa a Serra sahe ou se afasta um rabo de montanha que acompanha o mesmo Jacuhy até certa distancia e faz a separação de algumas de suas vertentes lateraes com as dos seus correspondentes que vão ao Ibicuhy, e depois lança de si uma corda de mato emboscado que atravessa o mesmo Jacuhy e os campos de Vacaria para a parte do Norte até encontrar as margens do Uruguay. Este mato tem de espessura cinco leguas como ao depois se dirá. E' o que presentemente faz a separação dos campos de Vacaria com as Missões Espanholas.

Do mesmo lugar em que o Jacuhy atravessa a serra sahe outro braço ou rabo da Cordilheira que vai atravessando as cabeceiras dos rios Ibicuhy, Itoropy e Jaguary donde acaba pouco adiante com o nome de Monte Grande, afastado do Uruguay 16 leguas pouco mais ou menos. Este rabo de serra ou Monte Grande tem duas estradas que o atravessam para Missões. A primeira corta pelos galhos ou vertentes do Vacacahy-mirim por cima das vertentes do Araricó, atravessa o Ibicuhy-mirim e vai passar na guarda de S. Martinho. Este caminho se fez com muito trabalho e despesas na Expedição do ano de 1750 por ordem do Sr. Conde de Bobadela para passarem as carretas e conduções. Neste lugar o mato tem menos largura e a Cordilheira faz uma garganta mais estreita e mais baixa que terá tudo tres leguas de distancia e tem no meio um campo e redondo que poderá ter uma legua, o que tudo concorreu para a eleição do caminho. Todo o resto da Cordilheira é coberto de densissimo bosque todo ele de uma asperrima construtura, larga seis, oito, dez e doze leguas e mais; e por esta razão os terrenos que ocupam as vertentes do Jacuhy em Cima da Serra por um e outro lado nunca podem ser

bem assistidos, servidos e comunicados com os campos de baixo da serra e Continente do Rio Grande sem pelo menos lhe ficar esta estrada presentemente ocupada pelos Espanhóes e fortificada com a Bateria e Guarda de S. Martinho.

O segundo caminho atravessa a Serra ou Monte Grande pelas suas pontas e fraldas a parte do Ocidente, junto da forqueta que faz o Ibicuhy com o Toropy, segue para as Missões e dá boa passagem. Este rio Toropy sahe ao campo deixando a serra e corre por ele mais de 14 leguas da parte de Missões. 'E' rio forte ainda que em muitas partes se passa a váu. Não ha mais passagens na Serra; porem o Ibicuhy se pode atravessar em canoas em qualquer parte do seu tronco desde a sua bocadura no Uruguay até o principio da Cordilheira ou de Monte Grande, que serão 25 leguas pouco mais ou menos e segundo as informações dos melhores praticos da Barra do Ibicuhy a Barra do Rio Negro poderão ser 70 leguas; e poucas mais da barra deste Rio Negro ás suas vertentes em Sta. Tecla.

O terreno que presentemente ocupam os Portugueses da parte dos Tapes faz um genero de figura quadrilonga, tendo pelo lado septentrional o rio Guayba, pelo meridional o rio Vacacuan, pelo occidental o rio Piquery e um braço do Vacacuan enlaçado com ele nas fraldas ocidentaes do Serro Sellado, e pelo oriental a costa ou margens da Lagoa dos Patos. Este terreno terá de largura 20 leguas e quasi o dobro de comprimento. Neste ultimo lado da Lagoa desembocam 12 arroios, alguns delles, de que vou tratar são grandes, em que se pode entrar e navegar com embarcações de remo e são 5. O primeiro da parte septentrional é o *arroio do Salgado* no qual se junta outro chamado do *Antonio Alves,* em uma barra comum que dista da barra do Camaquan 11 até 12 leguas. O segundo é o arroio do *Francisco da Silva,* distante do Camaquan mais 7 leguas. O terceiro é o arroio *Velhaco* que é o mais avultado e rapido, distante do Camaquan pouco mais de 6 leguas. O quarto é o arroio do Meireles distante do Camaquan 4 leguas e o quinto é o arroio do *Duro* distante do Camaquan 3 leguas. O Rio *Camaquan* ou *Vacacuan* que desagua na Lagoa dos Patos distante de Porto Alegre 20 leguas ou pouco mais tira vertentes em distancia de 70 leguas, que intestam com dos rios Negro e Vacacahy, em um terreno alto e dominante mas as cabeceiras do Camaquan avançam mais adiante das do Rio Negro a procurar as do Ibicuhy e tambem para a parte do Norte as do rio Vacacay, distantes das cabeceiras do Rio Negro no lugar de Sta. Tecla 15 leguas. Este rio Camaquan ocupa algum espaço de terreno bastante por um e outro lado com seus galhos e vertentes, mas estes braços não tem nome nem as circunstancias do tempo me permitiram essa averiguação. Sta. Tecla é um lugar dominante que foi capela e Estancia ou casa de Pastores das Missões Jesuitas. A muita nação braba e errante que ainda se encontra nos arredores e

cabeceiras do Vacacahy cuido que são sobras ou restos do que ali ficou com a extenção dos ditos Jesuitas que costumavam ter os seus gados abaixo da Serra, principalmente no tempo do inverno em que com o frio se não podiam conservar em Missões, segundo o que me informaram.

A barra do Camaquan na costa e praias da Lagoa dos Patos, seguindo para a parte meridional estará distante da Barra do sangradouro da Mirim na mesma Lagoa 25 leguas em cuja distancia desaguam os seguintes arroios. Da barra do Camaquan em distancia de 5 leguas está o Arroio do Tigre: deste a 3 leguas o Arroio Grande; deste a 4 leguas o Arroio do Salso, mais adiante 5 leguas está o Arroio das Correntes e deste ao das Pelotas oito leguas. Este Arroio desagua junto Sangradouro da Mirim. Todos estes arroios tiram vertentes de uma Cordilheira ou serrania chamada dos Tapes que acompanha as margens da Lagoa dos Patos, afastada das mesmas margens em distancia de 3 leguas mais ou menos. Esta Cordilheira afastada do tronco do Camaquan legua e meia e acaba longe do rio Piratiny, de que se tratará 3 leguas. Esta Cordilheira terá de comprimento 25 leguas e de espessura mais de duas. E' emboscada e abundante de diferentes qualidades de boa madeira. Nas tres leguas que distam entre o tronco do Piratiny e a porta meridional desta Cordilheira se acha um cerro elevado, mas todo rodeavel e limpo de mato postado junto á margem septentrional do mesmo Piratiny longe da sua bocadura 7 leguas a que chamam *Serro Pelado*. O seguimento desta Relação até Castilhos é tudo por informação.

O Rio Piratiny desagua no sangradouro da Mirim um pouco mais ao Sul do meio da sua extensão; o seu tronco principal segue a direção de Sta. Tecla ou das cabeceiras do Rio Negro. Tem seu nascimento em distancia de 30 leguas. Entre estas vertentes e as cabeceiras do Rio Negro medeiam as vertentes do Rio Jaguaron, que desagua na Lagoa Mirim. A distancia entre as vertentes do Rio Piratiny e o lugar de Sta. Tecla serão 15 leguas, 7 que ocupam as vertentes do rio Jaguaron e 8 as do Rio Negro. Sta. Tecla está situada em uma pequena forqueta do rio Negro afastada das suas vertentes para a parte do Rio da Prata uma legua ou pouco mais. As vertentes do Piratiny para a parte septentrional entestam com as do lado meridional do Camaquan e são estes dous que esgotam o terreno ocidental da serra dos Tapes até Sta. Tecla ou cabeceiras do Rio Negro. Entre as vertentes do rio Jaguaron, que desagua na Lagoa do Mirim e as do rio Piratiny que desagua no seu sangradouro ha varios serros altos e asperos mas todos limpos de mato e rodeaveis. No meio dos lados dos ditos dous rios estão tres serros bastantemente altos a que chamam os serros do Erval de donde tem nascimento um arroio ou riacho chamado do Erval que desagua nas margens septentrionais da Lagoa do Mirim em uma bocadura oculta e

embaraçada com altos e prodigiosos juncaes, pantanos e matos e as suas margens são pantanosas em grande distancia. Este é o primeiro arroio que se encontra no campo, por onde se pode pisar ao Sul do Rio Piratiny. Adiante desagua o Rio Jaguaron no mesmo lado da Lagoa do Mirim. Poderá ser longe do sangradouro 12 leguas. Este Rio se alarga e abraça muito com as suas cabeceiras. Tira vertentes do Albardão ou altura do terreno que separa as vertentes para o Rio da Prata desde as pontas do Rio Negro e vertentes do Camaquan até entestar com as vertentes do Rio Chuhy. A extensão destas vertentes poderá ser 24 leguas. Da barra de Jaguaron á do rio Chuy poderá ser 8 leguas. Este rio tira vertentes em distancia de 16 leguas no mesmo Albardão e entesta com vertentes do rio Negro. Da barra do Rio Chuy a do rio Taquary haverão 6 leguas. As suas vertentes tambem entestam com outras do Rio Negro e faz uma grande forqueta ou se separa em dous grandes braços. Junto á bocadura deste rio desagua o rio Sebolaty que tira suas vertentes por muitos braços ou nos que dele se afastam e abrangem grandes distancias no Albardão em volta ou figura circular com que se afasta das vertentes do Rio Negro a procurar Castilhos. Nas cabeceiras deste rio se encontram tambem muita quantidade de vaca braba e errante que se avalia em mais de 50.000 cabeças. Cuido que são sobras das Fazendas de portugueses abandonadas na lingua de terra entre a lagoa de Mirim e a costa do Mar por ocasião da guerra e entrada dos Castelhanos em 1763.

A construção desta lingua de terra e suas passagens se pode conhecer do Plano junto que mandaram elevar os Espanhoes, e me dizem os que o averiguaram, ser acorde na configuração do terreno ainda que tenha mais extensão do que se acha. As vantagens da Lagoa de Mirim sobre a Vila de S. Pedro do Rio Grande tambem se podem inferir do Plano junto de um Piloto que tudo sondou e averiguou, ainda que não seja mais do que uma noticia da configuração segundo a idéia e pontos de vista do mesmo Piloto em cuja figura e distancia entendo que muito se enganou.

Toda esta segunda parte do terreno, de que tenho tratado ou campos dobrados é de boa terra e produtivo. Nele se acham diferentes qualidades de Madeiras, barros e Pedreiras, como costuma suceder em paizes de semelhante natureza. Os campos altos pela maior parte são limpos de mato: mas as bordaduras dos rios e regatos e alguns vales ou baixadas são emboscados e cobertos de arvoredo como tambem as fraldas e encostas dos montes mais elevados e toda a Serra ou Cordilheira Geral como já disse.

Pelo nome de passo nos Rios não se deve entender que eles dão váu principalmente o Guahyba em tempo algum, porque é rio muito largo e profundo. Chama-se geralmente passo a qualquer lugar onde a agua não tem correntesa sensivel e se lhe abre um trilho ou cami-

nho no mato e bosque de suas margens por onde passam os gados aos quaes fazem nadar para a outra parte e destes passos se podem abrir tantos que forem precisos ou convenientes que para isto tem aptidão o Rio e as suas margens.

A TERCEIRA PARTE DO TERRENO DESTE CONTINENTE E GOVERNO DO R. G. DE S. P. são os campos de Cima da Serra chamados Campos da Vacaria, que é uma extensão de terreno vasto e longo, cortado e banhado para os seus lados Meridional e Septentrional com varios rios que se esgotam da parte meridional para o rio Guahyba e da parte septentrional para o rio Uruguay. E' formado ou levantado pelo meio com um Albardão Grande que se alonga e extende até as Aldeias e campos das Missões Jesuitas no Uruguay, e fechado pelos lados Meridional e Oriental com a Serra e a Cordilheira Geral; pelo lado septentrional com o rio Uruguay que tem seu nascimento na mesma Cordilheira; e pelo lado ocidental com a corda de mato de que já tratei na passagem do Jacuhy quando atravessa a mesma Serra.

ESTA TERCEIRA PARTE do Governo do R. G. de S. P. presentemente só tem uma comunicação ou caminho para o mesmo Continente que sahe junto á Lagoa do Barros atraz do Rio Tramandahy. E' caminho de escabrosa e má serventia dificultoso de passar principalmente de inverno. Principiando a seguir este caminho da Capela ou Povoação de Viamão para o Norte ou melhor para o Oriente pelos lados do rio Gravatahy a distancia de 12 leguas está a *freguesia de S. Antonio* novamente estabelecida em uma lomba nas fraldas da montanha. Desta Freguesia a distancia de uma legua serra acima está um desmonte ou grande córte de mato, que chamam campestre; mais adiante tres leguas passa o *Rio Rolante*. Do Rolante a 4 leguas está a *Ilha* que é outro desmonte de mata: daqui a sahida do campo 3 leguas. Mais adiante uma legua mora *Pedro da Sylva* e deste a distancia de 2 leguas passa o rio de *Santa Cruz* ou *rio Cahy*. Mais adiante uma legua mora o Freitas: deste a 6 leguas está a *Estancia do Cedro*. Do *Cedro* ao rio das Antas 3 ½ leguas. Do rio das Antas á Freguesia contam 3 leguas. Da Freguesia que fica na Fazenda do Leandro ao Rezisto onde termina a largura destes campos no rio Uruguay contam quatro leguas. Da mesma freguesia andando para o Oriente até encontrar a Cordilheira Geral serão 14 ou 15 leguas e seguindo o Albardão do terreno para o Ocidente até o mato de separação serão 30 leguas. Este caminho é o mesmo Albardão do terreno até encontrar o mesmo mato ou bosque onde ha uma estrada aberta que se entra e depois de ter passado mais de meia legua se encontra um campo limpo que terá 3/4 de legua em largura e de comprido de Norte a Sul serão 9 leguas. Segue-se este campo duas até tres leguas para a parte do Sul e então se encontra o caminho aberto no mato da parte do Oeste ou das Missões e se atravessa o

resto do bosque por este caminho que serão 4 leguas de bosque até encontrar os campos das vertentes orientaes do rio Jacuhy que corre no campo em cima da Cordilheira. Segue-se o Albardão do terreno pelas cabeceiras do dito Jacuhy que se rodeia até chegar as Aldeias do Uruguay.

Este caminho é todo seco, e limpo e plano capaz para toda a qualidade de condução, transporte ou expedição sem mais embaraço que o referido bosque no qual se pode alargar fazendo-lhe desmontes de mato ou abrir-lhe diferentes estradas. A extensão desde as fraldas da Cordilheira que corre a Costa do Mar até Missões são mais de 80 leguas e poderão talvez chegar a 100 leguas. Este *Campo da Vacaria e de Missões* é muito mais largo da parte do mato ou parte ocidental do que na estrada atraz mencionada e seguida até o Registo: porque o Uruguay faz grande volta ou seio com que aumenta o dito campo, mas dele não se tem feito mais exata averiguação.

Alem deste caminho de comunicação com as Aldeias Espanholas que é o melhor e o mais franco destes campos da Vacaria e exposto o já mencionado para o Continente do Rio Grande ha mais outros tres caminhos para estes Campos da Vacaria: O primeiro atravessa a Cordilheira para a parte do Mar até encontrar nas suas fraldas orientaes o tronco do rio Araranguá em um grande braço que nasce na mesma Cordilheira e é o tronco principal por onde se navega até sua embocadura. Este caminho se afirma ser de igual ou peor dificuldade que o já mencionado para o Continente do Rio Grande: e o mesmo se diz do segundo que é outro trilho que atravessa a serra mais a parte do Norte e vae encontrar o tronco principal do rio Tubarão que desagua na barra da Laguna, de que se tratara na relação da Capitania ou do Governo da Ilha de S. Catharina. O terceiro e ultimo caminho é o do Rezisto já mencionado que segue pela Vila das Lagens e continua acompanhando o lado da Cordilheira até a Cidade de S. Paulo. Esta serventia tambem não é suave pelas grandes distancias dezertas que se atravessam, com rios de nado e matos densos em que entra o Mato de S. João bem conhecido pela sua espessa densidade e não dar pasto ou comodo as bestas e animais de condução em muitos dias. Do Rezisto a Vila das Lagens contam 12 leguas. Esta Vila dizem ser de poucos habitantes e muito pobres por falta de trafico e comodidade para isso e n'ele não se acha comodo algum.

Todas estas tres partes do terreno que abrange o R. G. de S. P. são limpas de matos nas alturas e planicies secas: e os rios e vales humidos como tambem as encostas das Montanhas são bordados de matos e madeiras como já disse e esta terceira parte ou Campos da Vacaria abunda em grande parte os pinheiros de admiravel altura e grossura, como tambem toda a cordilheira e Serra Geral.

Os seus pinhões são saborosos e grandes como castanhas ou bolotas. Servem a muitos da pobre gente em lugar de pão. As raizes destes pinheiros e os seus centros revessos abundam em tanta rezina e tão forte e faz uma tal liga com as fibras da mesma madeira que em se fazendo alguma obra torneada desta parte do pinheiro fica toda a obra transparente e muito semelhante á tartaruga mas com uma cor alaranjada.

Os frutos tanto da Europa como da America produzem muito bem em todo este Continente. Com qualquer trabalho recolhem boas searas e bastantes legumes. Até o presente não se tem conhecido um ano esteril n'este Continente e só se experimentam uns mais frutiferos e de melhor colheita do que os outros mas todos vantajosos.

O modo com que esta gente e povoadores costumam viver e habitar estas terras é bastantemente rustico e agreste. As casas são umas pobres cabanas sem comodos nem agazalho. Em muitas delas serve de porta um couro crú de boi pendurado como cortina. Os mantimentos de que geralmente se servem são a carne de vacas e o leite sem excepção de quaresma ou dia de jejum. O seu trafico é com Bois e Cavalos de que tiram os maiores interesses tanto para os particulares como para os direitos reaes, porque pagam o quinto destes animaes e couros. As terras fechadas ou terminadas entre as Rayas declaradas n'esta Relação todas estão povoadas mas todas desertas. Cada morador não se contenta com poucas leguas de terra entendendo que todas lhe serão precisas ainda que só se servem de uma insignificante parte junto a sua cabana e por isso ainda que toda a campanha está deserta todos os campos estão dados e tem senhorio. O comercio se faz ou pela Barra do Rio Grande em embarcações competentes como já disse ou por terra para a Vila de Laguna onde embarcam os generos de exportação e desembarcam outros de troca ou pequenas mercadorias.

O transporte por terra se faz em carretas a castelhano que são uns volumes monstruosos e mal fabricados que ocupam uma grande extensão em marcha. As suas rodas, o menos que tem são 9 palmos de diametro feitas de raios toscamente cortados ao machado. Os seus cubos são uns troncos de arvore, cortados em tres palmos de comprido e 2 ½ de grosso ou de diametro. Não são ferradas nem cavilhadas mas só apertadas a força de massa. Os eixos são uns braços de madeira toscos e delgados a proporção da maquina: e por isso se destroem com facilidade ou quebrando ou tomando fogo com a fricção. E' preciso levar algum de sobrexelente ou ir cortando onde se encontrem para suprimento. Os leitos das carretas tem 15 e 16 palmos de comprimento afóra a lança: e a largura seis ou sete palmos; são acompanhados pelos lados com umas paredes altas de palha com tecto circular coberto de couros crús de vaca de forma que fica uma cabana ou casa movel. As testas são cobertas com couros pendura-

dos. A lotação de peso que costuma carregar cada uma destas carretas de molhado são 4 pipas que se transportam em barris grandes que possam acomodar-se e descarregar-se nas passagens dos Rios e concertos do eixo: o qual não tem preso nem chaveiro no leito da carreta e se segura ao seu engradamento com correias de couro em grande quantidade e muitas voltas e lassadas; cujas correias chamam *guascas*. São cortadas em forma circular e por isso de um couro inteiro se tira uma só e longa correia ou guasca cortada das extremidades sempre a roda a acabar no centro em um ponto: e de seco são 125 arrobas mas contando as taras provimentos para a jornada, camas, caixas de carpintaria que trazem para as precisões outras miudezas e gente de transporte que tambem carregam chegam muitas vezes a levar mais de 300 arrobas o que concorre para uma morosa jornada. Em caminho plano e duro são lèvadas por seis juntas de bois tanto cheias como vasias: mas em qualquer pequena rampa ainda que seja doce, que encontrem ou em areia branda são precisas dez e doze juntas e muita fadiga, e trabalho para se vencer não obstante serem bois muito fortes e vigorosos.

O caminho da Costa do Mar é pelas praias onde a areia molhada e aplanada com as ondas se une e endurece tanto como o mais duro terreno: por serem muito finas e proprias para isso. Cada carreta com seus bois ocupa mais de 100 palmos de estrada. Nenhuma marcha com menos de 30 ou 40 bois porque os que trabalham em um dia não ficam capazes de trabalhar no seguinte e é preciso reservar como tambem descontar alguns que arrebentam no trabalho outros que se matam para carnear e alguns que alguma vez carregam as onças ainda apesar de todas as vigilancias. Na lança da carreta anda pendurado um pau ou descanso para consolação e alivio dos bois do couce que sem este descanso ou suporte seria impraticavel suportar qualquer inclinação de tão grande peso. As marchas se fazem das 9 horas da manhã até as 3 ou 4 da tarde a grande trote ou largo passo até se encontrar sitio de pasto para os animais e onde se cuida em todos os individuos o resto do dia.

Os Peões e carreteiros fazem sentinela aos animaes de noite cercando-os com fogos para afugentar as onças, até que de manhã os ajuntam e laçam ao pé das carretas para os forçarem ao jugo; porque estes bois ou são brabos ou com fraca diferença.

Nos tres rios Araranguá, Mampituba e Tramandy estão guardas para averiguar as passagens e passaportes e se os generos ou couros tem pago os direitos. No Tramandy se paga a passagem dos tres rios em que ha para isso algumas canoas. Cada carreta paga 4.800 rs. de ida e volta e cada individuo 120 rs. de ida e outro tanto de volta. Chegadas as carretas ás bocaduras destes rios se descarregam e depois de vasias as deitam a nadar com duas juntas de bois forçados a carregal-as até a outra margem por um bom nadador que

vai na mesma carreta. O resto dos animais tambem os violentam a passar nadando; e como esta passagem se faz nas bocaduras dos rios principalmente o Araranguá e o Mampituba e a agua corre com violencia chegam algumas vezes a enfraquecer os animaes e deixar-se levar pela correnteza sem que toda a vigilancia o possa impedir e se vão perder no Mar. Todos estes rios são largos e fundos e tem de tronco e bocadura mais de cem braças de largura. No tempo de chuvas não costumam andar carretas que os Rios alargam muito mais e aumenta consideravelmente o perigo.

O modo de criação dos bois e cavalos tambem é tal qual o permite a natureza. Deixam-se crescer e ter produção nos campos sem mais cuidado que o de os perseguir todas as tardes a longo galope até os juntarem no meio de um grande campo, limpo de matos, onde costumam ter uma estaca ou páu verticalmente que serve de ponto de vista e termo fixo a roda do qual dormem os animaes perseguidos da batida do campo. A este lugar chamam rodeio. Servem-se tambem de alguns cercados ou grandes curraes diante de sua porta onde recolhem de noite algumas vacas de leite aquelas pessoas que tem curiosidade de fazer o queijo e a manteiga. No tempo conveniente ao transporte matam todos aqueles Bois que podem ter couros de valor de 12 até 16 tostões que é a sua maior renda e colheita: e a carne que não podem comer deixam no campo ás aves de rapina de que abundam aqueles terrenos. Semea-se algum trigo pouco, em uns cercados ou grandes hortas que formam com madeiras que tiram dos matos sem ordem nem escolha; porque nenhum entende nem pretende firme estabelecimento na Provincia que julgam será com facilidade invadida pelos Castelhanos. O trigo valia 640 rs. o alqueire que é uma medida dobrada ou um pouco mais de dobrada da de Portugal. O cuidado que costumam ter dos pastos que abundam em grandes ervagens é porem-lhe o fogo na estação mais calmosa e ardente para produzirem novas ervas quando lhe chova; e tambem para terem o campo limpo de embaraços para as suas passagens e batidas. Os tigres ou onças que vivem sempre emboscados por aptidão e natureza, tambem fogem de atravessar estes campos limpos tanto de noite como de dia; e esta é a mais forte razão de juntarem os gados em lugar retirado de bosques e arvoredos. Por semelhante methodo são quasi todas os costumes e trafico destes habitadores; e seria uma fastidiosa e insuportavel relação querer aqui declarar tudo e todas as suas circunstancias. De todo o referido se pode muito bem inferir que um tal povo, criado com estes prejuizos, ou criado na forma declarada segundo as suas inclinações e estado da natureza, onde geralmente todos entendem não ser praticavel mudar nem melhorar será dificil reduzil-o a melhor forma sendo tão arraigas e constantes nos seus costumes e que este paiz ainda cuidando-se na sua melhoração e população não póde em poucos annos, ou talvez

em seculos, sem um vigor extraordinario e arriscado ser capaz de ter e fornecer aquelas forças que precisa uma tão extensa raia. Qualquer plano, ainda que não fosse o mais ajustado, julgo que faria bom efeito n'estas terras sendo executado; mas essa é toda a dificuldade; e só havendo um homem de luzes claras e desabusado, conhecedor do terreno e do modo de conduzir e desviar as aguas ou sciencia hydraulica, não ignorante das Mecanicas e artes mais necessarias n'aquele paiz instruido no sistema politico que para ali se julgar mais conveniente; de sã e inteira consciencia e permanente na justa razão e plano uma vez determinado e aprovado com poderes e autoridade para o fazer executar com aquela moderação e modificação que permitisse o tempo e as circunstancias tendo forças e genio para acudir diferentes partes sempre que for necessario, poderá vencer com trabalho e tempo alguma melhoração, de outra forma é preciso esperar a incertesa da mudança dos tempos e das epocas; nem bastam muitas ordens bem entendidas sem talvez faltar boa vontade de as executar a quem forem mandadas; porque a ignorancia e apossados prejuizos não poderão ter moderação. Para se formar este Plano é de suma importancia atender a extenção dos generos e para onde, porque de nada serviria a melhoração e abundancia de generos se estes se não puderem extrair e ter consumo.

Quanto a defesa deste Continente até o presente tudo o que se tem feito é pouca cousa. Não se tem passado de uns redutos de terra tão pequenos que não admitem guarnição nem quartel. São de baixo profil, mal construidos, com parapeitos delgados e a borbeto. Algumas peças de Artilharia mal montadas e em partes sem plataformas. Tudo está entregue a uma simples sentinela porque a guarnição vive fóra em alguns ranchos e cabanas de palha como podem e o permite a situação. Os Armazens de Polvora e Petrechos ou são outras cabanas com pouca melhoração ou carretas cobertas de couros com sua porta na rabada a que se ajusta uma fechadura. Estes são aqueles fortes que tem algum tratamento; de outros só existem alguns vestigios como sucede ao de S. Caetano de Barrancas e ao da margem do rio Taquary, sendo o terreno deste e sua posição de tão má escolha que em uma cheia do rio subiu a agua até quasi o botão do pau da bandeira: e a guarnição se salvou em uma canoa rompendo o tecto do quartel e por isso se abandonou e vive a guarnição retirada no lugar atraz declarado da Freguesia do Taquary.

Em geral todo o rio Guahyba e Jacuhy abaixo da cordilheira e todos os outros rios que nela desembocam são sujeitos a semelhantes cheias. Os campos das suas margens que não se levantam acima de quarenta ou cincoenta palmos do leito dos rios, são inundados no tempo das ditas cheias porque as chuvas são n'este clima muito co-

piosas: o terreno grande que não se esgota e o rio com pouca saida e expedição, como consta da sua construção já detalhada.

Um quasi igual acontecimento sucede a todos os rios que desaguam na Lagoa dos Patos.

Até o presente toda a atenção a respeito de fortificações deste Continente tem sido a bocadura e entrada da barra do Rio Gr. de S. Pedro e o dos arredores do Rio Pardo; sendo que a primeira ainda que necessaria e de importancia tem esta situação suas dificuldades para grandes invasões, como se deixa ver das noticias já ponderadas; e a segunda é em um lugar, suposto que tambem muito bom, não pode nem lhe fica no alcance tantas e tão grandes extensões de raia, todas francas de boas e secas passagens e em bom terreno, acrescendo mais que este lugar uma vez cercado ou bloqueado em qualquer parte contra a serra e cordilheira não póde subsistir muito nem a guarnição ter retirada, razão porque este sitio só me parece conveniente para um bom deposito de donde se possam socorrer os lugares parciaes e importantes que devem segurar e guarnecer a raia.

Até agora nenhuma atenção tem havido a respeito dos campos da Vacaria ou de Cima da Serra tão destacados e tão dificeis de se entresocorrer por sua situação, já expressada, e que dão franca e boa entrada da parte das Missões Espanholas as quaes são bem assistidas por sua franca navegação com as provincias confinantes do Rio da Prata; e donde se pode ajuntar gente e munições sem serem presentidos nem averiguados; e se pode por estes campos picar a comunicação de todo o Continente do R. Gr. por terra n'aquela picada ou estrada do rio Araranguá; e para expulsar qualquer força que se apodere destes lugares que podem tão francamente ser socorridos dos Dominios de Espanha, não é tão facil no estado em que se acham os estabelecimentos portugueses.

Os que naquele Continente presumem saber dos interesses e pretenções dos governos de Espanha entendem que os Espanhoes tem em vista e pretendem a conquista de todas as terras abaixo da Cordilheira até Torres, com o titulo de poderem desta forma evitar os contrabandos e passagens de gados que se lhe extrahe para estes terrenos; sendo esta tambem a maior razão de se esforçarem a conservar a Vila do Rio Grande e mais terreno, tomado até Castilhos, contra todo o direito e fé publica; alem de ser tambem este Rio um porto franco e para toda a parte. Eu creio que esta ideia é talvez anunciada ou revelada pelos mesmos castelhanos, a qual desanima muito aquele povo a não se dar por seguro e esforçar-se a melhores, e mais solidos estabelecimentos. Tambem julgo que estas vistas dos Castelhanos, se são taes, trarão mais alguma vantajosa ideia. O certo é que os Estados do Brasil na forma muitas vezes acordada nos Tratados, desde o Equador ou rio do Amazonas, até a latitude de 35

gráos ao Sul ou bocadura do rio da Prata estando dechados com estes dous rios prodigiosos. Situado todo este vasto dominio em uma posição central do comercio e passagens de todas as navegações mais praticadas e interessantes sendo toda a sua marinha abundante de bons e famosos portos de toda a qualidade; os seus Mares vastos, limpos e pacificos e livres de todo o comandamento e visinhanças de receio; as suas terras todas ferteis e fortes, e que ou produzem ou são capazes de produzir segundo a escolha do lugar e clima toda a casta de frutas e culturas conhecidas no Mundo, e que abundam as madeiras para toda a casta de manufaturas; e no qual se encontram todos os diferentes mineraes e pedras preciosas em mais ou menos quantidade. Se uma vez chegasse a por-se no estado de se retirarem as vantagens de que ele é capaz certamente faria respeito e veneração a qualquer Potencia. Esta é a razão porque eu me capacito que os Castelhanos nunca podem deixar de pretender alguma cousa mais. Eles já tem vencido bastante e conseguiram dar um bom córte no terreno mais proprio e natural aos Europeos pela sua semelhança de clima e estações e que é o que produz a mais forte e mais robusta gente de forma que até os Indios nacionaes e os bois e gados fazem uma diferença consideravel em estatura e robustez. Daqui infiro que seria conveniente fazer algum bom estabelecimento como tambem alguma firme e solida defensa daquela forma que parecer mais propria e conveniente aos interesses e pretenções do Estado; porque desta forma vendo os habitantes que os Estados estão e se consideram em segurança e inalteraveis, não continuarão naquela desordem e desconfiança que afrouxa, e desanima e poderão esforçar-se a melhor forma e estabelecimento. E' dificultoso a qualquer resolver-se de presente na escolha ou no modo de segurança destes terrenos. As forças militares consistem em exercitos e praças. Estas não podem ter subsistencia em um paiz deserto e falto de povoações e culturas; alem de que aqueles terrenos todos são francos e abertos em uma tão grande extensão de raia, nem ha passagens certas e determinadas pela natureza; porque destas as que ha estão em poder dos castelhanos que de nenhum modo as querem ceder. A raia fica em testa toda com a de Espanha, sendo forçada a sustentar-se contra as invazões desta grande Potencia; e os terrenos aqui com muita vantajosa assistencia e proximo socorro das suas provincias confinantes, o que sucede pelo contrario aos dominios portugueses. Um numero de praças suficientes não é de lembrar nem podem ser assistidas e fornecidas. Um pé de exercito que fosse proporcionado ainda é de mais avultada despesa e carece maior subsistencia. A Provincia não tem rendimentos nem os que lhe podem assistir para conservação destas enormes maquinas. Pequenos redutos na forma do costume deste paiz só servem para consumir cabedaes e fatigar guarnições. Desta forma não pode haver escolha e determinação em quem julga pelo que vê e re-

conhece e por isso aqui não ha outro meio que seguir as ordens superiores dimanadas do Ministro ou de S. Magestade a quem compete dispor dos seus dominios como lhe parecer o que não deve comportar a nenhum vassalo.

Todo o referido se pode muito melhor comprehender a vista da carta que construí na melhor forma e regularidade que me foi possivel destes terrenos desde o rio da Prata até o salto grande do Paraná em que se ve marcadas todas aquelas montanhas, rios e passagens mais conhecidos, porque o terreno central ao que acabei de expor nesta relação é bem pouco ou nada conhecido na passagem da raia e todo emboscado e habitado de nações selvagens e infieis: como tambem de animaes venenosos e ferozes; nem estes terrenos se podem trilhar sem grandes precauções.

Lisboa, 21 de junho de 1781.

Francisco João Roscio.

A Formação Territorial do Brasil

(*Conferência proferida no Instituto de Educação, da Prefeitura do Distrito Federal, em 17 de Novembro de* 1941).

Castilhos Goycochêa

A formação territorial do Brasil começou no dia em que à sua costa aportou a primeira nau lusitana, em princípio do século XVI, e só foi concluída na data da assinatura do último tratado de limites, isso nos nossos dias.

Será demais afirmar que tôda a atividade dos homens de Portugal, enquanto êsse país teve o Brasil como colônia, e dos do Brasil, depois da independência, tivesse sido empregada na formação de seu território, mas não haverá exagêro em dizer que a maior e melhor parte dos esforços lusitanos e brasileiros foi sempre no sentido do estabelecimento das raias políticas.

Nesse largo período, a balizar entre 1500 e 1910, trabalhou-se muito, quer para subsistência dos homens e dos gados, quer para o enriquecimento do Estado primeiro Portugal e depois Brasil, para o desbravamento da terra e civilização da gente; nunca, porém, foi esquecido o problema máximo, aquele da formação territorial.

O problema da delimitação, que é, afinal, o da formação política, aliás, sempre viveu, vive e viverá com o homem, e, consequentemente, com os aglomerados de criaturas humanas, sejam tribus, sejam povos ou nações. A cada qual, indivíduo ou coletividade, apetece conhecer onde começa e em que lugar termina a área em que é senhor, a extensão do que lhe pertence, o âmbito em o qual possa respirar a plenos pulmões, sem o agravo de presença estranha.

Essa necessidade nasceu com a conciência da propriedade, no primeiro elemento da criação, ao ver chegar o seguinte, e assim foi ampliado indefinidamente com crescimento da espécie até que surgiu a idéia da limitação de domínio.

A própria natureza, de resto, forneceu ao homem padrão limitador nos cursos d'água, nas cadeias de montanhas e noutros acidentes, como que feitos para mostrar a necessidade da diferenciação e pois da divisão.

Nos primeiros homens era sentimento, porque instintiva a noção do limite.

Nos homens civilizados é produto da razão, em função do meio e da luta para viver.

Em uns e outros é ideal dominador a presidir todos os atos e tôdas as preocupações.

Quem parte, por via de regra, leva consigo o projeto de atingir determinado ponto. Êsse ponto é limite.

O mesmo ocorre com quem cria qualquer cousa ou exerce autoridade de qualquer espécie, obrigado sempre a pensar no limite de sua própria fôrça material ou moral.

O homem de pensamento tem em vista, no subconciente, o âmbito em o qual sua elocubração terá aplicação. Pensa, pois, no limite extremo dêsse âmbito.

O homem prático, por igual, não pode esquecer o limite até onde se exercitará sua ação.

Tôda a gente, nessas condições, vive dentro de limites e age tendo em mira os limites de sua existência.

Como os homens, os Estados não fogem ao sentimento imperativo do limite, seja limite de autoridade sôbre o povo ou nação, seja de domínio sôbre o território em que viva êsse povo ou essa nação.

E como tal idéia existe em todos os homens e em todos os Estados, há a fronteira limite territorial de uns com outros países, preocupação primeira e superior de cada qual.

* * *

Quando Portugal se apossou das terras da América que lhe couberam na partilha do Mundo com Espanha, a idéia de fronteira já era assaz velha para não estar impregnada na conciência de seus homens, estadistas ou não.

Foi, aliás, em razão dos limites de domínio político a ser exercido pelos dois reis iberos, que resultou o Tratado de Tordezillas, de 1494, revogando as bulas pontifícias de Nicolau V, Calixto III, Xisto IV e Alexandre VI.

Êsse tratado, portanto, já visou derimir questões de fronteiras em terras cuja existência ficou apenas suspeitada depois da curta visita de Cristóvão Colombo à ilha de Guahanani, das Lucaias.

Tem-se, dessarte, que o Brasil, antes de existir, já possuía limites ou fronteiras. É, na história dos países do ocidente, exceção que nunca será demais lembrar. Capistrano de Abreu, a propósito,

assinalou que o "arreglo foi meramente formal e teórico: ninguém sabia o que dava ou recebia, e se ganhava ou perderia com êle no ajuste de contas".

O TRATADO DE TORDEZILLAS

De qualquer forma é sob a égide do Tratado de Tordezillas que deve começar a história da formação territorial do Brasil.

Segundo êsse ajuste o Mundo foi dividido em duas partes ou hemisférios pelo meridiano que passasse a 370 léguas das ilhas do Cabo Verde; à Espanha caberiam as terras do ocidente e a Portugal as do oriente.

Somente Portugal e Espanha contavam nesse tempo recuado. Os mais países da Europa: Inglaterra, França, Alemanha, Itália e Rússia, para só referir os mais potentes e ricos da atualidade, eram Estados carentes de importância internacional.

Quanto, portanto, aos navegantes que primeiro aportaram à costa do Brasil, em Pernambuco — Vicente Yañes Pinzon e Diego de Leppe, ambos espanhóis, isso em janeiro e março de 1500, respectivamente, já era conhecido o domínio lusitano. A prova é que ambos, em seguida à chegada, partiram rumo feito ao norte, onde estariam as terras do rei Fernando, de Castela e Léon.

O fato veio a pêlo para demonstrar o respeito em que era tido o ajuste, ao menos pelo oficialismo espanhol.

Os reis portugueses, aliás, até muito mais tarde, também demonstraram fiel observância ao que fôra pactuado em Tordezillas. Ordenava o reconhecimento da costa entre os pontos extremos, a penetração até às raias castelhanas, e nada mais que isso.

Aquela viagem de Pero Lopes de Souza, em 1532, até ao rio da Prata, que dessa forma violou os limites de Espanha, pode ser tido como meramente acidental.

Nos primeiros oitenta anos do século XVI vigorou integral e rigorosamente o meridiano-fronteira combinado em Tordezillas entre Portugal e Espanha, ao menos no que disse com a América do Sul.

O território brasileiro, pois, estava teoricamente formado. A costa foi explorada desde Cananéia até o Amazonas; e não apenas explorada, mas também ocupada.

Aquelas feitorias de Santa Cruz, na Baía, do Rio de Janeiro e do Cabo Frio, no Rio de Janeiro, de Iguarassú e de Itamaracá, em Pernambuco, de São Vicente e de Piratininga, em São Paulo, são dos primeiros tempos.

Com João III, cujo reinado durou de 1521 a 1556, surgem as capitanias, apelidadas de hereditárias, doadas a pequenos nobres.

As penetrações do interior, nessa quadra, foram em pequeno número e só a curta distância do litoral. O português, homem do mar,

não se quer afastar dêle. É assim com Gonçalo Coelho, partindo de Cabo Frio, em 1503, e com Martim Afonso de Souza, em 1530, saindo de São Vicente.

Quem mais a fundo entra o sertão é um espanhol — Luiz de Moraes Espina —, o qual, partindo de Ilhéus, na Baía, chega ao rio São Francisco.

A finalidade dessas entradas era afastar o gentio que infestava as matas do litoral.

Portugal, pelo visto, não dava grande importância à sua colônia americana. Olhos fitos na Índia fabulosa das especiarias, dos brocados e do ouro, procurava chegar ao Império de Preste João, que outro não era senão Alexandre da Etiópia. E não só a Ásia lhe seduzia o apetite, mas também a África que transformara em fornecedora. O marfim da Guiné, o sândalo e os couros do Timor e de Katchi, o ouro, a prata e o estanho de Sofala e da Sumatra, de Ormuz os cavalos árabes, o ébano, o bórax, a cânfora, a laca e a noz-moscada...

E' o vasto e rico Império do Oriente que se fizera tributário do pequenino reino europeu.

Que interêsse, pois, haveria naquela ilha de Vera Cruz, terra de papagaios e de pau brasil, apenas bom para tingir tecidos?

* * *

O REINADO ESPANHOL DOS FILIPES

O apogeu de Portugal fôra no reinado de D. Manoel II. Depois foi o descambar continuado na decadência, até a extinção da dinastia de Aviz, com a morte do rei-cardeal D. Henrique, em 1580.

Espanha aproveitou-se, solerte, da decadência portuguesa, vencendo o prior de Crato, em Alcântara, por intermédio do duque d'Alba.

Com a ascensão de Filipe II ao trono de Lisboa deixou de haver limites ou fronteiras na América. O famigerado meridiano de Tordezillas passou para o rol das cousas esquecidas.

Foi a primeira grande hora do Brasil!

Um tipo de homem novo, novo e forte, se havia formado ao grande ar das terras colombianas. Era o mameluco, mestiço de pai branco e mãe acobreada, gerado ao acaso, sob a cúpula azul dos céus ou sob o docel verde das árvores. Cousa alguma o atemorizava. Nada lhes domava o ímpeto bravio. As bulas papais, os éditos reais, as ameaças de tôda a espécie, desde a excomunhão maior à prisão e ao confisco dos bens, pareciam mais lhes excitar o ânimo para a luta com a natureza e com o selvagem. Nele se conjugam a coragem do europeu com o instinto do ameríndio. No norte êles próprios se qualificam de curibocas, enquanto no centro os portugueses os chamam de mamelucos.

Não se lhes faça apêlo à piedade, que não têm.

A lei que se impuseram é a de desvirginar a terra, penetrando-a o mais fundamente possível. Para isso não há soalheiras caniculares, nem invernias rudes; os rios não lhes antolham os passos e as montanhas não têm altura capaz de fazê-los voltar atrás; os selvagens astutos não os aprisionam nas armadilhas e nem as feras logram se banquetear nos seus corpos.

São gigantes pelo denôdo, pela resistência e pela vontade.

Se se lhes perguntasse pelos desígnios naquelas entradas homéricas, não saberiam responder. Talvez falassem vagamente em prear *índios* e em descobrir minas.

A verdade, porém, é que iam formar a terra, como que obedecendo à fôrça interior incoercível.

E assim iam sempre para diante, no rumo que lhes aconselhava o instinto, pousando aquí, comendo acolá, descansando onde era possível, combatendo quando se fazia mister.

Irradiam em "bandeiras" da Baía e de São Paulo. Sobem ao setentrião e descem ao sul, mas a direção preferida é o oeste.

A conquista da costa — não há dúvida — fizeram-na os lusos.

Na formação do território, porém, os bandeirantes levam a palma, isso embora o concurso português à obra grandiosa.

* * *

Em 1640, quando João IV restaurou o trono português, os brasileiros já possuíam nítida a conciência nacional. Os sessenta anos de domínio castelhano, em os quais deixaram de existir fronteiras políticas, tinham lhes permitido operar expansão territorial imensa. Tudo, ou quase tudo, haviam devassado, e, mais do que isso, tinham podido assentar basess muito longe da costa do oceano atlântico.

João Ribeiro, o primeiro dos escritores de história que procurou explicar as razões sociais do movimento de penetração, concluiu que a colonização interna foi consequente, exclusivamente, da condição industrial: enquanto o Brasil é agrícola a penetração pelo interior é mínima; é máxima com a criação do gado e com a descoberta das minas...

Fôsse pelo que fôsse, porém, a verdade é que, independentemente da ação dos governos, quer português até 1580, e quer espanhol dêsse ano até o de 1640, o *hinterland* americano foi esquadrinhado em três quadrantes por homens saídos da costa atlântica, como que para darem forma ao território brasileiro nas suas caminhadas espantosas.

Um mapa organizado com elementos de informação que aos poucos vão sendo descobertos, demonstra a presença de gente luso-brasileira, durante o domínio espanhol, em terras que dizem muito além

do lugar onde passaria o meridiano limitador de 1494. Vê-se nesse mapa, por exemplo, que Pedro Teixeira, numa réplica ao que fizera Orellana no século XVI, subira o rio Amazonas, fôra até ao Pacífico, e voltara ao Atlântico pelo mesmo caminho, isso depois de ter estado próximo ao Oyapock; que Guilherme Valente subiu o rio Negro até quase suas cabeceiras; que Castanho da Silva, Pedro Siqueira e Francisco Bueno atingiram ao rio Paraguai em épocas diversas; que Raposo Tavares, depois de ter palmilhado o planalto do Paraná, também chegou ao Paraguai; que André Fernandes chegou a Assunção, em 1630; e que Fernão Dias Pais percorreu grande parte da região ribeirinha ao Uruguai, o que vale dizer terras que na atualidade são da República Oriental do Uruguai e do Estado do Rio Grande do Sul.

Isso para só nomear os que mais se alongaram, quer ao norte, quer ao oeste e quer ao sul, omitindo nessas condições Manoel Preto, João Pedroso, Vaz de Barros, Antônio Bicudo, Paulo Amaral e muitos outros que não romperam tanta mata e nem vadearam tantos rios e nem galgaram tantas serras quanto os primeiros, bandeirantes apenas a leste do Paraná e no curso do Tieté.

Foram, uns e outros, os verdadeiros desvirginadores do território que constituiria o Brasil, tal como é.

Os que vieram depois, embora a magnitude do que fizeram, foram seguidores ou imitadores; não pioneiros.

O CICLO DA MINERAÇÃO

Em seguida à restauração do trono português tratou o govêrno de Lisboa da expulsão dos holandeses radicados na Baía e em Pernambuco.

Portugal voltava-se para o Brasil por nada mais ter que esperar do Oriente, onde a Grã-Bretanha já rondava.

A França também já se fizera forte e apetecia seu quinhão na partilha do que as naus lusitanas e castelhanas haviam descoberto.

As gentes portuguesas, aliás, estavam exhaustas. O esfôrço que tinham despendido fôra imenso, muito além de suas fôrças. Ajunte-se a isso a influência nefasta dos climas por onde andaram em África e na Ásia.

Como que para atrair a atenção do govêrno da metrópole sôbre o Brasil houve, nesse tempo, a descoberta das primeiras minas de ouro e jazidas de diamantes.

Os espanhóis, de resto, já haviam suspeitado sua existência, tanto que Filipe III, em 1603, tinha mandado elaborar o Código Mineiro, que os portugueses retiveram em Lisboa até 1619; só depois da restauração, porque em 1652, é que foi publicado e entrou em vigor no Brasil. Era o ouro, ou a ilusão do ouro, como escreveu Peschel, re-

ferido por João Ribeiro, que iriam ser o grande móvel da povoação do Brasil e pois de sua formação territorial.

Às primeiras e vagas notícias de sua existência amiudaram-se as entradas no sertão e nas florestas, estendendo-se as caminhadas, devassando o que ainda se conservara virgem do homem dito civilizado. Não era mais a caça ao índio para vendê-lo aos agricultores do litoral, mas o farejar de veios auríferos ou de depósitos de diamantes. Surgem, então, Fernão Dias, Pais Leme, Manoel Borba Gato, Garcia Rodrigues Pais, Antônio Rodrigues Arzão, Bartolomeu Bueno de Cerqueira e dezenas de outros chefes de bandos, cada qual mais animoso, cada qual mais apetecente de riquezas e de honrarias.

O govêrno continuava sem ação alguma sôbre o movimento, que se processava por iniciativa privada.

Sabiam, por certo, êsses homens, o que ocorrera no México e no Perú, isso por via dos espanhóis que com êles comerciavam e também perambulavam.

Com a descoberta de ouro nas terras que viriam a constituir no Distrito Diamantino, quase despovoou-se a faixa litoreana. A migração do rio das Velhas tornou-se febril, quer da Baía, quer do Rio de Janeiro e quer de Piratininga.

Formou-se dessarte o maior núcleo de população no interior da colônia, afastado do mar mais de 100 léguas. Seria, na melhor hipótese, um grande centro de irradiação para a formação de limites.

A COLÔNIA DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO

A expansão luso-brasileira, rumo norte, até meados do século XVII, tinha sido até o cabo Norte, acima do curso do Amazonas. Além dêsse ponto já se haviam estabelecido os franceses.

Para o oeste, embora as penetrações a fundo das "entradas" e das "bandeiras", não se poderia precisar até onde havia domínio de gente portuguesa, porque ainda não se tinha estabelecido contacto com elementos da outra banda.

No sul o Brasil terminava em Laguna, Santa Catarina. O que ficava para baixo, por estar fora da linha de demarcação, pertencia à Espanha. O fato, todavia, é que os castelhanos não haviam atravessado o estuário do rio Prata, conservando-se em Buenos-Aires. O que ficava entre êsses dois pontos: Laguna e Buenos-Aires, e que integram hoje a República Oriental do Uruguai e o Rio Grande do Sul, permanecia inhabitado, ao menos no litoral, porque no planalto e nas vizinhanças do rio Uruguai havia as estâncias das missões jesuíticas, cuja direção tinha sede em Assunção do Paraguai.

É aí que ocorre a Pedro II, de Portugal, talvez encorajado pelas alianças com a Inglaterra, com a Áustria e com a Holanda, investir os domínos de Espanha, na América, levando em conta para o co-

metimento, também, a luta interna que se desenrola nesse reino pelo seu trono, disputado pelo duque d'Anjou com o apôio de Luiz XVI, e pelo arquiduque Carlos, da Áustria, atrás do qual agia o rei Leopoldo I. Determina, então, que seja fundado um pôsto militar na margem esquerda do Prata. E' a chamada Colônia do Santíssimo Sacramento que seria chamada o pomo de discórdia entre duas coroas peninsulares. Em verdade, até à data de sua fundação por D. Manuel Lobo, ainda não tinha havido atrito maior entre portugueses e espanhóis na América Meridional.

Não há que historiar, porque assaz sabida, a luta entre gentes das duas bandas em razão do desrespeito à fronteira com a fundação da Colônia do Sacramento, até que os seus respectivos descendentes e herdeiros, também depois de muito se guerrearem uns aos outros, afinal, estabeleceram os lindes da dominação. Basta, no caso, referir que a fundação da Colônia teve lugar a 1.º de Janeiro de 1680, e que a paz só teve lugar em consequência da batalha do Passo do Rosário, a 20 de Fevereiro de 1827, o que vale dizer quase um e meio séculos (147 anos).

Os limites de dominação durante todo êsse tempo estiveram em flutuação. Ora desciam ao Prata e ora subiam até Santa Catarina, no sentido norte-sul; no sentido leste-oeste eram jogados do Uruguai ao Jacuí e viceversa.

A cada investida portuguesa ou brasileira correspondeu sempre investida espanhola ou platina.

Até que, como para dar remate lógico à contenda territorial, os estadistas acertaram em medida que poderia ter ocorrido ao rei Salomão: dividir ao meio o objeto da porfia. O Rio Grande do Sul dessarte ficou incorporado ao Brasil, isto é, com os descendentes dos lusitanos, enquanto a Banda Oriental do Uruguai permaneceria com os sucessores dos castelhanos.

* * *

Vem a propósito, nesta altura, lembrar que foi em razão dessa porfia secular pelas terras ao Sul de Laguna que se formou um novo tipo de homem da nação. Refiro o gaúcho brasileiro, o qual não pode e nem deve ser confundido com o gaúcho de além raias.

Enquanto, no norte e centro, formou-se o curiboca ou mameluco — filho de pai português e mãe índia —, no extremo sul, os filhos dos colonos açorianos, nascidos já ao grande ar das terras novas e criados num ambiente guerreiro, formaram-se para missão que se poderia qualificar de militar.

Se é verdade que o primeiro investimento português às possessões de Castella teve origem oficial, não é menos verdade que dentro em pouco a direção da guerra tinha passado para as mãos dos con-

tinentinos, como tal, ao tempo, eram chamados os naturais do Rio Grande do Sul, e por êles conservada até à derradeira campanha externa.

O TRATADO DE MADRID

Em meio ao século XVIII as relações entre João V, de Portugal, e Fernando VI, de Espanha, eram as melhores possíveis, não obstante os antigos agravos entre os súbditos das duas coroas. Espanha poderia acusar Portugal de que sua gente, na América, havia desrespeitado a linha pactuada em Tordezillas, uma vez que se tinham apossado, ao norte, das terras de ambas as margens do Amazonas, ocupando-as até à embocadura do Javarí; no oeste também se estabelecido nas terras de Mato-Grosso ribeirinhas ao Paraguai e ao Guaporé; e ao sul expandindo-se desde Laguna até a Colônia.

Portugal alegava o caso das Molucas, a ocupação das Filipinas e outros desrespeitos por espanhóis do que tinha sido convencionado. Ambos litigantes, porém, estavam de acôrdo num ponto: a impossibilidade de saber onde era a linha de demarcação dos dois domínios.

Convencionaram, a vista disso, os plenipotenciários dos dois reis, um novo tratado, com base no princípio romano do *uti-possidetis*: *ita-possideatis*, segundo o qual "cada qual hade ficar com o que atualmente possue..." E determinou, outrossim, que os limites de domínio político fôssem de preferência as paragens mais conhecidas, para que em nenhum tempo se confundam, nem dêm ocasião a disputas, como são a origem e curso dos rios e os montes mais notáveis...

Foi, não há dúvida, a maior vitória que Portugal poderia desejar, uma vez que no ajuste foram sancionadas tôdas as descobertas e avançadas de seus homens durante os 2 1/2 séculos de assombrosa atividade, enquanto os espanhóis se haviam deixado ficar de preferência em tôrno às minas de México e do Perú.

Êsse tratado, assinado em Madrid, no dia 13 de Janeiro de 1750, exibe as firmas do visconde Thomás da Silva Telles, como representante de João V, e a de D. Joseph de Carvajal y Lancaster, como embaixador de Fernando VI; o espírito e a letra, porém, são de um brasileiro: Alexandre Gusmão.

Por êle o Brasil ganhou, a bem dizer, senão os limites que ostenta soberanamente, ao menos a configuração geográfica que tem. A sua formação territorial, pois, foi concluída nesse tratado. O que viria depois, até nossos dias, seria mero resguardo à obra de Gusmão, porque questões sôbre minúcias no arrrematar ou pequenos dissídios que poderiam, sem êrro, ser qualificados de residuais.

Não incidirá em êrro, portanto, quem disser que no Tratado de Madrid o Brasil completou sua formação territorial.

O TRATADO DE SANTO ILDEFONSO

A-pesar-de sua significação, porém, o Tratado de Madrid teve curtíssima duração: 11 anos!

Em verdade, a 12 de Fevereiro de 1761, foi êle tornado de nulo efeito pelo tratado de El Pardo, voltando a vigorar a situação interior, isto é, ao Tratado de Tordezillas, pactuado quando a América era simples conjetura, com as modificações resultantes do Tratado de Utrecht e da Escritura de Saragoça.

A dificuldade que houve na demarcação das raias, ao sul, em virtude da oposição dos jesuítas e de seus pupilos, os autóctones, é que terá sido a causa ostensiva da revogação.

A causa principal que permaneceu oculta, entretanto, foi o ressentimento causado pela letra do Tratado de Madrid, que se teve como imposto ao rei de Espanha, Fernando VI, por sua mulher, D. Maria Barbara, irmã do rei João V, de Portugal .

Logo depois do Tratado de El Pardo, de 1761, Portugal, como aliado que era da Inglaterra, foi obrigado a declarar guerra à Espanha em razão de sua aliança com a França, Parma e Nápoles.

O Tratado que pôs fim a essa guerra, assinado a 10 de Fevereiro de 1763, apenas especificou a entrega da Colônia do Sacramento a Portugal; o mais permaneceria em *stato quo ante bellum.*

É com a ascensão de Dona Maria I ao trono, em sucessão ao rei José I que se cogitou novamente dos limites das colônias americanas das duas coroas.

* * *

Daí dessa cogitação, o Tratado de Santo Ildefonso, de 1.º de Outubro de 1777, subscrito por D. Francisco Inocêncio de Souza Coutinho e pelo Conde de Floridablanca.

Não fôra a preocupação de afastar Portugal das águas do rio Uruguai, que ficou clara no ajuste em causa, poder-se-ia dizer que foi êle uma repetição do Tratado de Madrid. De-fato, desde o Pepiríguassú para o norte, os limites continuariam os mesmos.

O recúo das divisas, porém, mutilou o Rio Grande do Sul, que ficou sem o vasto território das Missões do Uruguai. Não era muito em relação ao todo; era, entretanto, um trato de terras por demais *sensível,* porque já se havia tornado pátria de um povo extremamente altivo e bravo: o povo gaúcho.

Se ao tempo houvessem estadistas capazes de compreender o que representavam as Missões para a *gens* sul-riograndense, não teriam proposto uns e aceito outros a mutilação.

Da mesma forma que mais tarde seria impossível à aglutinação da Banda Oriental pelo Brasil e pela Argentina, foi impossível fazer aceitar na época a separação do território missioneiro da Capitania de São Pedro do Sul.

O Tratado de Madrid, como já foi lembrado, teve a duração de 11 anos. O de Santo Ildefonso não teve melhor sorte e nem muito mais longa duração. As demarcações não puderam ser levadas a efeito e em virtude da guerra de 1801 deixou de existir.

* * *

Quando ao Rio Grande do Sul chegou a notícia da nova guerra entre as duas coroas peninsulares, elementos gaúchos não oficiais, numa arremetida espantosa levaram de vencida as guarnições espanholas no território de Missões, aniquilando-as ou fazendo-as bandear apressadas o rio Uruguai.

É o feito ainda não suficientemente cantado de José Borges do Canto e Manuel dos Santos Pedroso, aquele capitaneando 15 homens, e êste 20, que reconquistaram às tropas castelhanas aquilo que o Tratado de Santo Ildefonso atribuíra a Espanha.

Ao mesmo tempo que isso tinha lugar no oeste riograndense, no extremo meridional da Capitania, elementos oficiais, comandados pelo Coronel Manuel Marques de Souza e pelo Brigadeiro Raphael Pinto Bandeira, avançam sôbre os chamados Campos Neutrais, também conquistando-os às tropas de Buenos-Aires, indo até o cêrco de Cêrro Largo, no coração das terras que hoje são a República Oriental.

O Brasil, nessas condições, voltou a ter a configuração que lhe deram seus homens.

A guerra na Europa, começada em fevereiro, terminou a 6 de junho de 1801, pelo Tratado de Badajóz, o qual não revalidou o de Santo Ildefonso e nem cogitou das fronteiras na América do Sul.

A situação, portanto, estabeleceu-se nítida: o *uti-possidetis*. Cada qual ficaria com o que possuísse. Os colonos de uma outra banda que se entendessem como quisessem ou pudessem. Os dois reinos, aliás, perdiam aos poucos a autoridade, mal podendo esconder a decadência material e moral. Haviam sido muita cousa; na época não eram mais cousa alguma porque pouco ou nada significavam no concêrto das nações européias, cujos leaders eram a Austrália, a França e a Inglaterra.

O ouro do Distrito Diamantino, de Paranaguá e de Cuiabá, havia acabado de arruinar Portugal sob João V. Êsse ouro, de resto, começara em 1700 e terminara oitenta anos depois. Uma historiadora portuguesa D. Vîrgínea de Castro e Almeida traça quadro eloquente das desgraças de sua pátria: "Depois de El-Ksar-el Kébir a dominação espanhola que dura 60 anos; em seguida o esfôrço tenaz para a restauração da independência: 28 anos de lutas enfim coroadas por bom êxito; epidemias, pobreza, fome, guerras em terra

e no mar contra nações que se fizeram mais fortes e que atacavam um país que acreditavam em agonia para se apropriarem dos ricos despojos; ao perigo de prosperidade sob D. João V, seguiu de perto a tirania do marquês de Pombal e a grande catástrofe que foi o terremoto de 1755".

Houve mais e pior, porém, para agravar a crise portuguesa na época. Houve a loucura da raínha e houve a invasão do reino pelos soldados de Napoleão, que obrigam a Família real a fugir para o Brasil.

O príncipe regente, aquele que viria a ser João VI, da Casa de Bragança, em chegado ao Rio de Janeiro, como represália à França, manda invadir a Guiana Francesa e para resguardar as possessões do cunhado, Fernando VII, determina a ocupação da Cisplatina.

Pretendeu, quiçá, alterar a formação territorial da colônia que elevaria à dignidade de reino por fôrça das circunstâncias, acrescendo-a dos dois territórios.

A alteração, porém, estava fadada à vida efêmera. No Uruguai já estava formado um povo com a conciência nacional definida, que não se deixaria aglutinar sem maiores razões. Quanto à Guiana, era de prever que a França não abdicaria sem luta de sua posse.

Vicente Licínio, estudando os acontecimentos, acentuou que foram as únicas conquistas oficiais e daí a sua ineficácia...

* * *

MERIDIANOS E PARALELOS

Do exposto até aquí, numa síntese visando dar simples idéia do processo da formação territorial do Brasil, podem-se tirar conclusões que substituam com vantagem a quase ausência de nomes e de datas, de locais e de cifras.

A primeira dessas conclusões é que as penetrações começaram pela necessidade de afugentar os selvícolas do litoral, onde se haviam estabelecido os reinóis.

Outra, é que foi em razão da necessidade de recrutar braços para a agricultura que se fizeram as estradas seguintes, chamadas de prêa ao índio, em "bandeiras" organizadas militarmente.

As penetrações posteriores foram em busca de minas de ouro, prata, diamantes e do que mais fôsse.

O avanço rumo do Prata, em 1680, constituiu um desvio do que já era regra, de ser a expansão produto da necessidade industrial privada, porque dos homens portugueses e brasileiros, e não dos governos de Lisboa, do Rio de Janeiro ou Baía.

* * *

Pelo fato de não ter havido oposição espanhola às penetrações luso-brasileiras, ao menos nos primeiros tempos, não se conclua que minguasse valor nas gentes castelhanas. Não! A falta de reação da outra banda às incursões pelo território indiscutivelmente espanhol, tem explicação em motivos de vária ordem. Primeiro o meio físico na costa do Pacífico, onde a Cordilheira dos Andes, correndo quase junto ao mar, mostrava a estrada a seguir. Descer dessas altitudes elevadas, rumo de leste, que seria prenunciar o encontro do movimento contrário dos lusitanos, era difícil a mais não ser. O exame dos roteiros, espanhóis e criolos, demonstra a tendência da marcha junto ao oceano até ao paralelo de 25.º, quando se operava a inflexão para o Atlântico. Isso quer dizer, noutras palavras, que a tendência era não abandonar as cumíadas da cordilheira senão quando a descida se apresentava suave ou menos difícil, pelo vale do oilamaio, ou entre Bermejo e o Salado, procurando então o Paraguai, por cujas águas chegavam e o Paraná.

O exame da carta geográfica da América demonstra isso num simples relance.

Em verdade, a grande expansão portuguesa é ao norte; e a grande expansão castelhana é ao sul.

Enquanto na latitude sul de 7.º 33′ 12″, 85 o Brasil tem sua maior extensão que é nula, porque aí termina o território nacional.

A linha de fronteira, daquela latitude (7.º 33′ 12″, 85), onde passa a 73.º 59′ 32″, 45 de longitude w. g., inclina-se para leste até que no ponto mais meridional do território do país a longitude é 53.º 23′ 22″, o que demonstra uma declinação de mais de 20.º.

No norte, aliás, encontraram os espanhóis uma civilização que passaram desde logo a explorar; nada portanto aconselhava a procura de outra fontes de riquezas que porventura existissem na América.

Os portugueses, ao contrário, nada tendo encontrado com organização tiveram de procurar, e daí as penetrações a fundo em todos os rumos, principalmente no rumo oeste.

Outro fator favorável aos portugueses para a expansão foi o meio físico no lado do Atlântico. O sistema orográfico não ofereceu empecilhos dignos de nota, porque sem grandes altitudes.

Há que levar em conta, outrossim, a circunstância de que os de Espanha se tiveram de ocupar das ilhas do mar que há entre as duas porções da América, e das terras que se estendem do México à Patagonia. A longitude, pois, lhes preocupou mais que a latitude; enquanto que os de Portugal foi o inverso.

Espanha, como colonizadora da América, foi meridiano.

Portugal, como povoador do Brasil, foi paralelo.

A INDEPENDÊNCIA DA AMÉRICA

Ao ter lugar a independência dos povos sul-americanos aos reis da Espanha e de Portugal, não havia tratado algum de limites de dominação. Excepcionadas as três guianas, ao norte, o que havia estava dividido em duas partes. Uma pertencera a Espanha, outra a Portugal. Terminava uma onde a outra começava. Os estabelecimentos de propriedade de homens de uma ou outra banda é que serviam de marcos fronteiriços. A ocupação da Cisplatina, que continuava, era artificial.

Assim foi que os povos de uma e outra origem tiveram tempo e calma suficientes para tratar das respectivas organizações políticas sem o acicate da delimitação territorial, que já estava feita, senão oficialmente, por fôrça da própria expansão de seus homens.

Em 1825 há breve interrupção nessa calma. É quando autoridades de Mato-Grosso, mancomunadas com autoridades de Chiquitos, invadem essa província boliviana e põe-na sob a proteção de Pedro I.

O govêrno imperial, porém, com energia inusitada e com prontidão exemplar, desautorizou publicamente o ato das autoridades matogrossenses, tornando-o nulo porque contrário aos princípios do Direito Público como reza o decreto a propósito. Isso quer dizer, noutras palavras, que o Brasil, embora na ocasião ainda insistisse na ocupação da Banda Oriental, já considerava formados os territórios dos demais Estados sul-americanos, mantendo-os em respeitos.

A DELIMITAÇÃO TERRITORIAL

Terminado o processo laborioso da organização dos Estados sul-americanos, houve que cogitar da delimitação dos respectivos territórios.

O Brasil, confinando com dez outras soberanias, teve dez vezes agravada a questão de seus limites de dominação política.

Enquanto os estadistas de Portugal só tinham tido que se haver com os de Espanha, Grã-Bretanha, Holanda e França, os do Brasil tiveram de encontrar entendimento com os da França, Holanda, Grã-Bretanha, Venezuela, Colômbia, Equador (tratado condicional), Perú, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai.

De todos os países e colônias da América do Sul, pois, só não teve que negociar fronteiras com o Chile.

Antes de encetar a obra gigantesca de negociar os lindos, os governantes do Brasil tiveram de acalmar as paixões políticas exacerbadas a independência. Do extremo norte ao extremo sul porfiou-se acirrada e longamente. Pode-se balizar da maioridade de

Pedro II, em 1842, o início da calma que permitiria tarefa de tal magnitude.

Sucedem-se, então, os tratados de limites: em 1851 com o Uruguai e com o Perú; em 1859 com a Venezuela; em 1865 com Argentina; em 1867 com Bolívia; em 1872 com Paraguai. É certo, porém, que desde muito antes já se negociava por via das chancelarias.

O esfôrço nas negociações parece ter esgotado as energias dos homens do Império. A prova é que depois do tratado com o Paraguai, em 1872, nenhum outro foi levado a têrmo.

É já República que Joaquim Nabuco negocia o tratado com a Inglaterra (6. XI. 1901); que Rio Branco, em 1904, assina o com Equador e em 1906 com Holanda; e Enéas Martins, em 1907, ultima as negociações com a República da Colômbia.

Com a França não houve tratado novo. Continuou vigorando o de Utrecht, de 11 de Abril de 1713, entre êsse país e Portugal.

O exame dêsses tratados, em confronto com o de Madrid, de 1750, faz certo que não houve nenhuma modificação essencial na configuração territorial do Brasil a partir daquela data.

As conquistas dos bandeirantes, dos jesuítas e dos gaúchos, foram sancionadas nesses ajustes, permitindo-nos dizer que o país, tal como o temos, é obra dêles, no mourejar e no combater durante séculos.

ZONAS DE FRICÇÃO

Robert Southey em sua História do Brasil, no capítulo em que trata da viagem de Manuel Félix de Lima pelo rio Madeira abaixo, isso em 1743, declara que essa viagem foi importante, não só por abrir comunicação entre Mato-Grosso e o Pará, mas também por ter pôsto portugueses e espanhóis pela primeira vez em contacto naquela fronteira...

No sul, como já foi exposto, o contacto se estabeleceu quando os portugueses, em 1680, ultrapassando a linha de demarcação, foram fundar a Colônia do Sacramento na margem esquerda do rio da Prata.

Quanto ao norte, é certo que desde 1674 elementos lusitanos do Pará já se opunham às tentativas de penetração no Amazonas de elementos franceses saídos de Caiena e dos estabelecimentos vizinhos ao cabo Norte.

Tem-se, dessarte, que foi no setentrião que em primeiro lugar se criou o que se chamam *zonas de fricção* ou *fronteiras vivas*.

De-fato, quando expulsos do Maranhão, os franceses ao invés de buscarem a Europa, se foram estabelecer acima da embocadura do Oyapock, obrigando os portuguess a permanente estado de resguardo nas terras até o cabo Norte.

A marcha expansionista rumo sul talvez para reivindicar as terras nas quais, em 1532, Pero Lopes de Souza plantara marcos do domínio do rei João III de Portugal seguiu-se aquela primeira formação de fronteira viva ou de atrito.

No oeste só muito mais tarde, porque em meados do século XVIII, é que as duas expansões se encontram. Apenas se encontram; não lutam. Aquem os companheiros de Manuel Félix de Lima encontram em Exaltação da Cruz, no Mamoré, são missionários católicos descidos dos Andes sob a direção de frei Leonardo de Baldívia.

No norte as expansões se mantêm em expectativa. Cada qual no ponte extremo a que atingiu, sem tentar novo avanço, mas também sem recuar.

No oeste a situação igualmente não se modifica quando os homens das duas soberanias antagônicas se topam em Mamoré.

É no sul que as hostilidades têm início em seguida à defrontação de lusitanos e castelhanos, não cessando mais durante o curso de quase 2 séculos.

De qualquer forma os três pontos de primeiro contacto expansionista ficaram constituindo outras tantas zonas de fricção, número que aumentaria mais para diante ao surgir a necessidade da delimitação definitiva.

* * *

Na zona de fricção meridional, como já foi lembrado, a partir da fundação da Colônia do Sacramento até que fôsse convencionada a linha de limites pelo arroio Chuí, lagoa Mirim, rio Jaguarão, coxilhas de Santana e Haêd ou Negra, rios Quaraí e Uruguai, os elementos de uma e outra origem sempre estiveram com armas na mão, orá avançando portugueses e brasileiros rumo sul e rumo oeste, ora recuando para o norte e leste sob a pressão espanhola e platina.

Alí foi vivida a história militar do Brasil, do Uruguai e da Argentina.

Nessa zona é que se caldearam os tipos excepcionais dos fronteiros de três povos, um dos quais integra a nação brasileira com elemento seu de destaque.

A zona de fricção seguinte, para quem vai do sul para o norte, foi zona de fricção diplomática. Refiro a questão sôbre a posse de Território de Palmas, erradamente chamado de Missões, na fronteira com a Argentina. Nunca saiu do âmbito das chancelarias. A razão do dissídio resultou de êrro de explorador português por ocasião da demarcação que se tentou para dar execução ao Tratado de Madrid, de 1750. Êsse explorador, simples sargento, despachado a descobrir o Peperíguassú, confundiu-o com outro rio, o Uruguai,

afluente do Paraná. O êrro, entretanto, seria aceito e confirmado pelos demarcadores do Tratado de Santo Ildefonso, e só demonstrado como tal, por Rio Branco, no comêço do século em meio, quando a questão foi submetida ao arbitramento do Presidente Glover Cleveland, dos Estados Unidos.

O terceiro trecho em que houve fricção de outra soberania com a do Brasil foi na fronteira com o Paraguai, na parte em que a divisa segue pelo rio Paraná, desde a foz nele do rio Igureí (abaixo das Sete Quedas) até a foz do Iguatemí no mesmo Paraná.

Também como a precedente, a fricção diplomática começada em 1844 ao terem início as negociações de Pimenta Bueno com Carlos Antonio Lopez, e só terminada em 1872, ao ser firmado o Tratado que ainda vigora.

Deve ser referido, à guisa de parêntesis, que a guerra contra Solano Lopez, de 1865 a 1870, nada teve com a questão de limites, quer quanto à zona de fricção apontada, quer quanto ao total da linha divisória. O Brasil, e é êsse um dos mais expressivos padrões de sua generosidade, finda a campanha militar, não apenas continuou a negociar com o Paraguai em nivel de igualdade, como até advogou seus interêsses junto aos governos argentino e boliviano.

A quarta zona de fricção pode ser localizada no sul de Mato-Grosso, na parte que êsse Estado confina com a República da Bolívia. Também nela não houve luta armada, mas apenas aprestos para luta uma vez e noutra vez somente tentativa sub-reptícia de infiltração. São as questões de Chiquitos e de Otuquis, as quais, por conhecidas, e sem maior importância, não valem o tempo para recordá-las. Basta dizer, repetindo que em 1825 o presidente de Mato-Grosso mandou invadir a província boliviana de Chiquitos, isso por sua alta recreação, sendo desautorado energicamente por Pedro I; quanto à questão de Otuquis, resultou ela da criação teórica de uma província boliviana com limites dentro do território de Mato-Grosso. Os dois acontecimentos, porém, provaram e tornaram a provar que se estabelecera naquela latitude uma zona de fricção que só deixou de existir quando, no terreno, foram marcadas as raias de domínio por comissões mistas de oficiais engenheiros e geógrafos dos dois países limítrofes.

Mais para o norte diz o território por cuja posse se empenharam a fundo três Estados sul-americanos: Brasil, Bolívia e Perú. É o Acre das revoluções irredentistas de 1897 a 1902, da população brasileira alí radicada desde muito contra o govêrno da Bolívia; da luta diplomática entre o Brasil e a Bolívia, entre o Brasil e Perú, e, finalmente, entre Perú e Bolívia.

Na opinião de Oliveira Lima — diplomata *doublé* de historiador — foi a mais grave das questões que o Brasil teve a sustentar.

Depois da zona de fricção sulina é a que lhe segue em importância, valendo recordar que das cinco revoluções contra o domínio boliviano na zona, três foram chefiadas por homens do Rio Grande do Sul, inclusive aquela que ganhou a partida armada, vencendo as tropas andinas. Os nomes de Plácido de Castro e de Rio Branco sagraram-se nessa contenda. Um como general e estadista; outro como diplomata e também estadista. Teve remate essa questão pelo tratado de Petrópolis, de 1903, e pelo arbitramento do Presidente da Argentina no dissídio entre Perú e Bolívia.

Depois vem a zona que, sem sombra de dúvida, foi teatro de outra grave questão porque nela estabeleceu-se atrito entre quatro Estados soberanos: Brasil, Perú, Equador e Colômbia. É a zona do triângulo de terras limitado pela linha geodésica Tabatinga-Apapóris — rio Amazonas e furo do mesmo conhecido por Avatí-paraná — rio Japurá ou Caquetá, de posse luso-brasileira há muito, mas disputado até recentemente pelos outros países lindeiros.

Compreender-se-á melhormente a importância dessa zona e a gravidade da situação nela criada, sabendo-se que a mesma linha Tabatinga-Apapóris é também um dos lados do *Trapézio amazônico* por cujo domínio se empenharam a fundo o Perú, a Colômbia e o Equador. O Perú, mais forte, no primeiro embate desabusou as pretensões equatorianas. Ficaram na liça, então, o mesmo Perú e a Colômbia, os quais, faz pouco, em Letícia, quase demonstraram mais uma vez que a América não é, e nunca foi, o Continente da Paz que apregoam os que pouco conhecem a sua história e menos a sua geografia.

A zona de fricção seguinte se estabeleceu, nos campos do Pirara, na fronteira com a Guiana Inglesa.

Na zona do extremo sul a razão do atrito pode-se encontrar, quiçá, na incompatibilidade racial entre povos portugueses e espanhóis, na era em que os dois reinos viviam em constante desinteligência.

Na zona de atrito com a Argentina, Paraguai e Colômbia, como se sabe, foram apenas diplomáticos, visando esclarecer pontos, que permaneciam obscuros.

A zona de fricção com a Bolívia, no sul de Mato-Grosso, criou-se pela ação impensada, leviana mesmo, de autoridades provinciais e de estadistas ao serviço de aventureiros inescrupulosos.

No Acre são interêsses econômicos imediatos que geram o atrito, havendo elementos financeiros estranhos à América do Sul agindo junto aos governos de La Paz e de Lima. Os mesmos elementos que já tinham fomentado a chamada Guerra do Pacífico, visando o *guano,* que atiçavam a Guerra do Acre pela borracha.

Nos campos do Pirara, porém, não houve nada disso. Houve apenas o desejo da Grã-Bretanha em ganhar direito à navegação no Amazonas, conquistando para isso sua margem ocidental, ou, como conseguiu, tornar-se ribeirinha do Branco, que desagua no Negro, o caminho natural para o rio-mar dos seus apetites imperialistas. O pretêsto para a investida foi o mais pueril possível: protege os selvagens da região, escravizados pelos brasileiros...

Foi, portanto, a Grã-Bretanha, invadindo o Pirara e nele se aferrando, quem criou essa nova zona de fricção que se poderia qualificar de artificial, porque sem nenhuma razão lógica para existir.

Mais para leste de quem parte da fronteira da Guiana Inglesa ou Demerara rumo do Atlântico, encontra-se a seguinte e última zona de fricção: o Amapá.

É sabido que foi no Amazonas, na altura do cabo Norte, onde primeiro entraram em contacto as gentes portuguesas com elementos europeus não espanhóis ou franceses, isso em 1674. A rigor, portanto, desde êsse ano ficou criada naquelas paragens a fronteira viva, porque balizada por populações das duas bandas.

É em 1713, pelo Tratado de Utrecht, que os limites entre as duas colônias — a de Portugal e a da França — foram ajustados, aceitando os contratantes como divisa as águas do rio Japoc ou Vicente Yañez Pinzon e a serra do Tumuc-Humac...

No tratado de París, de 1763 (Artigo 2.º), figura essa mesma divisa rio Japoc ou Vicente Pinzon, que vigora até a invasão e conquista da Guiana Francesa, por ordem de João VI, em 1809.

Ao ser assinada a Convenção de 28 de Agôsto de 1817, pela qual Portugal se obrigou a restituir à França as terras chamadas do Cabo Norte, foi consignada no artigo 1.º da mesma Convenção a fronteira pelo rio Japoc ou Vicente Pinzon.

A-pesar-dêsse luxo de referências ao rio Japoc em documentos internacionais, no comêço do século XIX, quando o Brasil inteiro estava convulsionado pela desordem política, na Sociedade de Geografia de París alguém sugeriu que o rio-fronteira seria o Araguarí e não Oyapock, como tinha passado a ser escrito o nome do Japoc. Isso queria dizer, com outras palavras, que os limites estariam na latitude de 1.º 2′ e não a 4.º 10′, altura em que êste despeja suas águas no Oceano Atlântico.

Primeiramente outros cientistas adotaram o alvitre; depois é o próprio govêrno francês quem esposa a tese como sua e toma medidas para a ocupação do território até o Araguarí.

Ante os argumentos e protestos do Rio de Janeiro, surgiram outros rios que não o Araguarí como sendo o Japoc do Tratado de Utrecht. Que o Oyapock fôsse o Japoc, porém, ninguém em França aceitava.

Iniciado o dissídio possessório em 1834, só teve remate em 1900, graças ao laudo do Presidente Hauser, da Confederação Suíça, em nosso favor, reconhecendo que o Japoc do Tratado de 1713 é o Oyapock das cartas geográficas posteriores.

Foi Rio Branco, utilizando-se da obra de Joaquim Caetano da Silva, que incorporou às suas razões de advogado, quem fez prova dos direitos brasileiros.

O govêrno da França acatou a decisão do árbitro, mas, até, hoje, não condescendeu em nomear comissários para a demarcação. É, por êsse motivo, o único trecho da fronteira do Brasil que ainda não está demarcado.

TERRITÓRIO DO BRASIL

Conhecido o progresso da formação territorial do Brasil, não será demais que se recorde os números indicativos da área do país e com isso sejam referidos outros elementos relativos a essa superfície.

Quanto à área, segundo o resultado dos mais recentes cálculos planimétricos, é ela de 8.511.189 quilômetros quadrados, alongando-se no sentido norte-sul por 4.319.200 quilômetros, desde a posição de 5.° 16' 19", 60 de latitude norte, na serra de Caburaí, na divisa com a Guiana Inglesa, até a de 33.° 45' 10", de latitude meridional, na curva do sul do arroio Chuí, na fronteira com a República Oriental do Uruguai; e no sentido leste oeste por 4.327.600 quilômetros, da Ponta do Seixas no Cabo Branco, no Estado de Pernambuco (34.° 47' 38" de longitude W. G.) até o divisor de águas do Ucaiali e do Juruá, na serra do Contamana, na região lindeira com a Bolívia (73.° 59' 32", 45 de longitude W. G.).

Outra informação interessante é a de que a fronteira mede 16. 423. 549.125 quilômetros, divididos na seguinte ordem de valores:

Bolívia	3.125.951.395	quilômetros
Perú	2.995.272.000	"
Venezuela	2.199.267.120	"
Colômbia	1.644.180.000	"
Guiana Britânica	1.605.800.000	"
Paraguai	1.339.057.000	"
Argentina	1.262.910.000	"
Uruguai	1.003.071.610	"
Guiana Francesa	655.000.000	"
Guiana Holandesa	593.040.000	"

Para se obter êsse valor houve que adicionar aos 16.423.549.125 quilômetros da fronteira terrestre com os 9.000 quilômetros da orla marítima, do que resultou o perímetro de 25.423.549.125 quilômetros, que serviu ao cálculo da área indicada.

COMPARAÇÕES

Isso conhecido, não vem fora de propósito saber-se a posição do Brasil na escala das áreas dos demais países e até dos demais Estados.

No primeiro caso, isto é, comparativamente com os territórios dos países do Globo, aplicado o qualificativo de país à porção contínua de terreno sôbre o qual se exerça a soberania de um Estado, hipótese em que se não computam as áreas das possessões afastadas, teremos que o Brasil é apenas menor do que a Rússia e do que a China, aquela com mais de 20 milhões de quilômetros quadrados e esta com mais de 10 milhões.

No segundo caso, o que vem a ser comparada a área do seu domínio com as dos outros Estados, ter-se-á que ocupa um dos primeiros lugares entre os maiores impérios da Terra, em seguida somente à Grã-Bretanha, que exerce domínio nos cinco Continentes, à Rússia a estender-se em dois, à França com colônias em tôdas as latitudes, à China inclusive a Manchúria, Mongólia, Tibet e Turquestã, e aos Estados Unidos com Alasca e mais possessões.

Deve ser entendido que essa ligeira comparação é feita na situação que vigorava antes da guerra atual que ameaça ter como consequência a alteração das fronteiras políticas de grande número de países da Europa, Ásia e África.

* * *

Quando não se desconhece que até o comêço do século XVIII, o Brasil, segundo o Tratado de Tordezillas, ainda vigorante nessa época, era apenas a nesga de terreno entre o Oceano Atlântico e o meridiano que passando por Belém, no Pará, desce até Laguna, em Santa Catarina, é forçoso pensar com profundo respeito nos homens extraordinários que fizeram o acrescimento, estabelecendo novos limites com Espanha, e, mais do que isso, mantendo-os a bem dizer inviolados, quer a fôrça d'armas quando se fes mister recorrer à fôrça, quer por persuasão, quando foi possível negociar por via diplomática.

Surgem no nosso espírito, então, as figuras trismegistas dos bandeirantes, dos missionários católicos, dos campeadores sulinos, dos pioneiros que estabeleceram currais nas fronteiras conquistadas, dos estadistas de Portugal, entre os quais avultou o brasileiro Alexandre de Gusmão, dos do Brasil-Império tendo à frente o português Barão da Ponte Ribeiro, ao lado do Visconde do Rio Branco e do Visconde do Rio Grande, e os do Brasil-República, regime em o qual surgem e brilham o Barão do Rio Branco e seu êmulo Joaquim Nabuco, sem esquecer o derradeiro bandeirante que foi o gaúcho Plácido de Castro.

ULTIMAS CONSIDERAÇÕES

Robert Southey, no início de sua História do Brasil, declarou que "descoberto por acaso e ao acaso abandonado por muito tempo, tem sido com a indústria individual e cometimentos particulares, que tem crescido êste império, tão vasto como já é, e tão poderoso como um dia virá a ser".

A tese, menos a descoberta por acaso que não é mais aceita, foi também sustentada por Oliveira Lima em "O Descobrimento do Brasil", por Clovis Beviláqua em Memória apresentada ao Instituto Histórico, por Manoel Bomfim em "O Brasil na América" e, finalmente por Vicente Licínio Cardoso em "À Margem da História do Brasil", onde diz ter o país *crescido por si, por conta própria, independentemente dos desejos da mãe pátria...*

Não estará em má companhia, portanto, quem afirmar que o Brasil, tal como o temos na atualidade, é obra de portugueses e de brasileiros — primeiramente de portugueses, depois de portugueses e brasileiros numa conjugação magnífica de esforços, por fim de brasileiros —. Nunca, porém, do govêrno de Portugal, quer no apogeu de sua fôrça de expansão ou quer depois dela, quando perdida a sua importância como potência, pudera ter-se voltado para as terras da colônia americana.

À côrte de Lisbôa interessou mais, sempre, as terras da Ásia e da África, principalmente da Ásia, que as terras da América. Daquelas lhe iam as especiarias e o ouro, os brocados e os tapêtes, enquanto das últimas só poderia esperar o pau brasil e os papagaios.

É curioso verificar, aliás, quão pouco na História de Portugal figura o Brasil. Por duas vezes arrendou-o como à má fazenda. Quando entenderam seus estadeístas em dividir-lhe o território em capitanias hereditárias, doaram-nas a pequenos fidalgos empobrecidos, alguns dos quais nem se dignaram em vir receber a dádiva.

Cousa alguma, portanto, que faça lembrar ao menos luxo da colonização espanhola na costa do Pacífico, da qual ainda há vestígios impressionantes, e nem a holandesa na costa do Atlântico, cujas crônicas edificam.

É para repetir, pois, que a formação territorial do Brasil foi devida a homens, à cobiça dos colonos lusos, ao idealismo dos seus descendentes brasileiros, e à fé apostólica dos missionários católicos irradiando-se por três quadrantes; e não aos governos de Portugal no curso de mais de três séculos de dominação.

Divisão eclesiástica do Rio Grande do Sul

Religião predominante. Outras seitas. Sede do arcebispado e dos bispados. Clero secular e regular. Religiosos de ambos os sexos.

Pelo Pe. Luiz Gonzaga Jaeger, S. J.

I. *Resumo histórico das Dioceses do Rio-Grande-do-Sul.*

O 1.º bispo do Brasil-Colônia foi dom Pedro Fernandes Sardinha, que desembarcou em S. Salvador da Baía em 1-1-1552, com jurisdição sôbre tôda a Colônia sujeita a Portugal. Mas já em 1576 Gregório XIII criava a prelazia de S. Sebastião do Rio-de-Janeiro, ficando afeto a ela todo o território do Sul do Brasil até ao Rio-da-Prata.

Em 1745 foi criado o bispado de S. Paulo, ao qual ficou adscrito todo o Sul do Brasil. Em 1748, porém, o Rio-Grande-do-Sul reverteu à diocese do Rio-de-Janeiro.

Durante o decênio farroupilha, 1835-1845, estando o Rio-Grande em boa parte isolado do prelado carioca, o padre Francisco das Chagas Martins de Ávila, com o apôio do govêrno republicano de Piratiní, arrogando-se o título de "Vigário Apostólico", pretendeu exercer atos de jurisdição espiritual, que não possuía.

Em 7-V-1848 Pio IX desmembrou do bispado do Rio-de-Janeiro o Rio-Grande-do-Sul, elevando-o à categoria de bispado autônomo. Era a décima diocese que se criava desde o descobrimento do Brasil.

O bispado rio-grandense, até então sujeito à jurisdição do arcebispo metropolitano da Baía e Primaz do Brasil, passou a ser sufragâneo do arcebispado do Rio-de-Janeiro, em 27-IV-1892.

Mas em 15 de agôsto de 1910, Sua Santidade o Papa Pio X, dividiu o bispado de S. Pedro do Rio-Grande-do-Sul em quatro partes, elevando Porto-Alegre a sede arquiepiscopal, e criando na mesma data as dioceses sufragâneas de Pelotas, Santa Maria e Uruguaiana, que, co ma diocese de Florianópolis, criada em 19-III-1908, passaram a constituir a nova província eclesiástica de Pôrto-Alegre.

Desmembrou-se Florianópolis de Pôrto-Alegre, em 17-1-1927, formando nova província com os sufragâneos de Lages e Joinvile.

II. *Dados biográficos dos Bispos do Rio-Grande-do-Sul*

1. *Pôrto-Alegre.*

1.º A 3 de julho de 1853 tomou posse da diocese de S. Pedro do Rio-Grande-do-Sul seu primeiro bispo, *dom Feliciano José Rodrigues Prates,* nascido em 13 de julho de 1781, na freguesia de N. Sra. dos Anjos da Aldeia, hoje Gravataí, sagrado bispo em 29 de maio de 1853 e falecido em Pôrto-Alegre a 27 de maio de 1858. Governou sua diocese quatro anos e dez meses.

2.º *Dom Sebastião Dias Laranjeiras,* nascido em Mamonas, distrito de Monte Alto, no sertão baiano, foi sagrado bispo por Pio IX em 7 de outubro de 1860. Veio a Pôrto-Alegre, em 28 de julho de 1861. Tomou parte no Concílio Ecumênico do Vaticano. Faleceu em 13 de agôsto de 1888, após 27 anos de episcopado.

3.º *Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão,* nasceu na cidade do Salvador da Baía em 21 de fevereiro de 1841, e professou em 20 de agôsto de 1863 na Congregação dos Padres Lazaristas. Sagrado bispo de Goiaz em 24 de julho de 1881, regeu sua diocese durante nove anos, após os quais foi transferido para o Rio-Grande-do-Sul em 1890, do qual tomou posse em 20 de setembro do mesmo ano.

Em virtude do crescimento religioso do estado, Pio X criou a província à eclesiástica de Pôrto-Alegre em 15 de agôsto de 1910, sendo nomeado dom Cláudio seu primeiro arcebispo em 7 de setembro de 1910. Dom Cláudio, porém, velho e cansado, resignou o cargo entregando o govêrno arquiepiscopal a seu sucessor, dom João Becker, em 8 de dezembro de 1912.

4.º *Dom João Becker,* nasceu em 24 de fevereiro de 1870, ordenou-se a 4 de agôsto de 1896, sendo eleito bispo de Florianópolis em 3 de maio de 1908, e sagrado em 13 de setembro na igreja das Dôres de Pôrto-Alegre. Regeu como primeiro bispo de S. Catarina a sede de Florianópolis até o dia 1.º de agôsto de 1912, quando foi promovido a arcebispo de Pôrto-Alegre, do qual tomou posse em 8 de dezembro de 1912. Em 20 de março de 1932, foi distinguido por Pio XI com o título de Conde Romano e Assistente ao Sólio Pontifício.

2. *Pelotas*

1.º *Dom Francisco de Campo Barreto,* nascido em Campinas, aos 28-III-1877, sagrado bispo de Pelotas em 28-VIII-1911, tomou posse em 22-X-1911 da sua diocese, onde ficou até 30-VII-1920, quando Bento XV o transferiu para o bispado de Campinas.

2.º *Dom Joaquim Ferreira de Melo,* nascido no Crato, Ceará, em 31-VIII-1873, sagrado bispo em 18-IX-1921, tomou posse da diocese em 14-XI 1921.

3. *Santa Maria*

1.º *Dom Miguel de Lima Valverde,* nascido a 29-IX-1872, em S. Amaro, Baía, sagrou-se bispo de S. Maria da Bôca do Monte em 29-X-1911, tomando posse em 6-I-1912. Pio XI transferiu-o em 14-II-1922 para a sede metropolitana de Olinda e Recife.

2.º *Dom Ático Eusébio da Rocha,* nascido em Inhambupe, Baía, sagrado bispo de S. Maria em 15-IV-1923, tomou posse a 27-V-1923. Foi transferido para a nova diocese de Cafélândia em 17-XII-1928.

3.º *Dom Antônio Reis,* nascido em Santa Cruz, Rio-Grande-do-Sul, em 28-X-1885, foi sagrado bispo de S. Maria em 13 de dezembro de 1931, em Pôrto-Alegre, tomando posse a 3-I-1932.

4. *Uruguaiana*

1.º *Dom Hermeto José Pinheiro,* nascido em 28-VIII-1870, em Caldeirões Traipú, Alagoas, sagrado bispo de Uruguaiana em 17-III-1912, tomou posse a 19-V-1912.

5. *Caxias*

1.º Desmembrada como diocese da arquidiocese de Pôrto-Alegre, pelas Letras Apostólicas "Quae spirituali" de 8-IX-1934, teve na pessoa de *dom José Barea* seu primeiro bispo. Nasceu dom José em Nova-Treviso, Rio-Grande-do-Sul, em 19-1-1893, sendo sagrado bispo em Pôrto-Alegre aos 19-I-1935, tomando posse da diocese de Caxias em 11-II-1936.

6. *Prelazia de Vacaria*

1.º Desmembrada da arquidiocese de Pôrto-Alegre por Pio XI em 27-VI-1936, obteve na pessoa de *dom frei Cândido de Caxias,* O. M. C. seu primeiro prelado. Nasceu dom Cândido no estado do Rio-Grande-do-Sul aos 25 de Janeiro de 1889, tomou o hábito dos padres capuchinhos em 7-IV-1906, sendo sagrado bispo em 4-X-1936, em Pôrto-Alegre.

Estatística Religiosa do Rio-Grande-do-Sul, referente ao dia 1.º de janeiro de 1939.

Arcebispado de Pôrto-Alegre: desde 15 de agôsto de 1910, paróquias 104. — Padres seculares 128. — Católicos 850.000.

Diocese de Santa Maria: desde 15 de agôsto de 1910. — Paróquias 60. — Padres seculares 50. — Católicos 750.000.

Diocese de Pelotas: Desde 15 de agôsto de 1910. — Paróquias 26. — Padres seculares 18. — Católicos 400.000.

Diocese de Uruguaiana: desde 15 de agôsto de 1910. — Paróquias 28 e 1 curato. — Padres seculares 20. — Católicos 400.000.

Diocese de Caxias: desde 8 de setembro de 1934. — Paróquias 33. — Padres seculares 28. — Católicos 215.000.

Prelazia de Vacaria: desde 27 de junho de 1936. — Paróquias 9. — Padre secular 1. — Católicos 110.000.

Total: 1 arcebispo e 5 bispos sufragâneos; 260 paróquias; 245 sacerdotes seculares; 2.725.000 católicos.

Nome popular e oficial das Ordens, Congregações, Institutos ou Sociedades Religiosas existentes no Rio-Grande-do-Sul, em 1.º-I-1939.

I = Número de casas; II = Número de membros; III = Número de sacerdotes entre êsses membros; IV = ano em que se estabeleceram no R. G. do S.

MASCULINOS

(Por ordem de antiguidade)

	I	II	III	IV
1 — Jesuítas (Companhia de Jesús) ..	18	323	125	1842
2 — Palotinos (Pia Sociedade das Missões)	15	55	30	1886
3 — Carlistas ou Escalabrinianos (Pia Congregação dos Missionários de S. Carlos Borromeu)	15	22	21	1888
4 — Capuchinhos (Ordem dos Padres Capuchinhos)	16	160	70	1895
5 — Maristas (Instituto dos Irmãos Maristas)	29	350	—	1900
6 — Salesianos (Sociedade de S. Francisco de Sales)	2	18	10	1901

7 — Oblatos de S. Francisco de Sales	2 —	7 —	5 — 1906
8 — Missionários Filhos do Imaculado Coração de Maria	2 —	9 —	9 — 1907
9 — Lassalistas (Irmãos das Escolas Cristãs)	9 —	169 —	— — 1907
10 — Carmelitas Descalços	6 —	36 —	24 — 1911
11 — Passionistas (Congregação da SS. Cruz e Paixão de N. S. J. C.)....	1 —	6 —	5 — 1915
12 — Josefinos do Murialdo (Pia Sociedade Turinense de S. José).....	1 —	15 —	4 — 1915
13 — Franciscanos (Ordem dos Frades Menores; Província Bras. da Im. Conceição)	4 —	14 —	11 — 1918
14 — Redentoristas (Congregação do Santíssimo Redentor)	2 —	15 —	9 — 1919
15 — Lazaristas (Congregação da Missão)	2 —	6 —	6 — 1922
16 — Missionários da Sagrada Família.	4 —	44 —	30 — 1923
17 — Franciscanos (O. dos Frades Menores; Prov. Hol.)	5 —	26 —	18 — 1926
18 — Missionários de N. Sra. da Salette	1 —	10 —	5 — 1928
19 — Congregação do Verbo Divino ...	3 —	3 —	3 — 1935
20 — Oblatos de Maria Imaculada	1 —	2 —	2 — 1938

Total: Religiosos, inclusivamente os Noviços, 1290; — Casas 138; — Sacerdotes Religiosos 387.

Total de sacerdotes seculares e regulares no Rio-Grande-do-Sul em 1.º de janeiro de 1939: *632.*

FEMININOS

(Por ordem de antiguidade)

I = Número de casas; II = Número de membros; III = Ano em que se estabeleceram no R. G. do Sul.

	I	II	III
1 — Carmelitas (Ordem de N. Sra. do Carmo)	4 —	65 —	1839
2 — Irmãs do Puríssimo Coração de Maria (Instituto ou Sociedade de Educação e Caridade)	31 —	257 —	1856
3 — Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã	32 —	665 —	1872

4 — Irmãs de S. José	36	455	1898
5 — Irmãs de S. Catarina (Sociedade Caritativa e Literária de S. Catarina)..	16	113	1900
6 — Instituto de N. Sra. do Horto	3	23	1908
7 — Companhia de S. Teresa de Jesús ..	3	38	1911
8 — Escalabrinianas ou Carlistas (Irmãs) Missionárias de S. Carlos Borromeu)	17	143	1915
9 — Irmãs da Divina Providência	6	52	1918
10 — Irmãs Franciscanas de Maria Auxiliadora	14	91	1920
11 — Filhas do Amor Divino	5	33	1921
12 — Congregação de Nossa Senhora (Notre Dame)	23	157	1923
13 — Irmãs Franciscanas da Sagrada Família	5	25	1923
14 — Franciscanas da Imaculada Conceição de Bonlanden	2	22	1928
15 — Irmãs do Bom Pastor	2	19	1929
16 — Filhas do Coração de Jesús	8	67	1930
17 — Filhas de Maria Imaculada (Hijas)	2	15	1923
18 — Palotinas (Irmãs do Apostolado Católico)	3	38	1933
19 — Missionárias (Instituto das Missionárias de Jesús Crucificado)	2	16	1935
20 — Vicentinas (Irmãs de Caridade de S. Vicente de Paulo)	2	11	1935
21 — Pobres Irmãs Escolares de N. Sra...	1	3	1938
22 — Ursulinas (Ordem das Ursulinas) ..	1	7	1938
23 — Irmãs Bernardinas de S. Francisco	2	28	1938
24 — Pia Sociedade Filhas de S. Paulo...	1	4	1936

Total: Casas 221; — Número de religiosas em 1-I-1939: *2.347.*

Religiões Acatólicas e outras Seitas religiosas, existentes no Rio-Grande-do-Sul em 1.º de janeiro de 1939.

1. *Protestantes* (alemães e teuto-brasileiros). Nome oficial: Sínodo Rio-grandense, com 192.894 adeptos. Vieram em 1824 com a primeira imigração alemã no Estado.

2. *Episcopalianos.* Nome oficial: Igdeja Episcopal Brasileira, com 10.500 adeptos, 1 bispo, 26 presbíteros, 4diáconos e 10 catequistas. Fundaram a primeira comunidade em 1890.

3. *Metodistas.* Nome oficial: Igreja Metodista do Brasil. Contavam em 1-I-1939 cêrca de 4.600 associados.

4. *Igreja Missouriana.* Nome oficial: Sínodo Evangélico — Luterano do Brasil (Distrito do R. G. do Sul), seita fundada em 1847, em Chicago, veio ao R. G. do Sul em 1900, S. Pedro, Mun. de Pelotas. Adeptos: 28.800 em 50 paróquias e 150 comunidades. Formação de pastores e professores paroquiais: Seminário Concórdia, Av. Cel. Lucas de Oliveira, 894, Montserrat, Pôrto Alegre.

5. *Batistas.* Igreja Batista, veio ao R. G. do Sul em 1895, contando em 1-I-1939 dois colégios, com 650 alunos, e quatro mil adeptos.

Tiradentes

(Especial para a Revista do Inst. Hist. e Geog. do R. G. do Sul)

por AMYR BORGES FORTES

Sempre nos filiamos à essa corrente que, estudando história, encara fatos e não homens; consequências sociais e históricas e não atitudes individuais e personalistas.

A natureza humana é frágil e sujeita, portanto, a falhas mais ou menos comentáveis. Mesmo nos estudos biográficos, mais se encaram as consequências de uma ação do que a própria ação do indivíduo em estudo.

Faço tais considerações, porque Tiradentes, vulto nacional, símbolo dos primeiros anelos de independência de nossa Pátria, mártir de seu ideal, vítima da traição de um seu companheiro de lutas, tem sofrido, em sua memória, algumas agressões.

Desejei sempre consultar os autos do processo a que foi submetido Joaquim José da Silva Xavier, Alferes do Regimento de Cavalaria paga das Minas Gerais e "que tinha a prenda de pôr e tirar dentes" (Autos de devassa, vol. IV).

No Arquivo Nacional tive, enfim, satisfeito o meu velho desejo, consultando os originais do processo de Tiradentes. Ainda pude consultar os Autos de Devassa, graças à publicação em boa hora feita, em excelente impressão, pelo Ministério da Educação.

* * *

Na realização ou tentativa de realização dos ideais mais alevantados e nobres, há sempre fatos que podem ser comentados com severidade mesmo, que, entretanto, em nada afetam a moralidade e alta finalidade da ação e da idéia. E' possível que, no processo da Conjuração, algumas respostas e declarações de Tiradente se prestem a tal interpretação. Mas uma análise meticulosa, chegará à conclusão de que Tiradentes foi um sonhador e um idealista sincero. Foi um homem digno na significação integral da palavra.

E pela exposição sucinta que vou fazer, dos autos de devassa da Inconfidência Mineira, creio que ficará posta em relêvo essa afirmativa.

* * *

Sendo Tiradentes a figura que nos interessa, começarei pelos autos de perguntas feitas a êle.

Inicialmente, Tiradentes negou a existência de qualquer conspiração ou de sua participação no levante de Vila Rica. (Auto de devassa, Interrogatórios de 22/V, 27/V e 30/V, tudo de 1789).

Será isso, essa negação, um desejo medroso de se furtar à responsabilidade? Creio que não! Um conspirador, desejoso de propagar seu ideal, sabe perfeitamente que só em se achando em liberdade, será útil à difusão dêsse ideal. Tendo sido êle quem concebeu a audaciosa emprêsa, sabia perfeitamente que, em se achando encarcerado, tudo iria águas abaixo, e a oportunidade do levante, o motivo que desencadearia o cometimento, a "derrama", passaria, dificultando extraordinariamente a retomada do projeto.

Negou ainda, como êle próprio confessou, "por querer encobrir a sua culpa e não querer perder ninguém" (auto de devassa, interrog. de 18/1/1790). — Por não querer perder ninguém. Assim, vai-se definindo a integridade de caráter de Tiradentes, que, vítima de traição abominável, mesmo assim procurou defender seus companheiros, como aliás fica sobejamente demonstrado em todos os interrogatórios a que foi submetido.

O motivo alegado por Tiradentes, como causador e animador de seu desejo de levante, é evidentemente, um pretêsto forjado, para não dar conhecimento aos seus juízes, da extensão e verdadeira finalidade de seu plano.

Diz êle que a sua preterição em quatro promoções, havia criado êsse espírito de rebeldia e desejo de tomar uma desfôrra. Que essa era a causa-máter de sua atitude.

Não se pode, de boa fé, aceitar isso, sem uma ponderação mais cuidadosa. Não é possível admitir que uma simples e frequente, naquela época, preterição em promoções, criasse num cérebro equilibrado (e Tiradentes tinha 40 anos), o desejo de propagar uma idéia de mudança de regime e de um levante em massa; não é possível que homens da têmpera dos inconfidentes, entre os quais se encontravam patentes superiores do Exército, desembargadores, elementos de destaque do clero, se prestassem, levianamente, a servir interêsses pessoais e subalternos de um alferes de cavalaria, que fazia uma expansão de ódio mal contido.

Acresce que a preterição nas supraditas promoções, em pouco afetaria a situação pecuniária de Tiradentes, pois se bem que não fôsse abastado em haveres, possuía, além de seu sôldo de alferes, ren-

dimentos de sua profissão de dentista e rendimentos de algumas propriedades.

Pela leitura dos autos, vê-se, claramente, que Tiradentes estava inflamado com os acontecimentos da "América Inglesa", tornada independente da velha Albion, pelo entusiasmo de seus filhos. Nos vários interrogatórios, deixa transparecer, claramente, seu estado de espírito em relação a êsses acontecimentos, citando, com frequência, que, se a América Inglesa estava livre e independente, porque não poderia o Brasil se desvencilhar do jugo português? Homem de leitura, alimentava seu sonho lendo as notícias dos fatos que se haviam desenrolado nos Estados Unidos, procurando dêles tirar idéias sôbre a maneira de realizar seus projetos.

Havia, porém, necessidade de dar um motivo inicial para a rebelião, desde que a traição feita não mais deixava dúvidas de sua existência. Deu-o banal e quase infantil, quase como que zombando da justiça. Havia sido preterido em quatro promoções! Seria, quando muito, considerado um indisciplinado ridículo e com o amor próprio ferido. Não deixaria, porém, transparecer a magnitude de seu plano; a extensão de um ideal republicano, o desejo de independência Pátria, a existência, se bem que em germe, de uma conciência nacional ardente e entusiasta, que provocaria a tomada imediata, por parte da Côrte, de medidas acauteladoras dos interêsses portugueses, e que prejudicaria a continuação do movimento libertador.

* * *

Confessada a existência do plano, procurou, por todos os meios e em todos os interrogatórios, assumir inteira responsabilidade do projeto.

Êle mesmo declara nos autos de devassa, no interrogatório de 18/I/790, na fortaleza da Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro: — "que é verdade, que se premeditava o levante, que êle respondente confessa ter sido, quem ideou tudo, sem que nenhuma outra pessoa o movesse, nem lhe inspirasse cousa alguma, e que tendo projetado o dito levante, o fizera desesperado, por ter sido preterido quatro vezes..."

Portanto, assume inteira responsabilidade de tudo! Nenhuma pessoa o moveu nem lhe inspirou cousa alguma!

Um indivíduo que resolve executar um plano extenso, incluindo uma mudança de regime, pelo inferior motivo de ter sido preterido quatro vezes, assumiria, perante a justiça de uma Côrte rancorosa, sobranceiramente, a inteira responsabilidade de sua atitude? É claro que não! E convenhamos que um tal motivo, a preterição, não poderia criar, de imediato, num cérebro mesquinho, idéia tão elevada e de consequências tão extensas.

Aliás, êle próprio se desdiz, no mesmo interrogatório, quando, mais adiante, declara que (e isso muito tempo após às tais preterições) conversando com José Álvares Maciel, que tinha vindo da Inglaterra, onde andara estudando mineralogia (era filho do Capitão-mor de Vila Rica e cunhado do Tenente Coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, comandante do Regimento de Tiradentes), êste falou-lhe das possibilidades do Brasil. Dissera Maciel que, no estrangeiro, ouvira falar com muita admiração de, no Brasil, não terem seguido o exemplo da "América Inglesa." E, com êste dito, entrara êle, Tiradentes, a lembrar-se da independência que êste país poderia ter, entrando a desejá-la e, ultimamente, a cuidar do modo porque poderia isso efetuar-se.

Portanto, êle próprio, contrariando o primitivo pretêsto, declara que foi o exemplo da "América Inglesa" que lhe fez ansiar por uma Pátria igualmente livre e soberana. Longe de ser um motivo fútil, banal e egoístico, foi um anelo sincero, nobre e elevado, de um coração bem formado de patriota.

Evidentemente, um homem dessa fibra é realmente, um homem de valor. Conspirando contra a côrte, ao ser preso, confessa suas idéias e assume inteira responsabilidade de sua atitude, procurando inocentar seus companheiros de ideal.

* * *

E, nessa questão de alhear seus companheiros, Tiradentes timbrou em firmeza e decisão. Se alguns nomes eram citados, logo procurava desviar de sôbre êles quaisquer suspeitas.

Referindo-se a Cláudio Manoel da Costa, admite ter falado com êle sôbre o projeto de insurreição, mas que êle não anuiu ao convite, antes tendo dito a Tiradentes que se deixasse de idéias que poderiam perder alguém.

Tiradentes faz questão absoluta, depois de se ter resolvido a falar a verdade, de ser sincero e, mais uma vez dá provas de seu caráter íntegro e altivo, ao contrário do que se tem dito. No interrogatório de 18/I/790, o mais longo e precioso, declara que, tendo se resolvido a dizer a verdade, não oculta a mais leve cousa, e que só faltaria à verdade para "se desculpar", o que não faz. Logo, não há porque dizer que Tiradentes se tenha humilhado, procurando se inocentar. Assumiu inteira responsabilidade de seus atos e dêles não se arrepende, pois não se desculpa do que fez ou tentou fazer.

De Tomaz Antônio Gonzaga, declara que não sabia que êle estivesse comprometido com os conspiradores, acrescentando que o dito Gonzaga, aliás Desembargador, era seu inimigo, por uma queixa que êle, Tiradentes, dêle fizera ao General Luiz da Cunha, governador da Capitania, e que, não obstante essa malquerença, declara que "todos

o aclamavam como bom ministro, o que êle mesmo sempre declara e declarou."

Logo, Tiradentes, a-pesar-de ser inimigo de Gonzaga, não deixava de reconhecer, neste, as virtudes de bom ministro e magistrado. Um indivíduo capaz de pensar numa rebeldia dessa natureza por um simples desabafo de ódio pessoal, sem um ideal nobre e elevado, espírito mesquinho e vingativo, não aproveitaria tal ocasião para comprometer um seu inimigo? Não só não o fez, como ainda procurou inocentá-lo, dizendo que nem sabia de sua participação no movimento, quando é sabido do papel importante de Tomaz Antônio Gonzaga na inconfidência.

Outra prova demonstrativa do espírito afoito e temerário de Tiradentes, está na sua declaração constante do auto de perguntas do dia 4 de Fevereiro de 790: "que êle, respondente disse que estava pronto para a ação mais arriscada (a da prisão do Governador da Capitania), que sem o matar, se obrigava a pô-lo para fora da mesma e, se quisessem, depois de lhe tirar o govêrno, não havendo que o temer, podiam conservá-lo em uma das sesmarias dêle, respondente."

Instado para que dissesse da participação de José Aires Gomes, Padre Manuel Rodrigues da Costa, José Joaquim da Rocha e Salvador do Amaral Gurgel, respondeu, sempre, de maneira a retirar dêstes, qualquer parcela de responsabilidade, dizendo, frequentemente, que êles não haviam anuído à sua idéia e, pelo contrário, procuravam dissuadí-lo. Ao próprio Domingos Fernandes, em casa do qual foi preso, na rua dos Latoeiros, procurou torná-lo alheio à conspiração, dizendo que nunca lhe havia falado sôbre o plano dos insurretos. Justificou junto a Domingos Fernandes, sua necessidade de refúgio, alegando que assim procedia por se achar, em parte, culpado de uma morte que se havia nas Minas Gerais.

Sendo sabido que muitos oficiais do Regimento de Tiradentes, estavam implicados na sublevação, negou sempre tal fato, dizendo que nunca falara de seus projetos aos seus camaradas, por dêles não se fiar.

Essa atitude de Tiradentes é cada vez mais comprovada. Sabido é como o miserável Coronel Joaquim Silvério dos Reis, um dos comprometidos no movimento, denunciou detalhadamente tôda a conspiração, conforme se vê de suas declarações no processo, a trôco do perdão de suas dívidas à Fazenda Real. Era do conhecimento dos encarregados da devassa que, em uma das reuniões em casa do Coronel Francisco de Paula, ficara assentado que o Padre de São José, Carlos Corrêa de Toledo, falasse à sua gente da paróquia; o Coronel Alvarenga Peixoto preparasse homens da Campanha do Rio Verde; que o Padre José da Silva de Oliveira Rolim, falasse à gente do Cêrro do Frio e êle, Tiradentes, a quem pudesse. Pois bem; interrogado sôbre as consequências de tal combinação, negou que qualquer

dêsses inconfidentes tivesse levado a cabo sua incumbência, insistindo que não sabia nem lhe constava que nenhum dos sobreditos falasse a pessoa alguma.

Não é esta, por certo, a atitude de um homem mesquinho e medroso, que procura se inocentar, protestando obediência e respeito à Sua Majestade. É, sim, a de um homem digno, cônscio da elevação de seu ideal e compreendendo a necessidade de manter bem alto, pela elegância e dignidade de sua atitude, a finalidade sublime de sua idéia. E o longo tempo em que esteve encarcerado; as mudanças de prisão, da Fortaleza da Ilha das Cobras para as cadeias da Relação; segregado do convívio dos demais presos; isolado de seus companheiros de ideal, daqueles que compartilhavam, com êle, do crime de quererem a Pátria livre e soberana, nada disso foi suficiente para que Tiradentes fraquejasse em sua determinação de arrastar para si o máximo de responsabilidades, na conjuração. Por vaidade? Quem seria vaidoso em tais circunstâncias, certo de que a pena seria pesada e severa? Por altruísmo, sim, por altruísmo e por dignidade de um caráter bem formado e retilíneo.

* * *

Voltemos ainda a Tomaz Antônio Gonzaga, para comprovar quanto de abnegação existe na perseverança de Tiradentes, em inocentá-lo.

A carta de 11 de Abril de 1789, escrita em Borda do Campo por Joaquim Silvério dos Reis, em que denuncia todo o plano dos inconfidentes, insiste em dar a Gonzaga o principal papel.

Diz êle que, indo dormir na casa do Capitão José de Rezende, o Sargento-mor Luiz Vaz de Toledo lhe havia participado que o Desembargador Tomaz Antônio Gonzaga era o primeiro cabeça da conjuração. Que tendo terminado seu mandato de Ouvidor da Comarca, achava-se há muitos meses na Vila, sem se recolher ao seu lugar na Baía, sob o pretêsto de tratar de um casamento. Que tudo isso era um pretêsto, porque já se achava "fabricando Leyes para o novo Regimey da soblevação." Declara ainda que o dito Gonzaga procurara o partido e união do Coronel Inácio José de Alvarenga e o Padre José da Silva de Oliveira e outros mais, todos filhos da América, valendo-se, para conseguir adeptos, do Alferes Pago Joaquim da Silva Xavier.

Não é, pois, possível, que Tiradentes não soubesse da participação de Gonzaga no plano da insurreição. Negou essa participação pelo nobre espírito que sempre o norteou, de assumir inteira responsabilidade da rebelião.

* * *

E' possível que nos embargos à execução da sentença, algumas expressões neles contidas, pareçam contrariar a atitude firme mantida por Tiradentes. Convenhamos, porém, que a respectiva petição foi feita pelo advogado nomeado para os réus, José de Oliveira Fagundes, advogado da Misericórdia, e êste, procurando, por todos os meios, salvar os réus da pena máxima, lançou mãos dos recursos habituais.

Sôbre a prisão de Tiradentes, também se tem comentado o fato dêle se achar escondido num sótão, atrás de uma cama. Mas é claro que procurando Tiradentes fugir à perseguição e vigilância de seus passos, que já tinha pressentido, e procurando refúgio na casa de Domingos Fernandes, procurasse, ao saber da presença de soldados na referida casa, um lugar onde pudesse escapar, ainda, à prisão. E tanto Tiradentes era um espírito temerário e disposto à reação, que foi preso tendo em mãos um bacamarte "pronto para o tiro." Era um bacamarte de "um palmo de cano, e dous terços com bôca de trombeta larga, que se achava com carga de comprimento de dous terços de palmo, qué tinha cento e sete grãos de chumbo grosso, pederneira e escorva pronta, e em termos de dar fogo."

* * *

Enfim, a própria sentença da Raínha, que transcrevemos a seguir, coloca Tiradentes no principal papel da Inconfidência, depois de um processo longo, demorado, que custou 555$288.

"Justiça que a Rainha Nossa Senhora manda fazer a este infame Réu Joaquim José da Silva Xavier pelo horroroso crime de rebelião e alta traição de que se constituiu chefe, e cabeça na Capitania de Minas Gerais, com a mais escandalosa temeridade contra a Real Soberania e Suprema autoridade da mesma Senhora que Deus guarde.

Manda que com baraço e pregão seja levado pelas ruas publicas desta Cidade ao lugar da forca, e nela morra morte natural para sempre e que separada a cabeça do corpo seja levada a Vila Rica, donde será conservada em poste alto junto ao lugar de sua habitação, té que o tempo a consuma; que o seu corpo seja dividido em quartos, e pregados em iguais postes pela estrada de Minas nos lugares mais publicos, principalmente no da Varginha, e Sebolas; que a casa da sua habitação seja arrazada, e salgada, e no meio de suas ruinas levantado um Padrão em que se conserve para a posteridade a memoria de tão abominavel Réu, e delicto, e que ficando infame para seus filhos, e netos lhe sejam confiscados seus bens para a Corôa e Camara Real. Rio de Janeiro 21 de Abril de 1792. Eu o Desembargador Francisco Luiz Alvares da Rocha, Escrivão da Comissão que o escrevi. (a) Sebastião Xavier de Vasconcelos Coutinho."

Como se vê, a sentença final de Tiradentes, a decisiva, foi lavrada no próprio dia de sua execução, 21 de Abril.

Não encontrei, nos autos, nada detalhado sôbre a execução. Apenas, lacônica, a Certidão de sua execução:

"Francisco Luiz Alvares da Rocha Desembargador dos Aggravos da Relação desta Cidade, e Escrivão da Comissão expedida contra os Réus da Conjuração, formada em Minas Gerais Certifico que o Réu Joaquim José da Silva Xavier foi levado ao lugar da forca levantada no Campo de São Domingos, e nela padeceu morte natural, e lhe foi cortada a cabeça, e o corpo dividido em quatro quartos; e de como assim passou na verdade lavrei a presente certidão, e dou minha fé. Rio de Janeiro vinte e um de Abril de mil setecentos e noventa e dois. (a) Francisco Luiz Alvares da Rocha."

* * *

E quanto a Joaquim Silvério dos Reis? Sôbre êste vil delator, sim, pouco se tem dito sôbre a sua infame traição. Mas os autos aí estão, publicados, permitindo uma avaliação detalhada do preço de sua infâmia.

Silvério dos Reis fez a primeira denúncia da conjuração no dia 15 de Março de 1789. Após a terminação do processo, pôsto em absoluta liberdade, dirigiu-se para a Côrte, donde aliás era natural (nascera em Leiria e tinha 33 anos). Recebeu aí o prêmio de uma pensão anual de 400$, cuja pensão pediu, mais tarde que, por sua morte, fôsse paga à sua mulher Bernardina Quitéria dos Reis. Pediu a restituição de seus bens e suspensão de tôdas as "causas cíveis e crimes contra êle intentadas." E tão encarecida foi sua atitude, que se achou no direito de pedir a venera da Ordem de Nossa Senhora da Vila Viçosa, que lhe foi negada. A sua delação, a-pesar-de aproveitada, não lhe obteve, por certo, a simpatia do próprio Vice-Rei D. Luiz de Vasconcelos, que em carta de 16 de Julho de 1789 para a Côrte, refere-se a êlle como "tendo um caráter disposto para qualquer maldade."

Em 10 de junho de 1792, chegava ao Conde de Rezende um ofício do Visconde de Barbacena, comunicando-lhe que na véspera, dia 9 de Junho, portanto, havia sido concluído o padrão de infâmia "erguido no chão das Casas onde morou ultimamente o Réu Joaquim José da Silva Xavier", para completa execução da sentença que contra êle havia sido proferida.

* * *

Mal sabia a Justiça da Côrte, que com aquele padrão de infâmia, erguia um monumento de honra e consagração daquele que, numa aspiração suprema de liberdade para sua Pátria, perdera a vida ma-

terial no patíbulo, para continuar, porém, a viver ante a admiração e veneração dos brasileiros. Aquele corpo esquartejado, sangrento, seria o de um mártir, que a posteridade consagraria como o de um herói.

E ainda que Tiradentes não tivesse sido o idealista sincero que foi, continuaria a encarnar o símbolo de soberania e liberdade de sua Pátria, porque foi o único a receber a morte; porque foi dos poucos, talvez o único que soube manter bem alto o nobre ideal que defendia; um dos poucos que procurou, não só não se inocentar, como a procurar para si a maior parte das responsabilidades da conspiração.

Tiradentes é um símbolo, imortal ante a veneração e gratidão dos brasileiros.

Gomes Freire de Andrada

Discurso no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, pelo GENERAL JOÃO BORGES FORTES. (*)

Meus Senhores

A terra carioca guarda no silêncio absoluto de uma tumba, coberta por lápide sem qualquer inscrição e desapercebida à gente no pavimento da igreja de Santa Tereza, as cinzas de Gomes Freire de Andrada, General que foi do Exército Português, Conde de Bobadela e figura de relevo máximo na História colonial do Brasil, onde ele desempenhou por prolongado período os cargos proeminentes das Capitanias meridionaes de nossa Pátria.

O grande Prefeito Pereira Passos cultuou a memória de Gomes Freire dando esse nome a uma das novas avenidas que rasgou na velha capital e reuniu em uma mesma homenagem as figuras de Mem de Sá e de Salvador de Sá fazendo convergirem na Praça dos Governadores, as tres avenidas que lembram nomes de figuras que parecem apagadas na memória dos homens de hoje, empolgados como se sentem, na vertigem da vida intensa que ora vivemos.

Não é de estranhar que isso aconteça.

Os contemporâneos de cada grande homem que atravessa a vida das nações fazem normalmente o seu julgamento eivando-o de preconceitos, de paixões e de circunstâncias que lhes toldam a visão e obscurecem o espírito. O julgamento definitivo dessas individualidades cabe à História e esta só se faz mais tarde. Tribunal de última instância suas sentenças são proferidas sob a luz da verdade, da justiça e da serenidade.

Em nossa Pátria temos confirmação solene da inanidade dos julgamentos precipitados dos contemporâneos.

(*) — Foi este, ao que parece, o ultimo trabalho do saudoso historiador. (N. da R.)

Bastaria recordar-vos o nome hoje endeusado do imortal Duque de Caxias.

Por quantos anos ficou à sombra do olvido o nome desse nosso invencivel soldado e inexcedivel patriota?

Obrigado a defender-se quando regressava do Paraguai, depois de ganhar a guerra contra Lopes, lançado ao ostracismo pela política de seu tempo, apagada a lembrança de toda a sua grande vida em prol do Brasil, por largo lapso de tempo, somente mais tarde resurgiu para a glória o seu extraordinário nome.

Ocorreu essa resurreição logo depois que adquirimos a consciência de nossa missão nacionalista, quando Floriano Peixoto despertou o espírito cívico declarando aos atrevidos estrangeiros que projetaram desembarcar tropas no Rio de Janeiro, que os receberia — à bala.

Despertava, com esse gesto de altivez e independência a convicção dos brasileiros de que estamos fadados a glorioso destino e devemos preparar-nos para essa missão.

E uma pequena grande obra surgiu, um sintético livrinho de Raimundo Seidl, coração de santo e alma diamantina, levantando aos olhos do exército e de todo o Brasil a proeminente personalidade do Duque de Caxias, o consolidador de nossa Pátria.

Daí por diante Caxias transformou-se no ídolo que hoje é consubstanciando o seu nome imortal as glórias do passado e o exemplo de hoje e amanhã.

O livro de Seidl foi o toque de clarim que despertou entusiasmo: marco intermediário entre o imperecivel monumento que é o livro de monsenhor Pinto de Campos, *Vida do Grande Cidadão Luiz Alves de Lima e Silva* — e a fecunda obra de Vilhena de Moraes.

Se é monumental a História de Caxias escrita pelo Monsenhor, trabalho de estilo clássico e formosíssima linguagem, não menos louvavel é a ação de Vilhena de Moraes que se devotou a um verdadeiro apostolado, exaltar a imortal figura de Caxias analisando-a e estudando-a sob todos os seus aspetos, como soldado e como cidadão, nos campos de batalha e nos dias calmos da paz, no recesso feliz de seu lar.

Em minha terra natal, naquele querido Estado do Rio Grande do Sul, apagou-se por longos duzentos anos o nome de José da Silva Paes, o verdadeiro fundador da soberania portuguesa naquelas plagas.

Hoje está reverenciada a sua memória e o bronze perpetua na praça pública da cidade que ele inaugurou, a gratidão dos riograndenses e glória eterna do heróico Brigadeiro português.

Gomes Freire sucumbiu ao peso de duas grandes dores morais. Todo um pertinaz esforço incessante, desde 1680 e 1762 para manter nas ameias da Colônia do Sacramento a bandeira luzitana foi anulado ante o poderio das armas castelhanas dirigidas por um comandante de rija envergadura: — D. Pedro Ceballos.

O forte soldado que era Gomes Freire sentiu pesar-lhe no coração de patriota, não na conciência de militar, a dor da derrota. E sobre a terrivel decisão do Destino, outra mais cruciante, a injustiça de seus jurisdicionados feridos em interesses mesquinhos, que lhe atribuiram as causas de desgraça da Colonia.

Gomes Freire de Andrada, militar por vocação genial, chefe cheio de orgulho e de autoridade, governador ativo e cuidadoso do bem estar de seus concidadãos, delegado do Rei que lhe outorgava irrestrita confiança, emissário da metrópole cujos desígnios cumpria com devotamento e consciência, Gomes Freire quebrantou a própria fortaleza e morreu fulminado pela fatalidade e pela injustiça.

Passaram-se mais de dous séculos depois que o nome glorioso de Gomes Freire penetrou na História do Brasil. E' singular que essa inconfundivel individualidade não tivesse até agora atraido a atenção de nossos muitos e ilustres escritores de história traçando um livro sobre ela.

Entretanto o nome de Gomes Freire está gravado nos fastos do Rio de Janeiro, de Minas Geraes e de Goiaz, de São Paulo e de Santa Catarina, do Rio Grande, da Colonia do Sacramento.

Ha no insigne general um conjunto de personalidades, qual a mais interessante.

O soldado que venceu campanhas; o administrador que distribuia o bem que podia entre os seus governados; o diplomata que defendia o interesse de sua pátria nas contendas com seus pares; o varão cheio de virtudes e de fé religiosa que cultivava e incitava com seu exemplo; o intelectual que creou a primeira tipografia no Brasil e bafejou a Academia dos Seletos; o patriota inexcedivel que em toda a sua longa existência teve uma preocupação invariavel — ser fiel a seu Rei e a seu País.

Gomes Freire foi isso tudo e não foi olvidado.

Não o poderá ser jamais; merece por muito maior projeção do que aquela que lhe possam pôr em relevo as expressões singelas destas laudas que com tanta bondade estais ouvindo.

Tenho acompanhado através de documentos e livros a atuação de Gomes Freire. Com a paciência e perseverança que exige um trabalho de analise de uma grande vida, tenho coligido boa cópia de elementos que me permitem seguir pari-passu a trajetória do notavel general na dificil governação que desempenhou em nossa pátria.

Diogo de Vasconcelos, o severo historiador das Minas Geraes faz frequentes alusões ao valor de Gomes Freire e estuda com alto critério as várias épocas em que a influência desse chefe se fez sentir, sempre beneficamente, sobre os povos da vasta capitania mediterrânea.

Southey, atribue-lhe a paternidade do Tratado de 1750 e considera-o um distinto fidalgo.

Varnhagen diz de Gomes Freire:

"Bobadela foi governador justo, sumamente político, zeloso servidor de S. Magde. e que nunca deitou a perder nenhum de seus súbditos e tudo conseguia com modo e muito acabada prudência.

Era garboso, franco e de extraordinária vivacidade.

Nas falas parecia veemente porem era apenas ativo.

Sua piedade, juizo, circunspecção e honradez se acham estampadas nas instruções que em 1752 deu a seu irmão ao entregar-lhe o governo de Minas. A sua Morte é o desfecho de um grande drama do qual ele fora protagonista".

E mais adiante acrescenta:

"Praza a Deus que venha um dia em que não só se levante uma estátua ao mesmo Bobadela como seja pela gratidão nacional posto esse grande nome no de alguma de suas povoações ou praças delas."

Rodrigo Otávio em seu "Felisberto Caldeira" refere-se frequentemente a Gomes Freire que lhe merece os qualificativos de glorioso e bom governador.

No Rio Grande do Sul a sua lembrança não se pode apagar pois nesse recanto do Brasil Gomes Freire permaneceu por largos anos e lá está felizmente ainda de pé no limiar da terra continentina, a igreja Matriz da cidade do Rio Grande e em cuja fachada está esculpida a seguinte inscrição:

"Reinando El-Rei D. José I N.S. e sendo Capitão General das Capitanias do Rio de Janeiro e Minas Geraes o Ilmo. e Exmo Gomes Freire de Andrada do seu Conselho Mestre de Campo General dos seus Exercitos mandou fazer esta Igreja no tempo que conferiu e executou de sua parte como principal comissário do mesmo Rei e Senhor a divisão das duas monarquias. Rio Grande de São Pedro, 25 de Agosto de 1755."

Por ultimo: eu mesmo escrevi para a comemoração dos Centenários de Portugal:

"De muito desejava eu prestar essa minha homenagem ao eminente filho de Portugal que é aos meus olhos de convicto admirador tambem um grande brasileiro.

Não me cause surpreza tal asserção.

Brasileiro foi Gomes Freire pois de seus longos 75 anos de existência, 30 passou-os ininterruptamente no governo do Sul do Brasil.

Dedicou-se á nossa terra com todas as faculdades de sua extraordinária capacidade de administrador, de militar e de chefe.

Brasileiro será Gomes Freire emquanto estiverem de pé os arcos monumentaes da Carioca, as muralhas vetustas da Ilha das Cobras, as brancas paredes da Igreja e Convento de Santa Tereza.

Brasileiro foi Gomes Freire quando, durante sete anos a fio, perlustrou as campanhas do Rio Grande para dilatar as terras de sua Pátria trazendo as Missões para a soberania portuguesa.

Brasileiro quando tinha sobre os ômbros a jurisdição de todas as capitanias contíguas, do Rio de Janeiro, de S. Paulo, de Minas, de Goiaz e do Mato Grosso.

Brasileiro porque aqui exalou o último alento de uma merecida vida e porque no chão do Brasil guardamos as suas preciosas cinzas.

E tambem português! Pela glória que alcançou na terra nativa como soldado, pelo título nobiliárquico com que o premiou seu Rei em recompensa de uma vida consagrada á Pátria, em serviços sem conta e de alto valor; pela riqueza da herança que deixou em documentos inestimaveis do tempo de seu governo; pela glória insigne de lhe servir de berço natal."

Aqueles leitores que têm acompanhado os meus trabalhos de literatura histórica sabem que venho me dedicando ao estudo dos acontecimentos do Rio Grande, principalmente no primeiro século de sua incorporação á civilização luzitania.

Pode-se, rigorosamente, afirmar que foi no ano de 1733 que o territorio riograndense iniciou a sua vida luso-brasileira.

Esse ano é tambem aquele em que Gomes Freire se inicia no governo do Rio de Janeiro como capitão General.

Decorrem trinta anos entre essa era e o dia tenebroso do desaparecimento do notavel varão: a vida do Rio Grande sofreu abalos profundos e decisivos aos quaes o nome de Gomes Freire vem invariavelmente ligado.

Daí a atração que me impulsionou para acompanhar o seu governo a repercussão que este ia projetando sobre a história de meu Estado natal e a grande e profunda admiração que brotou em meu espírito por esse imortal general e brilhante homem de estado.

O sentimento latente de admiração por Gomes Freire tenho-o eu encontrado em todos os intelectuais com que me tenho entretido a conversar sobre a sua relevante atuação no Brasil e manifestado o propósito de condensar em livro a vida do insigne general.

E' o proseguimento da tarefa que me impuz o objeto da palestra que agora tendes a paciência de ouvir.

Certamente o presente assunto não estará fora das linhas de nosso Instituto de Historia Militar pois duas importantes campanhas foram chefiadas por Gomes Freire — a defesa da Colonia do Sacramento em 1735-36 e a guerra dos Guaranís.

Se Gomes Freire foi efetivamente um grande chefe de estado, se revelou alta capacidade no desempenho das funções de Delegado do Rei nos debates diplomáticos com seu conferente na Demarcação de Limites no Rio Grande de São Pedro, o traço predominante de sua

relevante personalidade foi o temperamento fundamentalmente militar que o caracterisava. Vibrava em toda a sua longa atuação como governador de vastos domínios no Brasil, a alma do soldado inato, a centelha de seu genio de general, seu espírito de guerreiro.

* * *

Foi nos campos do Alemtejo, nas pugnas frequentes em que se degladiavam portugueses e espanhois que o nome de Gomes Freire começou a se circundar da aureola que o levaria á glória imperecivel.

Alcançou naquelas plagas um posto hierárquico ainda modesto, o de comandante de um regimento de cavalaria, porem, salientara-se bastante para que, quando o monarca absoluto de Portugal precisasse de um delegado fiel e seguro para vir governar a capitania do Rio de Janeiro, restaurá-la da desordem produzida pela enfermidade fatal de Vahia Monteiro, fosse Gomes Freire de Andrada o escolhido pelo Rei.

E assim, a 26 de julho de 1733, estava Gomes Freire já galardoado com os bordados do generalato, de posse do governo da capitania.

Graves incumbências trazia o novo capitão-general; preparar a defeza do Rio de Janeiro, ainda fundamente ressentido das consequências do assalto dos franceses e estar atento e vigilante sobre a atitude dos castelhanos no Rio da Prata, incumbências de carater militar e de ordem externa.

No referente à politica interna, empenhar toda a autoridade no sentido de pôr termo aos desvios das rendas do Erário Público originado do contrabando do ouro e diamantes e da circulação de moeda não legitimada.

Era portanto uma múltipla tarefa de máxima delicadeza, o que significava a irrestrita confiança do Rei no alto valor de seu mandatário.

Desempenhou-se Gomes Freire, em curto prazo, desta última missão. Apoderou-se, habilmente, de todos os fios da trama de deshonestidades e ladroeiras que usavam os criminosos e, a despeito de quaisquer outras considerações, prendeu delinquentes, apontou cúmplices e desmascarou completamente as pessoas que se envolviam nas grossas tratantadas do contrabando do ouro.

Era uma complexa rede que se estendia pelo Brasil e se ramificava nas colônias inglesas da América, na África e na Inglaterra, atingindo a própria metrópole portuguesa.

Não se escoaram muitos meses e a tormenta se desencadeou no Prata. Em Outubro de 1735, sem que a paz estivesse perturbada na península Ibérica o governador de Buenos Aires atacava a Colônia

do Sacramento submetendo-a a sítio regular e que iria prolongar-se por largo prazo.

Gomes Freire estava nessa ocasião em Minas Geraes onde desempenhava simultaneamente com o governo do Rio de Janeiro o posto de capitão general daquela capitania. Ficára no Rio, substituto designado pelo governo real, o benemérito brigadeiro José da Silva Paes.

Os dous grandes chefes agem como uma única pessoa: desdobram as providências, improvisam toda a sorte de auxílios à guarnição ameaçada e detêm pela energia de sua atitude, pelo acêrto de sua orientação, a onda invasora dos castelhanos. Os defensores da Colônia, sentiam-se animados material e moralmente pelo governo do Brasil e isso multiplicava-lhes a indómita bravura com que lutavam sob o comando do forte Antônio Pedro de Vasconcelos.

* * *

Eram porem muito diminutos os recursos de que o Rio de Janeiro podia dispor: naves, armas, munições, viveres, e soldados escasseavam.

E então já se podem perceber os prodromos de uma nacionalidade pois estremeceram ao insólito assalto do irreconciliavel adversario, Pernambuco e Baía, Minas e São Paulo, S. Catarina e o incipiente Viamão, que todos num movimento consciente uniram o máximo de seus esforços para, em ação ininterrupta, salvarem a honra portuguesa, a soberania de suas armas nas trincheiras da Colônia e nas águas do Prata.

A metrópole acorreu. Veio de Portugal, com uma poderosa frota, a decisão de lutar até o extremo na defesa da tradicional fortaleza e, mais do que conservá-la, reafirmar o seu dominio, alargando a conquista na posse de Montevideu e de Maldonado, e fincando raizes definitivas no Continente do Rio Grande de São Pedro.

São por demais conhecidos todos os acontecimentos dessa memoravel época, principalmente depois que veio a público o notavel livro de meu saudoso amigo e nosso inolvidavel consócio Coronel Rego Monteiro, exclusivamente tratando da história da Colônia do Sacramento.

E' nesse período de apreensões, de energias e de decisões que o espírito militar de Gomes Freire se demonstra em toda a pujança de seu genio.

Do Rio de Janeiro que não pode mais dispensar a sua presença, despacha incessantemente os auxílios materiaes indispensaveis para a resistência armada. Mais do que isso: comanda à distância as operações de guerra. Acompanha de longe os movimentos de nossas

armas: orienta os chefes, indica-lhes operações proveitosas e decisivas, determina ações e reações...

E' o general em chefe: à sua visão de águia nada escapa. Ele tudo vê, tudo prevê e a tudo provê. Está no seu elemento predileto, o exercício do comando da guerra.

Desgraçadamente tem de ser um comando de longe e naquela época as comunicações eram de uma lentidão mortal, as condições metereológicas de clima e estação preponderantes, as forças da natureza imperavam muito mais decisivamente do que hoje quando a electricidade e a maquina são instrumentos que o homem maneja à sua vontade, num domínio quasi absoluto sobre as leis naturais.

Desgraçadamente é um comando de longe e no teatro da luta, nos campos de combate a autoridade triplica-se. O comando da frota, o comando do exército e o comando da praça, são tres autoridades que não se conjugam no momento e lugar propícios; homens partilham de suas fragilidades e disputam-se a conquista do melhor quinhão de glória numa luta que não era ainda uma vitória.

Gomes Freire presencia, cheio de revolta e de indignação, a divergência que ele procurava, por todos os meios, dissipar: mas o erro viera de Lisboa, as instruções reaes traziam no bojo o germem das dissidências e do fracasso.

O epílogo da campanha foi a paz ajustada na Europa entre Portugal e Espanha, a conservação da Colônia do Sacramento, a radicação no Rio Grande, a conquista do extenso território até o rio São Miguel e a derrogação definitiva da doutrina de Tordesilhas, substituida, agora, plo princípio do *utipossedetis,* no domínio do direito internacional.

Gomes Freire defronta serenamente o julgamento, pelo Rei, das atitudes dos delegados deste nos acontecimentos. Ele pessoalmente seria tambem julgado. Não proferira voto acerca do que presenceara; em consciência, porem, formara juizo, condenava a fraqueza dos mandatários que haviam ido ao Prata.

A Antônio Pedro não perdoava alguns erros de chefe, e principalmente, o fato de haver aquele general ocultado a Gomes Freire certos episódios e circunstâncias da guerra, apelando preferentemente para Lisboa antes de se dirigir ao Rio.

A Silva Paes censurava acremente por haver demorado em Santa Catarina quando seguira para o Prata com o terceiro socorro e por não haver assaltado as trincheiras de Montevideu.

Era menos severo seu conceito sobre Abreu Prego. Porque?

E no emtanto quando s pronunciou a sentença real sobre as responsabilidades desses chefes, muito justamente, foi sobre Abreu Prego, o comandante do mar, que recaiu a condenação do monarca.

Vem dessa campanha do Sul a divergência histórica entre os dous generaes — Gomes Freire e Silva Paes, — guardando ambos no fundo de seus corações a amargura de suas malquerenças.

A prosápia, o orgulho do capitão-General não suportam freio e não cedem a ponderações: sua atitude para com o Brigadeiro atinge proporções de excessivo rigor. E a má vontade para com este se propaga mesmo à brilhante conquista que Silva Paes realisara no extremo sul.

Gomes Freire olha o Rio Grande com evidente ogerisa, não admite que a sua posse venha contrabalançar o fracasso de Montevideu e chega a aceitar a renúncia de tudo quanto alcançara o Brigadeiro, entregando S. Miguel aos castelhanos.

Prevaleceu, porem, o conceito militar e Gomes Freire compreendeu que embora a terra nada oferecesse de futuro, que custaria montões de cruzados aos magros cofres da Fazenda Real, a posição do Presídio serviria, como se diz agora, de trampolim para um assalto em qualquer tempo sobre o cobiçado Montevideu. E o Rio Grande foi preservado da catástrofe de ficar província paraguaia!

Uma causa única — pode explicar tão funda divergência: os dois ilustres chefes eram igualmente altivos: Gomes Freire mais autoritário, Paes mais subordinado, ambos alimentando comparável dose de amor próprio...

Traço bem característico de Gomes Freire foi o seu autoritarismo, aliás sem prepotência, pois não empregava essa fôrça moral fora dos limites do bem e da normalidade.

Era, antes de tudo, determinada uma tal qualidade pelo hábito de comando, pela continuidade no govêrno e principalmente pela conciência da própria extraordinária personalidade.

No começo de seu govêrno em Minas, segundo Diogo de Vasconcelos, é êle tolerante, acessível e generoso.

À medida que se escoa o tempo e que se alargam os poderes de govêrno, aumenta a autoridade moral de Gomes Freire e é com crescente energia que desempenha o seu papel de chefe nas diligências de guerra na Colônia do Sacramento.

Mais uma demonstração do característico amor próprio do ilustre general é a sua contenda com o altivo fidalgo D. Luiz Mascarenhas, que o veio substituir como capitão general de S. Paulo, no ano de 1738.

A Câmara paulista promoveu grandes festas quando D. Luiz chegou à sua capital, acintosamente manifestando a Gomes Freire o seu desagrado pelo fato de não haver êste, quando no exercício cumulativo do govêrno da capitania, demorado algum tempo em S. Paulo.

Gomes Freire não tinha qualquer apreço pela cidade piratininga-na e já tivera oportunidade de considerar a sua designação para aquele govêrno como quasi um castigo...

Mais tarde surgem conflitos, desentendimentos graves nas fronteiras das duas capitanias — Minas e São Paulo.

Num país tão vasto, em capitanias quasi despovoadas, já se discutia, bradava e lutava por questão de limites jurisdicionais dentro de estreitas regiões.

Quão apaixonadamente os homens se apegam ao solo!

Necessariamente os capitães generais conheciam os fatos, saberiam como resolvê-los. Não o faziam e reciprocamente se hostilizavam. Ciume de autoridade? Excesso de orgulho?

A luta foi silenciosa e prolongada e terminou com o afastamento de D. Luiz Mascarenhas para Portugal e com o *capitis-diminutio* da terra paulistana que, de capitania independente, se viu reduzida a simples comarca da do Rio de Janeiro onde Gomes Freire era o chefe todo poderoso.

Sem sombra de dúvida se pode afirmar que tão radical providência fôra sugerida por Gomes Freire que assim afastava o seu altivo e aristocrático contendor e ao mesmo tempo desforrava-se do inesquecido acinte dos paulistas.

Nova prova do espírito autoritário do eminente capitão general vamos encontrar na correspondência do Marquês de Val de Lírios com a côrte de Espanha. Em carta para Dr. José Carvajal o plenipotenciário espanhol diz ser Gomes Freire homem de vivacidade estraordinária em sua idade e que não sabe falar sem veemência, dado o seu espírito marcial.

* * *

Para pôr em execução o Tratado de 1750 que fixou os limites entre Portugal e Espanha nas terras da América, Gomes Freire recebeu plenos poderes do monarca português.

Viajando para o Sul no desempenho de sua espinhosa missão levava Gomes Freire seu potente espírito de soldado de lei, seu bastão do comando, suas veleidades de cortezão, seu código de etiquetas, e, no fundo de sua alma de velho português, seu ardente patriotismo e tôdas as prevenções e desconfianças sempre vivas contra iguais sentimentos dos castelhanos.

Ia Gomes Freire acompanhado de um poderoso contingente militar. Tinha sob seu comando chefes experimentados e valorosos, tropas instruídas e de perfeita disciplina.

As instruções que recebera confiavam-lhe autoridade quasi magestática.

Seu contendor o Marquês de Val de Lírios era certamente portador da mesma bagagem que acompanhava Gomes Freire. O Plenipotenciário português inicialmente levava-lhe algumas vantagens; a primeira era a referente às tropas que Gomes Freire conduzia. Eram tropas de primeira plana em tôda a extensão do têrmo.

A segunda e ainda mais importante: o chefe português estava inteiramente ambientado, conhecia bem a América, sua gente, os hábitos e as tendências peculiares. Val de Lírios vinha da côrte de Madrí, para atuar em meio desconhecido, cercado de auxiliares cujo sentir lhe era completamente estranho.

Gomes Freire não admitia por forma alguma que preponderasse na fixação dos limites territoriais a vontade dos castelhanos, mais propenso a ceder e ao contrário tudo fez para que os portugueses fossem os mais fortes quando estivesse em jogo o prestígio das duas comissões.

O Marquês encontrou um clima antagônico com os seus propósitos. Os castelhanos da América não compreendiam porque a Espanha trocava um imenso território como era o império das Missões pelo que êles diziam ser, e o era de fato, materialmente, uma minúscula fortaleza defendida por arruinadas trincheiras.

E mais grave do que essa resistência, a revolta que crescera entre os habitantes dos velhos arraiais jesuíticos obrigados a deixar os seus lares para se irem instalar em outras regiões de soberania espanhola.

À frente dessa revolta, branca a princípio, mas que não demoraria a se transformar na mais rubra das tragédias, estavam os padres que desde longa data vinham tangendo os indígenas como um imenso rebanho.

Gomes Freire procede como um general em pleno teatro da guerra. Não alardeia, não interfere junto aos jesuitas, porque castelhanos, mas prepara-se para defrontar em quaesquer circunstâncias as resistências que se ofereçam.

Inicialmente sua preocupação é atingir o coração das terras que viriam caber a Portugal. São Miguel, a capital missionária é o primeiro objetivo e de indagação em indagação, de estudo em estudo, Gomes Freire vai arquitetando seu plano de operações diplomáticas e guerreiras.

As cousas correram bem até certo ponto. Condescenderam os demarcadores na fixação dos primeiros marcos fronteiros.

Tornou-se preciso marchar para as Missões onde avolumava o espírito de rebelião dos habitantes das reduções. Gomes Freire reserva para seu exército a marcha ao longo do rio Jacuí enquanto o General Andoanegui, comandando as tropas de castelhanos seguiria

pela margem do Uruguai, marcado o encontro das duas colunas no território missioneiro.

A marcha do chefe espanhol foi desastrosa. Derrotado, exhausto, teve de recuar para seu ponto de partida.

Gomes Freire foi mais afortunado, porque mais precavido, mais inteligente e mais sincero. Inaugurou a navegação da Lagoa os Patos, criou o pôrto do Viamão, sulcou com seus barcos de transportes de tropas e de casais açorianos as águas do Jacuí, organizou os armazens de Santo Amaro e estabeleceu a trincheira do Rio Pardo, ponto de apoio interessando a investida de suas tropas pelo desconhecido território interior, rumo às Missões.

Após rápida marcha acampa Gomes Freire na margem esquerda do rio Jacuí, no passo que conserva até hoje o nome do rio, a montante da cidade de Cachoeira. Na margem oposta ao acampamento português, imensa multidão de índios das reduções ameaça a resistência ao avanço da coluna luzitana.

Não era porém uma hoste guerreira, mais ou menos organizada a que se atirava ao sacrifício naquela pretendida resistência. Era um bando sem disciplina, sem armamento capaz, mal comandado, sem mesmo saber o que pretendia fazer, na inconciência de um rebanho de vítimas.

Gomes Freire com a prudência e a sabedoria de um grande chefe não quiz sacrificar aquela infeliz multidão. Ouviu-lhes os protestos, as ameaças, porém, conservou-se obstinado em não derramar o sangue daquelas pobres vítimas da ignorância e do atrazo de uma educação errada.

Foi nesse transe que o grande General mais uma vez demonstrou a rara fibra de sua resistência física e moral suportando com a admirável resignação de verdadeiro soldado a luta contra os elementos da natureza desencadeados contra o exército português, sob a forma de torrencial chuva que com formidável inundação parecia querer afogar soldados e chefes surpreendidos em suas barracas e que nem um pensou em abandonar. Gomes Freire dava o exemplo da firmeza, da perseverança e da resignação partilhando com seus comandados dos perigos da presença do inimigo e dos contratempos da estação.

A inundação baixou: os índios cederam. Somente faltava ao eminente General conhecer notícia do que ia pela tropa castelhana para prosseguir a marcha combinada.

Veio o portador da informação esperada. Trouxe a notícia do desastre de Andoanegui: Gomes Freire via desmoronar o plano tão bem arquitetado. Êle não poderia prosseguir sem graves consequências.

Tornava-se necessário recomeçar a campanha, dar novas diretrizes às operações, concertar outros objetivos com os castelhanos.

Antes porém, havia mais alguma cousa a realisar, precedendo à retirada da tropa portuguesa de sua posição no Jacuí, era alguma cousa que não podia escapar à larga inteligência do notável general.

Tratou Gomes Freire de ajustar com os chefes da multidão de índios que o defrontava um conchavo que conciliasse as conveniências futuras de Portugal com o interêsse imediato do povo das Missões.

A primeira impressão que fica aos que leem a maioria dos cronistas que narram episódios da história do Rio Grande é que o eminente e honrado chefe português não usou absoluta lealdade para com seus antagonistas. Parece-me que tem havido um certo espírito tendencioso em semelhantes narrativas.

Esse aspecto é absolutamente ilusório. Gomes Freire acertou muito legitimamente com os opositores que todo o território ao oriente do Jacuí passaria a ser domínio dos portugueses e que — antes de receber ordem em contrário de seu rei — não transporiam as suas tropas a linha convencionada. Ficava portanto aberta a porta para o desempenho integral de sua tarefa, em qualquer tempo, isto é, a ocupação das Missões, desde que tal decisão fôsse emanada do monarca português portanto desde que permanecesse de pé o Tratado de 1750.

E' um eloquente atestado da grandeza de ânimo de Gomes Freire a sua conduta no Jacuí. Podia esmagar logo aquele infeliz bando de fanáticos. Sua humanidade o preservou de tão sangrenta façanha.

Olhos fitos na Pátria, confabula, convence, alcança êxito transcendente nas suas conferências com os chefes da malta rebelde.

Relevara na sua grande generosidade o mal que a traição desses rebeldes produzira quando se atirara contra a trincheira do Rio Pardo, meses antes, e, agora, deixava-os voltar tranquilamente a seus lares, talvez na expectativa de experimentarem mais tarde a fôrça de suas ingênuas armas contra a forte falange de soldados do Brasil...

* * *

Gomes Freire entregava-se por algum tempo ao seu papel de governador do Continente riograndense, e põe em prática, no Rio Pardo, em Viamão e no Rio Grande, tôdas as medidas de administração exigidas pelos habitantes do território, perturbada como estava a vida coletiva pela anárquica gestão de Diogo Osório e pela superveniência das ameaças de revolta.

A essas causas que entravaram a prosperidade do Rio Grande deve, ainda, juntar-se a dualidade de jurisdição, repartido como esta-

va o território rio-grandense pelos governos do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Oportunamente seria combinada com o plenipotenciário de Madrí a sequência das operações militares. Os jesuitas persistiam na recusa de abandonar o território missioneiro. A fôrça das armas tinha de impor os direitos soberanos.

Andonaegui, a princípio vacilante no cumprimento de seus deveres de militar, mais propenso a ser instrumento dos padres, que exerciam forte domínio sôbre a esposa do General espanhol, do que soldado leal, entra no bom caminho e vem juntar-se, com seus comandados, a Gomes Freire, para encetar uma nova marcha de invasão.

A superior capacidade do veterano chefe luso impõe-se, e a êle cabe daí por diante a direção da campanha. Em Caiboaté decide-se, em trágica batalha, o triste destino das falanges indígenas que tentavam opôr-se ao avanço das tropas aliadas.

Mais adiante é na trincheira de São Martinho que um novo revés abre os campos de Missões para o exército de ocupação. A esta vitória precedera uma estupenda marcha através da serra e da floresta virgem, admirável feito realisado em forma modelar sob a inspiração do provecto Gomes Freire.

Dentro de poucos dias, sob o fumo dos incêndios que mãos criminosas de fugitivos atearam, São Miguel, a capital das reduções jesuíticas, era ocupada pela tropa portuguesa e logo após desaparecia a última resistência quando se rendeu aos soldados castelhanos o povo de São Lourenço.

Estava integrada a tarefa de Gomes Freire; as Missões estavam ocupadas.

* * *

A demarcação dos limites não fôra ainda ultimada. Terminara a campanha militar; certas divergências dependiam de decisão nas côrtes: porém os obstáculos mais fortes que embaraçavam o êxito completo do Tratado eram os tramados nos segredos dos palácios reais por todos os elementos que se combinavam para fazer desmoronar a extraordinária obra diplomática do iluminado ministro Alexandre Gusmão.

Êste já havia morrido. O Tratado periclitava. Gomes Freire estivera afastado do Rio de Janeiro por sete anos ininterruptos; seus soldados estavam também esgotados de fadiga, após aquele longo peregrinar por terras do sul.

Nenhum motivo havia, portanto, para determinar a permanência do exército e de seu chefe no Rio Grande. E Gomes Freire recolheu-se ao Rio de Janeiro nos meados do ano de 1759.

Já era o Conde de Bobadela, prêmio que merecera sobradamente de seu monarca, tanto fôra o fervor com que o General o servira, servindo a Pátria.

* * *

Todo aquele imenso esfôrço tornar-se-ia vão.

A conspiração ininterrupta que acompanhara o tratado de 1750 em tôdas as suas fases coroava-se de êxito com a derrogação do convencionado e o surto de uma nova guerra entre Portugal e Espanha.

A Colônia do Sacramento recebia o assalto dos castelhanos porém o exemplo de Antônio Pedro apagara-se na memória do comandante da praça. E a praça capitulou.

Esta palestra em que, sem ter títulos que para tanto me autorisem, procuro exaltar a figura imortal do honrado General português e insigne governador no Brasil, me proporciona ensejo para desagravar seu nome, respeitável por todos os princípios, daquilo que com justa expressão, foi considerado irreverência de Buenaventura Caviglia (hijo).

O Publicista uruguaio escreveu, há tempos, um opúsculo sôbre a devoção de Gomes Freire a Santa Tereza, em que, como o melro de Guerra Junqueira, repica umas finas ironias sôbre a fé religiosa do ilustre Bobadela.

E' bem do feitio de Caviglia o manejo da ironia. Lamentável também é que fôsse atirá-la alvejando o que há de mais sagrado dentro do coração das criaturas humanas, a sua conciência religiosa.

Valeu-se o escritor de hipóteses e conjeturas que não resistiram ao exame que lhes aplicou De Paranhos no II Congresso de História do Rio Grande.

A inanidade de argumentação de Caviglia é fácil de demonstrar.

Em páginas anteriores falei de três grandes obras erigidas sob o govêrno de Gomes Freire; a fortaleza da Ilha das Cobras, o aqueduto da Carioca e o convento de Santa Tereza.

Êste convento, tributo que Gomes Freire quiz prestar à sua imensa piedade religiosa, foi a falsa base sôbre que Buenaventura Caviglia levantou as suas premissas.

A história do convento de Santa Tereza está minuciosíssimamente escrita no livro de Moreira de Azevedo — *O Rio de Janeiro.* Eil-a, em resumo, necessário para mostrar quão forçada é a argumentação usada por D. Buenaventura.

Duas piedosas donzelas cariocas, às quais se reuniram mais algumas, recolheram-se a uma chácara na estrada de Matacavalos, hoje rua Riachuelo e aí fundaram uma pequena ermida em louvor do Menino Jesús.

Gomes Freire correspondendo aos santos sentimentos de tão fieis devotas mandou projetar pelo notável engenheiro Pinto Alpoim, o convento do morro do Destêrro cuja construção se completou sem maior tardança.

Em 24 de junho de 1751 as devotas se transportaram para a nova habitação e preparavam-se para proferir voto adotando os preceitos da ordem de Santa Tereza. O Bispo do Rio de Janeiro, opôsse a esse desejo e não permitiu que fôsse dado o véu de freiras de Santa Tereza a essas senhoras, indicando a regra de Santa Clara como a que melhor se compadecia com o clima do Rio de Janeiro, exagerado como lhe parecia a de Santa Tereza.

D. Jacinta que era a diretora espiritual das recolhidas do Destêrro não se conformou com os desejos do Bispo e foi a Lisbôa impetrar do Papa e do Rei a satisfação de sua vontade piedosa.

Regressando ao Rio de Janeiro em 17 de abril de 1756 trazia um breve do Papa e o beneplácito real com a concessão que fôra pleitear.

"Mas, nem assim, diz Moreira de Azevedo, cessaram os escrúpulos e receios do Bispo que continuou a opor-se aos desejos do Conde e de Jacinta; e nessas dúvidas e embaraços dos poderes eclesiástico e civil correu o tempo até que em 1 de janeiro de 1763 faleceu o Conde de Bobadela tendo sepultura no presbitério da igreja do convento."

Antes de morrer Gomes Freire referindo-se à casa de onde lhe proviera o título nobiliárquico dizia: A casa de Bobadela fica feita, mas as minhas filhas ficam ainda sem casa. Aludia ao fato de não estar ainda resolvida a anuência do Bispo ao desejo das religiosas que insistiam por serem irmãs de Santa Tereza.

Vê-se assim que a vontade de Gomes Freire não era senão o reflexo da vocação de suas protegidas. O convento se chamou do Destêrro e só depois que para lá subiram as devotas de Santa Tereza foi que o povo começou a dar esta denominação ao morro e ao novo edifício.

Somente em 1777 foi que o novo Bispo do Rio de Janeiro, Mascarenhas Castelo Branco concedeu a clausura canônica para as freiras de Santa Tereza.

Quando Gomes Freire se preparava para partir rumo do sul na tarefa de demarcar os limites com Espanha, a flor da intelectualidade do Rio de Janeiro fundou um cenáculo a que chamou *Academia dos Selectos.*

Destinou-se a exaltar a glória de Gomes Freire, em homenagens que estudavam a sua personalidade como cristão, como homem de estado e como militar.

A obra que testemunhava o seu fervor de crente na religião de Jesús era o convento do Destêrro. Os panegiristas de Gomes Freire referiram-se longamente a essa fundação e às piedosas irmãs que iriam habitá-la.

Dos elogios e consagrações dos acadêmicos pretendeu Buenaventura Caviglia (hijo) extrair induções que profanam a memória sagrada do homem cuja humildade cristã chegou a ponto de exigir que nenhuma inscrição assinalasse o lugar onde repousavam as suas cinzas impolutas.

Também o fato de receber a Fortaleza que Tomaz Osório levantou na fronteira entre o Uruguai de hoje e o Rio Grande, na campanha de 1762, a invocação de Santa Tereza serviu de argumento para a irreverente tese de Caviglia.

Os documentos referentes a essa fortificação indicada por Gomes Freire na previsão dos dolorosos acontecimentos que recairiam sôbre o Rio Grande não trazem qualquer menção de que coubesse ao Capitão General a denominação que lhe deu o Coronel Tomaz Osório.

Êste comandante era também um devotado cultor de Santa Tereza na opinião de Aurélio Pôrto que de tal devoção encontrou documentação irrecusável: inaugurando-se a fortaleza a 15 de outubro de 1762 Osório colocou-a sob a proteção da Santa de sua predileção.

Teria chegado ainda a tempo de ser essa invocação conhecida de Gomes Freire?

O publicista uruguaio poderia encontrar ainda novo argumento em favor da afirmação de que Gomes Freire tinha inabalável fé na Santa que tão coincidentemente interferia em sua vida:

"Em dia de Santa Tereza, — diz um diário da época, quando da grande enchente que inundou o acampamento do passo do Jacuí, — estando-se festejando com missa cantada e sermão, na barraca do General, declinou o rio conhecidamente e dalí em diante continuou a se mostrar grato parecendo-nos antes um monstro cheio de horror para que, pavorosos dêle, nos ausentassemos de suas margens."

Homem de seu tempo, numa época em que exerciam sôbre todos os atos humanos grande influência os preceitos da fé e os princípios da religião, Gomes Freire foi, talvez, um convencido cultor da devoção de Santa Tereza. Era crença merecedora da veneração e respeito, atentada porventura pela benéfica influência que o nome sagrado de Tereza fazia cair sôbre as atitudes de seu cultor.

Fiquem estas páginas para juntar-se ao que se processou no II Congresso de História do Rio Grande, como protesto e justo desagravo.

* * *

Terminada esta digressão necessária, apressemos o final de nossa conferência.

Ao saber Gomes Freire que a praça da Colônia do Sacramento estava em poder de D. Pedro Ceballos foi fulminado por um insulto cerebral e a primeiro de Janeiro de 1763 exalava o último suspiro.

Um túmulo anônimo ia guardar os restos mortais do homem que atingira as mais altas posições nas terras da América; que fôra marechal dos exércitos portugueses, que cobrira com sua autoridade indiscutida todo o sul do Brasil, desde as fronteiras do Mato Grosso ao Rio de Janeiro e de Goiaz ao Rio da Prata; que respirava fôrça, energia, decisão, inteligência...

* * *

Certo é que de Portugal vieram, nos longos trezentos anos do período colonial, governadores e chefes movidos da ambição inconfessável de fazer a América. Voltariam cheios de riqueza e de opróbrio...

Também grandes, magnânimos homens trouxeram a investidura de honrar a tarefa de governar os habitantes de nosso Brasil.

Nenhum foi mais nobre, nenhum sobrepuja, em virtudes humanas e em qualidades de govêrno, a máscula e empolgante figura de Gomes Freire de Andrada.

A glória de suas ações é patrimônio comum às duas pátrias, Portugal e Brasil. Seu nome há-de eternamente ser um símbolo de nossa origem única, de nossa união indissolúvel.

No tenebroso discorrer dos dias atuais, quando o sangue mancha vastas extensões do planeta na retrogradação tristíssima de civilização; quando a ambição irrefreável e o ódio visceral são os geradores das atitudes das nações; quando vemos a guerra não se contentar mais na destruição com o esmagamnto de povos e nacionalidades, porém intenta arrasar continentes inteiros, — é um contentamento e um desafogo para nós brasileiros sentirmo-nos cada vez mais irmanados a êsse pequeno País e grande povo de que provimos.

A imensidade do Atlântico que separa nossos territórios não é suficientemente grande para diluir ou atenuar o afeto e a gratidão nossos pelo audaz povo que nos arrancou do nada, que nos amparou na infância e nos legou esta formosa e querida pátria brasileira.

Legou-nos mais: as virtudes de nossa raça, fundida tôda do mesmo velho bloco lusitano, com a rijeza, o valor e a beleza do ouro.

Temos do tronco fundamental o espírito manso e pacífico que nos faz amar a todos os povos como se irmãos fossem todos êles.

Guardamos na alma coletiva a bondade, a resignação, o desprendimento, mas guardamos, também, a altivez, a coragem e a perseverança.

Chegamos mesmo na candura de nossa índole afetiva a abrirmos os braços, nossas casas, nossa terra para todos quantos aquí aportam, até mesmo para aqueles que, como tamanduá, nos abraçam com o propósito de enterrar as garras ferozes em nossas costas desprotegidas...

* * *

Gomes Freire de Andrada foi bem um representante perfeito e completo da sua velha raça.

Veio para servir ao Rei e para servir o Brasil. Nunca mais voltou ao ninho pátrio. Os anos vão passando e seu nome jamais se apagará de nossa lembrança porque êle só enche e ilumina extensas páginas de nossa história.

Esta minha palestra é minúscula ante a glória de Gomes Freire; crêde, porém, senhores, que presto esta homenagem ao exemplar varão com a maior sinceridade e com profunda admiração.

Perdoai-me ter roubado vosso tempo. Tenho dito.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 1942.

A Identificação do lugar onde foi martirizado em 26-IV-1635 o veneravel Padre Cristóvão de Mendoza, S. J.

Desde alguns anos, meu nobre amigo Cel. Aurélio Pôrto me vinha falando sempre num extraordinário varão que havia trabalhado pelo Rio-Grande indígena como poucos, conquistando benemerência imorredoira pelo nosso estado natal, não só como introdutor do primeiro gado vacum nos campos gaúchos, em 1634, — possivelmente o nosso tipo crioulo caracú, — como ainda como grande santo e invicto martir de Cristo, chamado Cristóvão de Mendoza. Até me dizia Aurélio Pôrto com ares de ciumento: "Olhe, Pe. Jaeger, o sr. pode escrever sôbre quantos jesuítas quiser. Mas com o P. Cristóvão, tenha paciência, esse é meu. Êle deve ser o santo dos nossos estancieiros".

E não foram palavras vãs. Primeiramente me remeteu um filme com 8 figurinhas, cópia fotográfica (Leika) da primeira carta que sôbre o martírio do Pe. Mendoza escreveu o Pe. Francisco Ximénez, por mim traduzida e publicada no Eco de 1935, p. 109 ss. por ocasião do tricentenário da gloriosa morte do P. Cristóvão. Continuou Aurélio Pôrto pesquisando diligentemente na Biblioteca Nacional, sobretudo na Coleção de Ângelis, que contém grande parte do arquivo da antiga província jesuítica do Paraguai, onde desenterrou documentos preciosíssimos sôbre o nosso herói, e entrou em correspondência com Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, cidade natal do Pe. Mendoza, mediante a embaixada boliviana. E agora está trabalhando ativamente numa biografia monumental do Pe. Cristóvão.

Tendo vindo Aurélio a Pôrto-Alegre por ocasião das festividades bicentenárias da nossa Capital, em novembro de 1940, como representante do Itamaratí, perguntei-lhe se não queria procurar comigo o lugar do martírio do Pe. Cristóvão.

"Quero, sim," respondeu prontamente, — "mas só poderei ficar dois ou três dias".

Repliquei que as experiências com a localização do Caaró em 1933 e do Pirapó em 1935 me haviam ensinado que esse prazo era escasso demais, a não ser que encontrássemos pessoal suficiente que conhecesse, palmo a palmo, as zonas a serem por nós devassadas.

Para melhor compreensão do que se vai relatar, achei de bom aviso reproduzir aqui, em tradução fidedigna, a mencionada carta do Pe. Ximénez ao seu provincial, padre Diogo de Boroa, escrita um mês após o martírio, com a data de 26 de maio de 1635, advertindo ainda que a redução de Jesús-Maria, na qual se fala, ficava entre a serra do Botucaraí e Santa Cruz, e que o arroio ou rio Ibía deve ser o atual Piaí, afluente da margem direita do alto Caí. As palavras em parênteses são do autor do presente artigo.

Escreve, pois, o Pe. Ximénez o seguinte:

Com a nova da morte de nosso bom Padre Cristóvão de Mendoza, ao qual mataram alguns índios pagãos do Ibía, vim com a maior pressa que pude à redução de Jesús-Maria, a-fim-de ajudar, no que pudesse, aos Padres que, como V. Revia. sabe, estão sós nestas reduções. Quando cheguei, já os Padres haviam mandado buscar o corpo do Padre. Esperei que o trouxessem, procurando fazer, com a diligência que pude, a informação sôbre a morte do Padre, tanto com os índios das nossas reduções que o acompanharam, como com os mesmos que lhe deram a morte, dos quais trouxeram bom número aqueles que foram trazer o corpo, e assim direi a vossa reverência o que até agora parece o mais certo e averiguado, tendo sempre em vista que são índios os que informam.

Partiu o Padre para ver a disposição desta terra do Igai (Jacuí), acompanhado, conforme diz o Pe. Pedro Mola, da gente que parecia suficiente para a sua segurança, e, havendo passado o Igai e o Ibía, chegou ao Caagua, onde a gente o recebeu bem, e êle os ganhou, de maneira que todos queriam vir com êle para nossas reduções. Mas o Padre, considerando que tôdas estas reduções da Serra estão faltas de mantimento por causa da má colheita que houve neste ano passado, disse-lhes que ainda não era tempo, que por aquí pereceriam de fome, ficando ainda assim algum tempo nas suas terras; e, havendo dado varas (de autoridade, que êles estimam imensamente) a alguns caciques, deu volta para a sua redução.

No Ibía se achava, entre outros, um índio fugido de S. Miguel, (1) *chamado Tayubai, ao qual o mesmo Padre Cristóvão de*

(1) Essa S. Miguel, a primitiva, ficava nos galhos do rio Ibicuí, entre Santa Maria e S. Tiago do Boqueirão.

Mendoza, faz agora um ano, havia procurado corrigir, e êle, não podendo sofrê-lo, escapou de nossas reduções, e, ao ver tão boa ocasião, valendo-se de um feiticeiro chamado Tayubaiba e outros caciques chamados Guirapi, Nhanduai, Tabeçaca, Iapapoyeca e outros muitos, convocou um grande número de gente de tôda a terra, e, falando-lhes muito mal do Padre, persuadiu-os a que o matassem. Armaram-lhe uma emboscada para a volta do Ibía, terra, conforme afirmam, muito a propósito para isso, por causa dos grandes rochedos e penhascos e passos estreitos do caminho.

Quando souberam que êle vinha, enviaram-lhe ao encontro três índios com palavras amigas para dissimular a traição. Chegou o Padre, e, antes de entrar na cilada, fez rancho por ser já tarde e querer chover. Saíu um índio (companheiro do Padre) a-fim-de buscar um pouco de palha para fazer o rancho ao Padre e viu os inimigos emboscados, os quais, vendo-se descobertos, sairam a dar sôbre o Padre. Os que o acompanhavam, defenderam-se e mataram dois ou três dos inimigos, e estes a um alcaide pagão que acompanhava ao Padre. Êste sentiu muito a sua morte, e, para que não sucedesse o mesmo com outro, tratou de batizar os infieis e pediu água para fazê-lo; mas, não lhe dando tempo a multidão dos inimigos que o iam cercando, disse que fugissem todos os infieis e que os cristãos lhes fizessem frente, e o mesmo Padre começou a escaramuçar com o cavalo, detendo aos inimigos para dar tempo a que seus filhos (espirituais) se salvassem. Frecharam o cavalo, e querendo retirar-se depois, o cavalo se meteu num pântano, e embora depois lho tirasse um moço, mas já sem freio, não mais poude servir-se dele, nem os inimigos lhe deixaram tempo, porque o rodearam com grande ímpeto.

Neste tempo, — dizendo outra vez aos que o acompanhavam que fugissem, que pouco importava que êle morresse, — assetearam-no nas fontes, na garganta e perto de um ôlho e com um itaiçãçá (machado de pedra) ou com um pau, — como dizem outros, — lhe deram no cérebro e o derrubaram em terra. Despojaram-no de todos os seus vestidos, e, dando-lhe muitas frechadas, deixaram-no por morto, porque se bem que o quisessem queimar, sobreveio um grande aguaceiro, com o qual todos se recolheram às suas casas.

Voltou a si o Padre naquela noite; e pela manhã, os que vinham para queimá-lo encontraram-no vivo, e êle lhes falou com muito amor, representando-lhes como por seu bem havia entrado nas suas terras e não para lhes fazer algum mal. Repetia também, fazendo atos de fé e esperança, (dizendo): "Só meu corpo morrerá aquí, mas minha alma irá para o céu," e outras muitas coisas lhes devia de dizer, que êles, como tão bárbaros, nem sabem referir.

Aquí lhe fizeram um teyupa, (2) *nem sei, se movidos de compaixão ou com que intento. Depois voltaram e, achando-o ainda vivo, disseram: "Aquí não quer morrer, vejamos se quer morrer no mato", e o levaram para lá e lhe fizeram outro teyupa. E porque não cessava de pregar-lhes, lhe cortaram o nariz juntamente com os lábios até a barba e as orelhas, e ultimamente lhe abriram e tiraram as entranhas, estando êle ainda vivo. Depois procuraram queimá-lo, mas não podendo sair com o intento, seja por estar molhada a lenha, seja porque Nosso Senhor não o permitiu, jogaram-no a um arroio e se foram a uma grande borracheira que já tinham preparada, na qual mataram e comeram cozidos dois meninos que acompanhavam ao bom Padre, cuja morte ditosa foi quinta feira, 26 de abril.*

Foi sua morte muito sentida por todos os índios destas reduções, que o amavam ternamente; e assim, sem poderem ser detidos pelos Padres, se juntaram logo das reduções mais próximas, mais de 1.600 índios. Deu-se-lhes ordem de que somente trouxessem o corpo do Padre, sem tratar de fazer guerra aos matadores, protestando que não queríamos vingança deles. Parece que com o muito que se lhes falou, iam convencidos de fazê-lo assim. Os malvados, porém, não deram lugar a isso, porque Deus, por ventura, quis castigá-los. Antes de os nossos chegarem aonde estava o corpo, lhes sairam ao encontro, frechando-os.

Tentaram os nossos, segundo dizem, de falar-lhes; mas não deram tempo, antes, mostrando os pedaços da batina do Padre, lhes diziam: "Já matamos a vossa avó, — que assim nos chamam os infiéis por escárneo, — em boa hora vindes para que os vossos ossos fiquem com os dêle".

Ouvindo isto, os índios de nossas reduções deram sôbre êles e mataram alguns e prenderam outros. Foi isto numa terça-feira, 15 de maio. No dia seguinte chegaram aonde estava o corpo, procurando os inimigos impedir-lhes pela segunda vez de trazê-lo, chegando em maior número do que no dia anterior; mas foram postos novamente em fuga com morte de muitos, entre êles quasi todos os que haviam posto imediatamente mão no Padre.

Ao principal autor desta tragédia, que foi aquele índio de que acima disse havia fugido da redução de S. Miguel, apanhou-o o capitão da mesma redução, chamado Guaimicaru, e, levando-o ao lugar onde havia morrido o Padre, lhe deu com uma macana na cabeça, dizendo: "Aquí ficarão teus ossos onde fizeste matar nosso bom Padre."

---

(2) Teyupa, ou teyupába, significa cabana, rancho, coberta, pouso (Dicionário Português - Brasiliano e Brasiliano - Português, reimpresso por Plinio M. da Silva Ayrosa, São Paulo, 1934.)

Tiraram o corpo da água, e, posto numa maca e envolto num lençol que para êste efeito haviam levado, trouxeram-no a tôda pressa, porque os inimigos lhes foram pela terceira vez no encalço.

Chegaram com o corpo a Jesús-Maria, no domingo, dia 20 de maio, pela tarde. Saimos a recebê-lo 4 Padres, que alí nos havíamos reunido, e todo o povo em procissão, e, aparecendo de longe, começaram a chorar todos com entranháveis mostras de sentimento. Chegando à igreja, lhe descobrimos o rosto e o que decentemente se podia ver do corpo. Na cabeça, além das feridas, que acima disse, tinha outra grande na frente, que parecia provir de algum macanaço. Enterramo-lo em terra, embora estivesse preparado um caixão para êste efeito, a-fim-de poder mais depressa trasladar seus ossos para a igreja que se há-de fazer.

No dia seguinte lhe fizemos o ofício como se costuma na Companhia, ainda que bem pouca necessidade creio que tinha a sua ditosa alma de nossos sufrágios, porque, se não tivesse em desconto de suas imperfeições os muitos e grandes trabalhos que por tantos anos sofreu na ajuda temporal e espiritual destes pobres índios, lhe bastaria por satisfação o muito que na sua morte padeceu.

Isto é o que até agora parece certo, conforme as diligências que fiz para averiguar a verdade. Se com o tempo se souber alguma coisa nova, embora, certamente, haverá muitos que deem aviso a V. Revia, não me darei por desobrigado de fazê-lo.

Nos santos sacrifícios de V. Revia. me encomendo.

Natividade, aos 26 de maio de 1635.

Francisco Ximénez."

Êste relatório do Pe. Ximénez é a informação básica do martírio do Pe. Cristóvão de Mendoza. Os demais escritos sôbre o assunto não passam de ampliações, das quais algumas trazem achegas novas. Entre todos esses dados omitidos por Ximénez, merece nossa especial menção a observação de um informante, que diz que o trucidamento do Pe. Cristóvão se realizou "junto a um campo, terminado por banhado e à pequena distância de um mato" (Cit. por Aurélio Pôrto, Martírio do Venerável Pe. Cristóvão de Mendoza S. J., Memória apresentada ao III Congresso de História do Rio-Grande-do-Sul, e publicada nos Anais do mesmo, 1940, vol. 2.º pág. 804).

Escreve o Padre Diogo de Boroa, na Anua de 1637 [3]) que um dos motivos da viagem do Pe. Cristóvão à terra dos Caaguas, foi, além de lhes conhecer a inclinação ao cristianismo, já mencionado por Ximénez, o temor de uma próxima invasão bandeirante no território

3) Documentos para la Historia Argentina, tomo XX, p. 558, Buenos Aires, 1929.

das Missões sul-riograndenses, que havia de penetrar forçosamente pelo Caamo e o Caagua. Pretendia o bom Cristóvão, — que nos anos de 1628-1631 presenciara com imensa dor o arrasamento das 13 prósperas reduções do Guaíra pelos paulistas, — instruir ao mesmo tempo os atrazadíssimos caaguas ou caaguaras sôbre o modo de tolher a passagem a esses terríveis preadores de índios.

Mas onde ficava o Caagua? No-lo revelam com clareza meridiana vários mapas antigos, cuja reprodução se encontra na "Cartografia Jesuítica del Río de la Plata, por el Pe. Guillermo Furlong Cardiff, S. J. Buenos Aires, 1936", sobretudo os mapas n.º 2 (atribuído ao Pe. Luiz Ernot), n.º 3 (dedicado ao Pe. Vicente Carrafa, reproduzido também por Rio Branco na sua famosa coleção), como ainda o n.º 6 (que é de Guilherme de L'Isle) que localizam claramente a terra dos Caaguas no hodierno município de S. Francisco de Paula, entre os rios Santa Cruz (alto Caí) e o das Antas (alto Taquarí) e a dos "Ibiaes" que corta o Taquarí um pouco ao sul da foz do rio Guaporé. Nessas cartas aparecem ainda os rios Igaí (Jacuí), Tibiquarí (Taquarí) e Caii (Caí), que muito contribuem para nos orientarmos. Por fim, Furlong traz ainda o mapa n.º 32, — que é do Pe. José Cardiel, S. J., — onde se destaca a meio trecho entre as reduções de S. Cristóvão e Jesús-Maria e o mar Atlântico uma cruz com esta legenda: "Aquí mataron los Tapes al V. P. Christoval Mendoza Año de 1635". Êste último mapa foi copiado por Pablo Pastells, Historia de la Compañia de Jesús en el Paraguay, I, in initio; Por Pablo Hernández, Organización Social de las Doctrinas Guaraníes, II, 583; e Furlong, Los Jesuítas y la Cultura Ríoplatense, p. 27.

Essas cartas, pois, nos diziam que era para as bandas do alto Caí e alto Taquarí que devíamos fazer as nossas pesquizas. Faltava apenas saber que rio ou arroio (amuis Ibia) era esse Ibía, mencionado nos escritos antigos. Etimolõgicamnte, Ibía admite duas interpretações: 1.º Y-biá, caminho (piá) ou rumo do rio, isto é, caminho por onde se vai ao rio" (Montoya); 2.º Yby-ã (m), "terra erguida", i. é. ladeira, encosta, barranca (Padberg-Drenkpol, em Excelsior, Rio, Jan. 1935, p. 66). Esse Ibía no alto Caí só pode ser o hodierno Piaí ou Piahy (e não Piauhy, desconhecido pelos cartógrafos modernos) afluente da margem direita do alto Caí, que forma parte da divisa entre os municípios do Caí e Caxias, cujas cabeceiras se acham no divisor das águas do rio das Antas e Caí. Além disso a terra do Ibía é descrita por Ximénez como "terra muito a propósito para emboscadas, por causa dos grandes rochedos e penhascos e passos estreitos do caminho."

Ora, não só a etimologia do Ibía, como a descrição geográfica de Ximénez e os mapas concordem perfeitamente com o vale do Piaí,

sobretudo na parte por onde passa a estrada de rodagem entre Caxias e Santa Lúcia do Piaí, cortada por horrendos penhascos e rochedos (peraus), cujas paredes cortadas a prumo, alcançam por vezes cem e mais metros de altura, e dão passos tão estreitos que ainda hoje só em pouquíssimos pontos se pode atravessar êsse vale, constituindo seus passos naturais verdadeiro perigo. Acrescente-se a isso a densa floresta que até os alvores do presente século encobria tôda essa região, e não se poderá duvidar que era um ponto magnífico para uma cilada.

Nessa zona era ainda preciso procurar o arroio de Ibía, "junto a um campo, terminado por banhados e à pequena distância de um mato." Num desses campos, segundo Ximénez, foi que se atolou o cavalo do Pe. Cristóvão. Reparem ainda no fato de os cristãos que foram buscar o cadáver do martir, dando azas aos pés, correram desde 4a. feira de manhã, 16 de maio de 1635, até o domingo seguinte, dia 20, pela tarde, em que venceram a respeitável distância de uns 200 kms. aéreos, que medeia entre Santa Lúcia do Piaí e Jesús-Maria (perto da Candelária).

Com todos esses dados na memória e na retina, aventuramo-nos a identificar senão o ponto exato, ao menos o perímetro aproximado em que sucumbiu invicto por Cristo nosso glorioso Padre Cristóvão de Mendoza.

Dia 25 de novembro de 1940, numa segunda feira, demandamos Aurélio Pôrto e eu a cidade serrana de Caxias. Por falta de condução, só pudemos prosseguir a viagem no dia imediato. Em Santa Lúcia do Piaí, onde o vigário, Padre João Marchesi, por mim previamente avisado, havia preparado já os animos do povo, fomos recebidos com indisfarçável alegria. Infelizmente, durante a noite começou o chover, e não parou a chuva até quinta feira um pouco antes do meio dia. Como A. Pôrto devia voltar já na sexta, resolví continuar as pesquizas *in loco*, auxiliado sempre pelo bom Padre Marchesi.

Montamos a cavalo o autor destas linhas, o vigário e uma dúzia de colonos, todos animados de grande entusiasmo.

Aquela mesma tarde de 28 de novembro, começamos a examinar os campos, os matos, as coxilhas, os arroios, atalhos, precipícios, enfim tudo quanto se deve ver para se chegar a uma conclusão certa. Estivemos no curso superior do Piaí, e subimos ao Morro Grande, donde avistamos extensa região do chamado Raposo, em terras dos Soares de Oliveira e dos filhos de Francisco Andreazza.

O resultado não me satisfez as esperanças; pareceu-me termos subido demais Piaí acima, onde o vale desse rio vai ficando menos romântico, sem aqueles muitos e fragosíssimos penhascos de que falam os documentos.

Sexta feira passamos todo o dia no lombo dos animais, estendendo mais nosso raio de atividade. Fomos examinar uma furna bem grande no arroio da Toca, afluente do Piaí, em companhia de uns 25 para 30 homens. Demos uma grande volta pelo Morro Grande, vindo a sair no arroio Mamangaba, junto a uns banhados, onde o Padre Marchesi apanhou um mimoso lírio silvestre côr escarlate, que todos acharam como muito próprio para indicar o ponto do martírio. Seria um dedo de Deus? Apeamos para ver duas grandes fontes de água azul marinho na margem direita do Mamangaba, de cuja água, considerada desde tempos imemoriais como terapêutica, bebemos a vontade. Sábado perscrutamos o vale do Piaí mais para o Sul, na região onde há 2 decênios moravam os ermitães de Nova Camálduli.

Após a ceia, líamos sempre os documentos que eu havia trazido e Aurélio Pôrto nos havia deixado. Com grande surpresa verificamos que já na sexta de tarde havíamos estado "junto a uns banhados, nos quais terminavam os campos" que vinham da direção de S. Francisco de Paula, perto do arroio Mamangaba (que alguns chamam erradamente de Nicolau), que faz a divisa entre o 7.º distrito do Caí e o mun. de S. Francisco de Paula, junto às fontes de água azul, lá onde ainda há 3 decênios começava a mata virgem, tal qual o descrevem as primitivas fontes.

Note-se que as fontes de água azul eram com certeza procuradas, conduzindo para lá algum atalho pelo mato, que muito bem pôde ter sido aproveitado pelo Pe. Cristóvão. Embora os arroios das serras tenham comumente pouca profundidade, o arroio Mamangaba, junto aos banhados, ainda antes da represa que agora lhe fizeram, tinha um poço natural, alí perto, onde um homem em pé se submergia. Seria nesse poço em que ficou 20 dias, submerso o Pe. Cristóvão (digo *submerso,* porque estava com as entranhas abertas), mesmo sem corromper, porque, passados 24 dias, em Jesús-Maria ainda puderam reconhecê-lo e ver-lhe perfeitamente a multidão dos ferimentos, e nada se diz de putrefação? A causa de se não haver putrificado o cadáver do mártir, deve-se atribuir a baixíssima temperatura da água no mês de maio na Serra rio-grandense.

Como quer que seja, as notas características do lugar do martírio, como no-las descrevem as fontes primitivas, se realizam perfeitamente junto ao arroio Mamangaba, nos campos do falecido Francisco Andreazza, sete kms. de caminho acima da matriz de S. Lúcia do Piaí. Acresce uma valiosa prova de tradição histórica, fornecida pessoalmente pelo primeiro morador civilizado daquela região, o colono Ambrósio Martinotto, que chegou para lá em 1886.

Êsse Martinotto ainda conheceu, de pequeno, vários pretos, escravos, combatentes da Guerra dos Farrapos, que haviam servido sob

as ordens de Garibaldi, os quais contaram a Martinotto que êles haviam estado na mocidade em comunicação com os bugres daquela região (chamada do Raposo), que lhes haviam dito muitas vezes que os seus antepassados tinham dado morte violenta a um Padre muito santo, sacrificado nas imediações do Morro Grande; que esses negros haviam cobrado tanta veneração a esse "Santo Padre", que nunca se deitavam em cama, alegando que o "Santo Padre" tampouco dormira em cama, e sim sôbre os pelegos. Esses pretos, dos quais alguns deixaram descendência no Joá, em S. Francisco de Paula, chamavam-se Tio Romualdo, Tio Manduca, Tio Pires, Tio Romão Farofa, Tio Atanásio e Tio Eugênio, que todos alcançaram avançada idade.

Não se pode negar que isso era um legítimo fio de tradição, de grande importância para a história.

Resta-nos satisfazer ainda uma objeção de um amigo, ótimo conhecedor de todo o Rio Grande do Sul. Acha êle que o lugar do martírio do Pe. Mendoza tem de ficar mais para o Oeste, talvez para a região do rio Maratá, porque a distância que medeia entre o lugar por nós indicado e a redução de Jesús-Maria, é extensa e acidentada demais para ser palmilhada a pé desde 4.ª feira até domingo à tarde.

A isto respondemos que os mapas antigos localizam com bastante precisão a terra dos caaguas, colocando-a entre Caxias e S. Francisco de Paula, nos campos de Cima da Serra, mais ou menos na região onde a mata virgem tocava os campos, no alto rio Caí e o atual Piaí. Desta zona, pois, não nos é lícito afastar-nos.

2.º Os ibiais ou ibianguaras, que deram morte ao padre Mendoza, moravam perto de Caxias, conforme um dos mapas acima citados.

3.º O caminho percorrido pelo Padre, não pôde ser tão acidentado, visto êle ter ido para lá a cavalo. Aurélio Pôrto acredita que êle foi pelo "caminho do porco espinho", que cortava a floresta abaixo de Caxias, por Bento Gonçalves, em demanda do rio Taquarí, saindo perto de S. Cruz; sendo que nós preferimos a opinião que os índios, que fugiram com o cadáver, seguiram o "Ibia" (= caminho do rio), costeando o rio Caí, talvez até ganharem o campo aberto via Maratá ou Montenegro.

4.º O Cel. Rego Monteiro, que estudou a fundo a questão dessa distância, à qual atribue cerca de 200 kms. aéreos, conclue, com Aurélio Pôrto, que essa distância, à qual se devem acrescentar as inúmeras curvas e acidentes geográficos, vales e rios a serem transpostos, pôde ser vencida por índios "fugitivos", que carregaram um cadáver humano. Note-se que o Padre Ximénez não diz que todo o exército dos 1.600 cambatentes tivesse estado de volta no domingo

à tarde. (Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia, 2.º vol. p. 806.)

5.º Se admitirmos, como adverte Ximénez, que os índios são muitas vezes pouco exatos em suas relações, e, sendo sabido que êles têm pouca noção do tempo, ainda seria possível que êles tivessem gasto 6 dias em vez de 5.

Em resumo, afirmamos que a região por nós localizada, quadra perfeitamente com a geografia e a descrição deixada por Ximénez; mas reconhecemos a dificuldade da distância. Esperamos, porém, que novos documentos venham projetar mais luz sôbre a questão estudada neste ensaio.

Pe. Luiz Gonzaga Jaeger, S. J.